UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)/UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCAT) em implantação - INSTITUTO DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS - PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

WESLEY OLIVEIRA MELO

A POPULAÇÃO NEGRA E OS SENTIDOS HISTÓRICOS NA CIDADE DE PARACATU MG

CATALÃO
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DETESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG),regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção cientifica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor (a) e o (a) orientador (a) firmam o compromissode que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

[x] Dissertação [ ] Tese [ ] Outro*:_____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente aoprograma de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Wesley Oliveira Melo

3. Título do trabalho

A POPULAÇÃO NEGRA E OS SENTIDOS HISTÓRICOS NA CIDADE DE PARACATU MG

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [ ] NÃO[1]

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período,a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.
Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista cientifica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.
- Documento assinado eletronicamente por **Luiz Carlos Do Carmo**, **Professor do Magistério Superior**, em 30/06/2022, às 18:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do
-

Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **WESLEY OLIVEIRA MELO**, **Discente**, em 01/07/2022, às 09:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autencidade deste documento pode ser conferida no site h ps://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3009002** e o código CRC **2A11A79A**.

-

WESLEY OLIVEIRA MELO

A POPULAÇÃO NEGRA E OS SENTIDOS HISTÓRICOS NA CIDADE DE PARACATU MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de História e Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás (UFG) / Universidade Federal de Catalão (UFCAT) em implantação, como requisito para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História, Cultura e Formação de Professores. **Linha de pesquisa:** História, Sociedade e Práticas Educativas.

Orientador: Professor Doutor Luiz Carlos do Carmo

CATALÃO
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFCAT.

Melo, Wesley Oliveira
A POPULAÇÃO NEGRA E OS SENTIDOS HISTÓRICOS NA CIDADE DE PARACATU MG / Wesley Oliveira Melo. - 2022.
132, f.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos do Carmo.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Catalão, Instituto de História e Ciências Sociais, Catalão, Programa de Pós-Graduação em História, Catalão, 2022.

1. Vivência. 2. Sentidos Históricos. 3. Trabalho e Liberdade. I. Carmo, Luiz Carlos do, orient. II. Título.

CDU 94

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **110** da sessão de Defesa de Dissertação de **Wesley Oliveira Melo**, que confere o título de Mestre em História – nível Mestrado Profissional, na área de concentração: História, Cultura e Formação de Professores.

Aos **trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois**, a partir da(s) **16h00m**, **remotamente**, realizou- se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada: A POPULAÇÃO NEGRA E OS SENTIDOS HISTÓRICOS NA CIDADE DE PARACATU MG. Os trabalhos foram instaladospelo Orientador Professor Doutor **Luiz Carlos do Carmo - (PPGHMP/INHCS/UFG/UFCAT em implantação)** "cuja participação ocorreu por meio de videoconferência" com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior - (UFU)** membro titular externo "cuja participação ocorreu por meio de videoconferência" eo Professor Doutor **Paulo César Inácio - (PPGHMP/INHCS/UFG/UFCAT em implantação)**, membro titular interno "cuja participação ocorreu por meio de videoconferência". Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho de forma a estabelecer melhor vínculo com o conteúdo. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **Luiz Carlos do Carmo** , Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois.**

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Documento assinado eletronicamente por **Luiz Carlos Do Carmo**, **Professor do Magistério Superior**, em 30/06/2022, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º doDecreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Paulo César Inácio**, **Professor do Magistério Superior**, em30/06/2022, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior**, **Usuário Externo**, em30/06/2022, às 23:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º doDecreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2939063** eo código CRC **C42EC031**.

Referência: Processo nº 23070.028420/2022-46 SEI nº 2939063

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Antônio e Maria do Carmo, pelo apoio e orientações, a minha querida esposa, Graciele Melo, pelo carinho, dedicação e suporte nos momentos difíceis. Meus amados filhos, Marcos, Pedro Lucas e João Miguel, todo meu afeto, gratidão, amada família.

RESUMO

Esta dissertação tem por intuito analisar elementos históricos da presença e atuação dos homens e mulheres negros (as) na cidade de Paracatu MG, e as possibilidades construídas na dinâmica relacional. Espera-se, a partir da observação de um problema persistente na região, analisar a exploração de homens e mulheres negros em Paracatu e as estratégias organizadas pela classe detentora do poder institucionalizado para dificultar o modo de viver destes sujeitos. Por meio da análise de documentos oficiais, fontes bibliográficas, depoimentos e memórias de antigos moradores de Paracatu MG buscamos a compreensão histórica sobre as inquietações que permeiam o cotidiano de homens e mulheres negros (as) paracatuenses, suas conexões com o passado, suas escolhas e a construção de sentidos históricos na região de Paracatu MG.

Palavras chaves: Vivência, Sentidos Históricos, Trabalho e Liberdade.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze historical elements of the presence and performance of black men and women in the city of Paracatu MG, and the possibilities built in relational dynamics. Based on the observation of a persistent problem in the region, it is expected to analyze the exploitation of black men and women in Paracatu and the strategies organized by the class that holds the institutionalized power to hinder the way of life of these subjects. Through the analysis of official documents, bibliographic sources, testimonies and memories of former residents of Paracatu MG, we seek a historical understanding of the concerns that permeate the daily lives of black men and women from Paracatu, their connections with the past, their choices and the construction of historical meanings in the region of Paracatu MG.

Keywords: Experience, Historical Meanings, Work and Freedom.

LISTA DE SIGLAS

CEDEFES	Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
CF	Constituição Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OEA	Organização dos Estados Americanos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
APM	Arquivo Público Mineiro

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – População negra em Comarcas e Vilas da Capitania de Minas Gerais entre 1744 e 1749

Quadro 2 – Mapa dos habitantes da Freguesia de Santo Antônio da Manga, Vila do Paracatu do Príncipe, bispado de Pernambuco, no ano de 1800

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – População de Minas Gerais por Regiões em 1855

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Munícipios com maior origem de trabalhadores vítimas de tráfico de pessoas para fins de exploração de trabalho análogo ao de escravo em todos os anos no Brasil.

Gráfico 2 – Munícipios com maior número de trabalho análogo ao de escravo com indícios de tráficos de pessoas em todos os anos no Brasil.

Gráfico 3 – Fiscalizações de trabalho escravo nos três maiores munícipios da região do noroeste de Minas Gerais.

Gráfico 4 – Trabalhadores em condições de trabalho análogo à escravidão encontrados no período de 2003 a 2021.

Gráfico 5 - Arrobas de ouro recolhidas no Real Quinto nas Casas de Fundição em Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....11

I - A CONSTRUÇÃO NAS IMPOSSIBILIDADES 33

1.1 A Exploração e as construções silenciosas.....37

1.2 As escolhas do trabalhador (a) negro (a) livre.....47

II- AS REGRAS E A CONSTRUÇÃO DE UMA VIVÊNCIA 60

2.1 As relações comerciais e os mecanismos legislativos.....60

2.2 A população negra livre e o pós-abolição em Paracatu 69

III- O HOMEM E A MULHER NEGRO(A) PARACATUENSE NA HISTÓRIA 84

3.1 A resistência materializada 85

3.1 A tentativa de integração, relações trabalhistas e redes de explorações. 96

CONSIDERAÇÕESFINAIS.....112

FONTES 115

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....118

INTRODUÇÃO

A presença e a atuação da população de homens e mulheres negros (as) na sociedade brasileira é um fato histórico. As construções sociais, as marcas culturais, os legados históricos já foram por muitos estudados e debatidos. Nesta mesma direção, interessa-nos compreender elementos dessa presença na cidade de Paracatu, em Minas Gerais. Cidade localizada no noroeste mineiro[1], Paracatu teve a população em 2020 estimada em 93.862 mil habitantes[2], dos quais quase 75% são pretos e pardos[3]. Considerando apenas os bairros, conforme levantamento atualizado da Secretaria Municipal de Saúde, pelo sistema e-SUS em 2020, os moradores dos bairros periféricos de Paracatu cadastrados nas Unidades Básicas de Saúde, o número de pessoas que se declaram pardos ou pretos representam 88,4% dos analisados[4]. Há assim, uma relevante presença e concentração da população negra paracatuense em determinados espaços. Mas há que se deve esta presença relevante? Há que se deve esta concentração, observada, nas periferias paracatuenses?

Os números revelam a presença marcante da população de homens e mulheres negros (as) na cidade. Pode se inferir acerca das razões históricas que fazem desse município um dos que possuem esta presença marcante. Mas mais do que isto, interessa nos compreender as nuances destes processos históricos, observar aspectos dos diversos percursos, e dialogar com as escolhas humanas que fazem a História destes sujeitos na cidade de Paracatu-MG.

---

[1] SILBERSCHNEIDER, Wieland, et al (Coord.). **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - 2016 a 2027.** Vol. 3. Governo de Minas Gerais, 2016. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/sites/default/files/transicao-governamental/Cat%C3%A1logo%20PMDI%20Volume%203.pdf >. Acesso em jan. 2021.

[2] BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2020.** IBGE, Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS, 2020. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2020/POP2020_20210204.pd>. Acesso em jan. 2021.

[3] A estimativa considera a população total do município em 2017, que de acordo com dados do IBGE apresentados no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, era de 92.386, composta por 22.059 brancos e 68.994 negros. (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha > Acesso em jan. 2021).

[4] Dados do Ministério da Saúde Estado de Minas Gerais município de Paracatu Relatório de cadastro individual, consultado em 24/11/2020.

Dentre outros, pode se perspectivar que a presença, seja uma consequência direta do processo de colonização do Brasil e das atividades desenvolvidas no município atreladas a exploração mineral, agrícola e pecuária. Caso, esta possível razão de ser, seja plausível, talvez possam se dialogar com desdobramentos, tais como a exigência para a referida exploração, e os fatores que se somaram e possibilitaram a classe dominante, e suas relações, sua forma de agir, suas escolhas políticas, que desde o século XVIII procurou ora por um acúmulo de capitais com tráfico negreiro e exportações; ora por uma combinação de ações que envolvia uma política de apadrinhamentos, favorecimentos e controle, quase, absoluto na região garantirem no segundo quartel do século XIX o estabelecimento de uma posição cada vez mais hegemônica.

Sobre esse acúmulo de capitais as autoras Mocelin e Grossi[5] destacam que:

> O Brasil forjou-se enquanto Estado-Nação ancorado no latifúndio, na monocultura e no trabalho escravo, inicialmente da população indígena e, posteriormente, da população negra africana. A escravidão foi, portanto, um elemento fundamental no processo de acumulação de capital, tendo o racismo como sua justificativa ideológica.

A população majoritariamente negra pode refletir o processo histórico de formação do município e grande participação destes na construção da sociedade paracatuense, tal como ocorre em outras regiões e se atrela muito as questões da escravização que permeia a própria formação histórica do Brasil. Este delinear histórico implica na necessária contextualização da história local a partir de elementos de sua formação, observando características fundamentais dos moradores da região e, consequentemente, de elementos dos seus processos históricos. Há que se considerar que a compreensão de um acontecimento histórico ganha em complexidade, e em possibilidade ampliada de entendimento do ocorrido, ao se processar a inclusão dos diversos envolvidos. Nesta direção, interessa nos compreender o máximo possível as ações políticas, o empenho da classe dominante paracatuense na centralização do poder, e principalmente a construção social do povo negro, observando suas características individuais e coletivas, numa relação de

[5] MOCELIN, Cassia Engres; GROSSI, Patricia Krieger. Protagonismo negro, educação antirracismo e os quilombolas urbanos como “outros sujeitos”: uma problematização necessária. **EM PAUTA**, n. 46, v. 18, p. 226 – 241, Rio de Janeiro/2020. p. 227.

construção do cotidiano paracatuense, e, quando possível, com suas relações junto aos demais centros.

Conforme destacado acima, a força, o impacto do processo de escravização de homens e mulheres negros disparou um sem número de construções sociais. E neste aspecto, parece continuar vigorando proposições, tais como as ideias de um país miscigenado, de uma convivência harmônica, o mito da democracia racial, da inclusão com exclusão, uma mais recente, a que atribui aos homens e mulheres negros (as) uma espécie de "vitimização "quando enfrenta e aponta a violência do racismo", que é a suposta "meritocracia", uma construção em que a desvantagem estrutural é ignorada e usada para ratificar privilégios. Uma democracia combinada com violência.

É sabido que, passado várias décadas, o problema persiste no Brasil, a discriminação e o racismo. Ainda se verifica forte preconceito, contra os homens e mulheres negros (as) no país, apesar de denúncias, de combate e de ações positivas. O racismo brasileiro pode não ser oficial, mas, conforme ressaltou a historiadora Lilia Schwarcz, está internalizado[6].

As relações sociais que constituem base no Brasil possuem por característica básica, um desiquilíbrio socioeconômico que favorece parte do conjunto populacional branco diante dos demais. Há ainda que se destacar a clara naturalidade de fazer parecer que a "norma", o "certo" é ser branco, ser de valor universal "branco". Essa situação é reforçada, principalmente, no contexto de um passado colonial, escravocrata e exclusivista não se alterou algo muito notável no cotidiano, principalmente na periferia, nas regiões mais afastadas, no interior brasileiro, e ainda mais na sua relação com os grandes centros – notadamente, numa proposição centro-periferia. O que se vê é a manutenção de uma rede de exploração, hierarquização de valores, organizada na estrutura social brasileira. As modificações ocorrem em várias esferas, com mudanças e alterações políticas, sociais e econômicas, porém, a cultura de exploração permanece a mesma.

No diálogo com a presença da população negra e os sentidos de orientação histórica que emanam das relações passadas, compreende-se que, pode haver até mesmo pela forma como ocorre a organização de determinado grupo, junto aos

[6] SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário.** Cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo, Claro Enigma, 2012.

demais, que se utiliza de mecanismo de exploração e estruturam as relações da mesma forma (ou atualizando-a) ao longo dos séculos para garantir seus privilégios, em alguns momentos, de forma quase naturalizada. É preciso compreender os processos para poder desnudar a sedimentação histórica que naturaliza condições e desqualificações diversas. De forma mais detida, os envolvimentos da população negra brasileira, nas suas mais diferentes partes do território nacional, e mesmo internacional, inspiram-nos.

Por sua vez, os acontecimentos históricos na região interiorana do noroeste mineiro, onde está localizado o município de Paracatu, interessa-nos fortemente, e constituem os pilares de nosso investimento de pesquisa. É com base naquelas construções históricas, no fazer e refazer diários, de homens e mulheres negros, em diálogo com os processos de exploração e desqualificação, que marcam a sociedade brasileira, que procuraremos explorar as possibilidades de análise e compreensão histórica, perspectivando a presença (ou não) de um sentido de orientação histórica, para além das escolhas, das decisões e encaminhamentos vividos na relação entre os grupos sociais que predominam sobre a produção e distribuição de riqueza. Sim, compreendemos que junto com as batalhas históricas, com os enfrentamentos diários, pode haver, ainda, uma disputa pelo sentido do ocorrido, pelo legado histórico a ser transmitido às gerações futuras, que se, de fato existir, muito nos interessa.

Considerando que, por coerção, assim como todos os demais, os primeiros homens e mulheres negros foram trazidos para Paracatu, ainda na condição de escravizados, estes por opção ou por falta desta, permaneceram nesta cidade, mantiveram com grande esforço sua identidade, construíram formas de identificação, estratégias de reconhecimento, e de separação dos demais grupos, formaram suas famílias e estabeleceram suas relações sociais dentro de um contexto de exploração estruturado na sociedade local, mas também de vida, de realizações, e de tentativas de autonomia diversas.

Para além da simples presença, as pessoas vivem e constroem possibilidades, muitas vezes, onde quase não percebemos. No passado, apesar de toda limitação imposta, pela condição de serem homens e mulheres reduzidos à condição de escravizados, estes sujeitos, parecem terem avançado em toda a região, se estabelecendo como núcleos familiais principais na zona rural e em toda a periferia de Paracatu. Nesta localidade, atualmente, crianças, adolescentes e jovens negros são ampla maioria e estes completam a história como sujeitos históricos herdeiros de

uma identidade, mesmo que, muitos não tenham essa percepção, devido ao ensino focalizar em uma história de valorização da sociedade branca e de uma visão eurocêntrica, que procura impor uma memória importada de um continente que não é de seus antepassados, assim como, com valores que se afastam dos seus.

Do exposto acima, ainda assim importa pesquisar acerca das possibilidades construídas nesta dinâmica relacional. Quais eram as condições de construção do viver, dos homens e mulheres negros (as) na cidade de Paracatu MG, durante as últimas décadas do período da escravização? Quais foram as estratégias formuladas pelos detentores do poder institucionalizado para dificultar o modo de viver destes sujeitos? Quais foram as condições experimentadas por estes homens e mulheres nas primeiras décadas do período posterior a libertação da escravização? É possível observar a forma como os demais sujeitos paracatuenses agiram para favorecer e/ou dificultar as condições destes sujeitos? Haverá alguma relação entre práticas passadas, anterior ao término da escravização e a nova dinâmica da cidadania que se instalara? Da mesma maneira, haveria alguma forma de "manutenção" no diálogo anterior ao término da escravização e o período de implementação da cidadania no diálogo com a população de homens e mulheres negros (as) na cidade de Paracatu? Estas e outras perguntas podem não ser respondidas neste empreendimento, mas orientam proposições iniciais, busca por materiais em arquivos, pesquisas diversas, diálogos bibliográficos, além de formas de análises, eleição de novos questionamentos que levam a pontos diversos deste trabalho.

Na possibilidade de se pensar elementos históricos que marcam a presença da população negra na sociedade brasileira têm-se dados como o fato da população negra, que compõe mais de 55% do total de brasileiros, o que deixa o país perdendo apenas para a África em relação a quantitativo da população negra. A expressividade, no entanto, não permanece quando o indicador é a renda, pois menos de 20% da população de maior renda é composta por homens e mulheres negros, cuja maioria desses sujeitos se conserva dentre os estratos inferiores de rendimentos, com 73,7% em 2020[7].

[7] BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Pág.70-71

Com relação ao rendimento familiar, já no século XX, a população de homens e mulheres negras chegou a receber 196% a menos que às famílias brancas[8]. Numa perspectiva mais atual a desigualdade se mantém evidente nos números da renda dos trabalhadores brancos e negros e em outros importantes indicadores socioeconômicos.

Por me preocupar com a História e os acontecimentos acerca da população negra na cidade de Paracatu em Minas Gerais, seus diálogos relacionais, acredito que problematizar as questões nacionais relacionadas a essa população, à luz do que pode ter acontecido nessa localidade, poderá contribuir para se compreender mais e melhor da sociedade brasileira como um todo.

Em diálogo com as considerações do tema de maneira geral, cabe analisar a natureza da forma como o ser branco e o ser negro, enfim, o racismo paracatuense, até porque parece difícil pensar que não exista. Pode se apontar que, com o passar do tempo, dentre outras estruturas sociais, o racismo ainda organiza as relações sociais e relações de classe, com isso a população negra ainda vive marginalizada, o que traz muitas implicações para a forma como homens e mulheres negros se inserem no mercado de trabalho, acessam as riquezas e a educação/qualificação[9]. Os dados nacionais, conforme citados anteriormente, permitem pensar na especificidade da dinâmica local, muito dificilmente, na sua ausência. Essas atitudes racistas podem culminar em bloqueio de acesso aos níveis desejáveis de desenvolvimento humano, na elaboração do que se persegue como valor, como sentido de ser e de viver, para além do fundamento econômico, mas de dimensões como a cultura, a religião, a lógica de criação dos filhos, da compreensão pós vida, dentre inúmeros outros. Este bloqueio, um problema que, mesmo não sendo endêmico de Paracatu, tem nesta cidade uma persistência importante. E para quem acredita que toda injustiça, por mais longa e sedimentada historicamente que seja, precisa cessar, esta é uma oportunidade adequada a um estudo mais aprofundado.

---

[8] FERREIRA, Ricardo Franklin; MATTOS, Ricardo Mendes. O afrobrasileiro e o debate sobre o sistema de cotas: um enfoque psicossocial. **Psicologia: ciência e profissão,** v.27, n. 1, p.46-63, mar./2007.p.51.

[9] MOCELIN, Cassia Engres; GROSSI, Patricia Krieger. Protagonismo negro, educação antirracismo e os quilombolas urbanos como “outros sujeitos”: uma problematização necessária. **EM PAUTA**, n. 46, v. 18, p. 226 – 241, Rio de Janeiro/2020.p.228.

No município de Paracatu as marcas negativas da exploração de homens e mulheres negros ainda são muito sentidas no cotidiano e podem ser destacadas em números que, infelizmente, impactam de forma abrangente a população negra. Muitos trabalhadores urbanos e rurais têm seus direitos mínimos como a liberdade e autonomia violados constantemente em Paracatu.

Conforme os números abaixo do Ministério do Trabalho sobre tráfico de pessoas no Brasil para exploração de trabalho análogo ao de escravo. Os números ressaltam Paracatu como um dos cincos maiores munícipios do Brasil em número de trabalhadores vítimas de tráfico de pessoas para fins de exploração de trabalho análogo ao de escravo em todos os anos no Brasil. Importante refletir que o munícipio de Paracatu se localiza a cerca de 200 quilômetros do Tribunal Superior do Trabalho, além das demais cortes de justiça principais como o Supremo Tribunal Federal localizados em Brasília DF.

Gráfico 1 - Fonte: Portal da Inspeção do Trabalho, Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil Subsecretaria de Inspeção do Trabalho [10]

[10] Portal da Inspeção do Trabalho, Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil Subsecretaria de Inspeção do Trabalho, Ministério do Trabalho. Disponível em https://sit.trabalho.gov.br/radar Consultado em 10/03/2022

Gráfico 2 -Fonte: Portal da Inspeção do Trabalho, Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil Subsecretaria de Inspeção do Trabalho [11]

Os dois gráficos anteriores permitem acompanhar que a exploração permanece como problemas principais na sociedade paracatuense, além disso, são marcas extremamente negativas que remetem ao passado da região, visões de mundo racista, discriminatória entrelaçadas nas relações sociais do munícipio de Paracatu. Há que se considerar aqui, a possibilidade de uma compreensão e, mesmo de uma formulação vencedora, na forma como se estabelece o diálogo com a força de trabalho. Sim, há que se observar o papel dos empregadores, dos agenciadores de trabalhadores e a sua reincidência maneira de perspectiva esta força de trabalho. O que ocorreria aqui? O que orientaria esta forma de entender o trabalhador parcatuense? Qual seria a forma de pensar o "outro trabalhador" que forma uma maneira de pensar, que ganha materialidade no agir, e coloca o trabalhador nesta condição? Haveria alguma orientação história? Será que é possível observar alguma 'permanência' nesta dinâmica de trabalho na localidade?

Seguindo com a nossa análise sobre os dados que envolvem o munícipio de Paracatu, temos as informações que o Ministério do Trabalho, por meio da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho registrou os primeiros crimes de trabalho

[11] Portal da Inspeção do Trabalho, Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil Subsecretaria de Inspeção do Trabalho, Ministério do Trabalho. Disponível em https://sit.trabalho.gov.br/radar Consultado em 10/03/2022

análogo à escravidão em Paracatu no ano de 2004. Desde este período centenas de outros casos ocorreram no munícipio e nas cidades vizinhas com as quais possui os maiores limites como João Pinheiro e Unaí. A maioria dos registros nas atividades agrícolas como cultivo de cereais, cultura da cana de açúcar, pecuária e produção florestal.

Nos três maiores munícipios do noroeste de Minas Gerais em extensão territorial foram encontrados 478 trabalhadores em condição de trabalho análogo à escravidão. Em Paracatu foram encontrados 154 trabalhadores, em João Pinheiro 203 e em Unaí 123. Analisando o período a partir dos primeiros registros temos as seguintes informações.

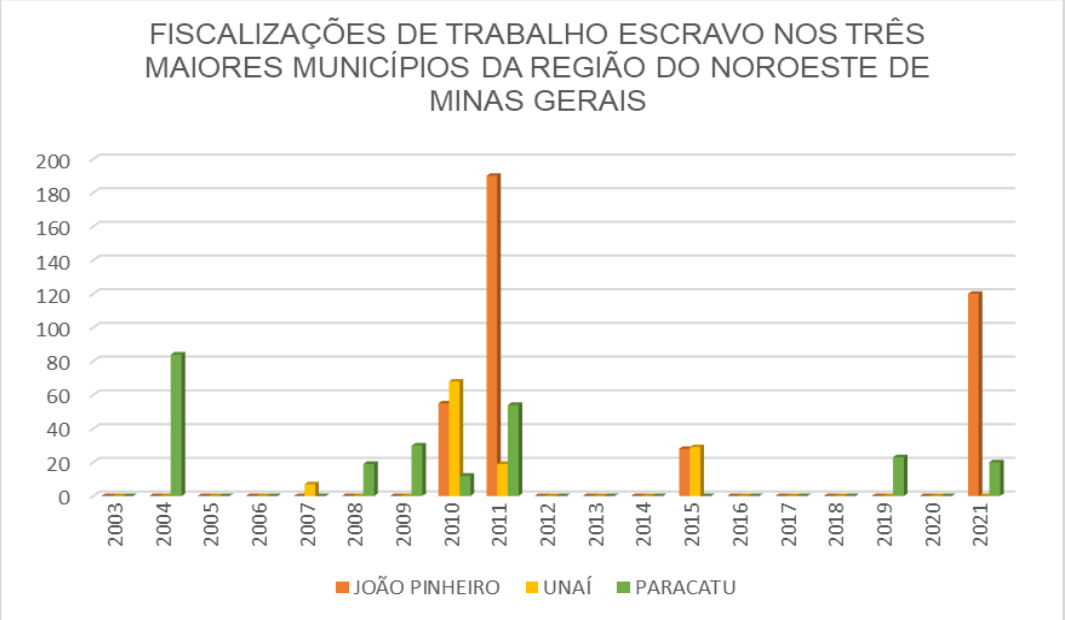

Gráfico 3 - Fonte: Portal da Inspeção do Trabalho, Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil Subsecretaria de Inspeção do Trabalho [12]

[12] Portal da Inspeção do Trabalho, Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil Subsecretaria de Inspeção do Trabalho, Ministério do Trabalho. Disponível em https://sit.trabalho.gov.br/radar Consultado em 12/03/2022

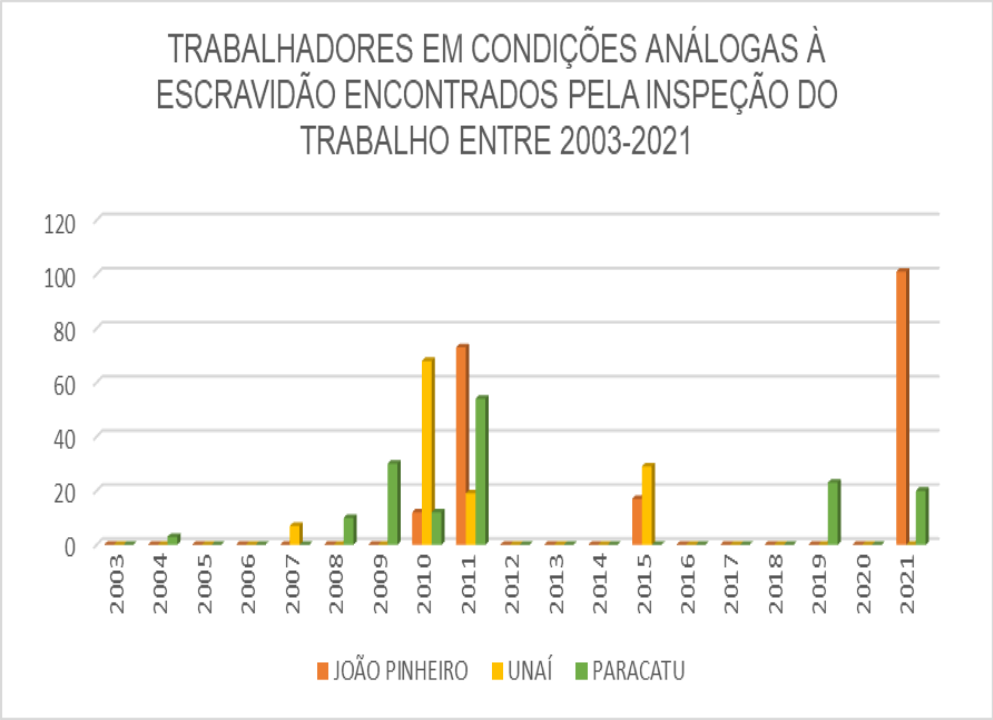

Gráfico 4 - Fonte: Portal da Inspeção do Trabalho, Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil Subsecretaria de Inspeção do Trabalho [13]

Os dois gráficos com as informações sobre fiscalizações e trabalhadores encontrados em condições de trabalho análogo à escravidão permitem perceber que na região de Paracatu permanecem redes de exploração acomodadas nas estruturas sociais. Os números demonstram que, quando ocorrem fiscalizações, trabalhadores são encontrados. É notório que a fiscalização não é ostensiva, aparentemente ocorrem motivadas por denúncias.

Em Paracatu no ano de 2021 foram registradas pela Subsecretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho 20 fiscalizações na zona urbana e rural e 20 trabalhadores foram encontrados em condições de trabalho análogo à escravidão. Em João Pinheiro, munícipio que possui limites comuns com Paracatu foram registradas em 2021 um total de 120 fiscalizações na zona urbana e rural e foram encontrados no mesmo ano, 101 trabalhadores em condições de trabalho análogo à escravidão. Outro munícipio analisado com divisas comuns, Unaí, não houve autuação em 2021 e não houve nenhuma fiscalização registrada pelo Ministério do Trabalho em 2021 nesta cidade.

[13] Portal da Inspeção do Trabalho, Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil Subsecretaria de Inspeção do Trabalho, Ministério do Trabalho. Disponível em https://sit.trabalho.gov.br/radar Consultado em 12/03/2022

No ano de 2011, a região registrou uma marca negativa, liderando as autuações de trabalho escravo em todo o Brasil, conforme dados do Ministério do Trabalho. Em João Pinheiro foram lavradas 190 autuações, maior número no Brasil neste ano, em Paracatu, 54 autuações e em Unaí 19, todas registradas no ano de 2011 com 73 trabalhadores encontrados em condição de trabalho análogo à escravidão em João Pinheiro, 54 em Paracatu e 19 em Unaí. Ressalta-se que de 2003 a 2021 o Brasil, Minas Gerais e Paracatu passou por muitas alternâncias nos poderes institucionais, desdobramentos políticos importantes, mas, a condição de homens e mulheres negras nas cidades interioranas conhece alguns avanços sociais, com política de valorização da 'História e da Cultura afro-brasileira, com políticas para ingresso e permanência nas Universidades, dentre outros. Porém, muitos problemas históricos ainda permanecem praticamente inalterados. Não se trata de falhas em apenas um ou dois governos, trata-se de uma exploração organizada na estrutura social de muitos munícipios, no nosso caso, Paracatu se enquadra bem neste contexto.

Interessa-nos compreender os mecanismos de poder que sustentaram e ainda sustentam determinadas redes de exploração em Paracatu, mas, também os mecanismos de solidariedade que conseguiram sobreviver em uma estrutura social coercitiva.

Sobre estas questões raciais, a historiadora Lilia Schwarcz[14] se, num dado momento critica a pouquíssima dedicação de escritores ao tema, mesmo diante de situações de desigualdade, exploração e racismo, problemas ainda enfrentados pela sociedade brasileira. Por sua vez, este cenário de produção vem mudando, vem recebendo contribuições importantes, e que serão chamadas para o diálogo. No esforço de muitos que se dedicaram a este tema raça, teve como foco principal as questões analisando o povo negro como um grupo homogêneo, ou não, deslindando as relações com ênfase na coexistência pacífica ou violenta, acomodada ou rebelde, como se fosse possível consubstanciar tantos esforços, saberes, características e identidades dos povos das várias nações africanas que tiveram indivíduos sequestrados e escravizados no Brasil assim como os seus diálogos/relações tecidas

[14] SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário.** Cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo, Claro Enigma, 2012.

em meio às condições/conjunturas próprias de cada regionalidade, quando não de cada localidade brasileira, humildemente, nos inserimos neste debate.

Importa destacar, que sem dar, a devida atenção às individualidades destes sujeitos corre-se o risco de repetir parte da ideologia transmitida no ensino brasileiro. Neste ponto, destacamos ainda, uma posição, que vem mudando, mas que por muito tempo, enfatizou, na historiografia, um ícone negro, sempre como objeto, recebedor de ações externas, quase nunca como sujeito, situação que está mudando. O ensino brasileiro traz como características nestas relações raciais, o enfoque do negro sempre como objeto explorado nestas disputas, das quais, em características objetivas, estava sempre em desvantagens.

Outro elemento a ser observado, é o fato de que as questões envolvendo a população de homens e mulheres negros (as) costuma ser apresentado como se as consequências das desigualdades sociais fossem algo designado pela natureza e não pelas atitudes racistas, que quando expostas, são tratadas como excepcionais ou que os homens e mulheres negros são beneficiados diretamente por políticas públicas como a de cotas e de distribuição de renda. Esta parece ser uma estratégia feliz de despolitização e de não desejo de acerto com o passado, pavimentando elementos de uma compreensão liberal desumanizadora.

Partindo da observação de aspectos de problemas do cotidiano do povo negro brasileiro, apesar de avanços significativos nas conquistas por meio de lutas que se concretizaram em ações afirmativas nas últimas décadas, de 1990 e 2000[15], o Brasil ainda convive diariamente com a desigualdade. Esta camada, composta por maioria de homens e mulheres negros, tem sofrido as piores desproporções do tratamento equânime, do fortalecimento de uma cidadania cuidadosa. Na verdade, o que ocorre é um processo ao contrário, de retirada de políticas e de cobrança. Esse problema permanece entrelaçado ao negacionismo brasileiro[16]. O medo latente de assumir as falhas como uma sociedade que pratica a exclusão.

---

[15] Refiro-me às ações principalmente a partir da redemocratização no Brasil, que tiveram avanços significativos em muitas áreas, com algumas reivindicações atendidas como A Lei 10.639 de 2003 e a Lei 12.711 de 2012 são alguns exemplos de ações afirmativas destas décadas. O crescimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que teve um alcance estendido a muitos munícipios nesse período alcançando um número maior de jovens, os programas sociais de distribuição de renda e de moradia.

[16] Esse método de negar o preconceito no Brasil está inserido no próprio contexto do mito da democracia racial, atitude criticada por muitos intelectuais desde meados do século XX, são respostas rápidas usadas por muitos, que enfatiza o preconceito sempre como do outro e enaltece a miscigenação brasileira e a cordialidade entre diferentes raças. (MAESTRI, Mário. Como era Gostoso

Diante do colocado acima, retomamos as considerações acerca das condições, das escolhas e das possibilidades de construção do viver, dos homens e mulheres negros (as) na cidade de Paracatu MG, durante as últimas décadas do período da escravização? Destacamos que as condições, e experiências das populações negras em outras partes do Brasil interessam-nos, inspira-nos, mas que buscamos analisar aspectos de quais foram as condições experimentadas por estes homens e mulheres nas primeiras décadas do período posterior a libertação da escravização na cidade de Paracatu? Retomamos a consideração acerca da possibilidade de analisar se haveria alguma relação entre práticas passadas, anterior ao término da escravização e a nova dinâmica da cidadania que se instalara? Creio que ficou claro que nos interessa os homens e mulheres negros (as) fazendo escolhas, construindo sentidos históricos nesta região do Brasil.

Diante disso o presente trabalho tem por intuito analisar compreensões acerca de alguns raciocínios históricos de questões étnico-raciais, sociais e econômicas importantes para o entendimento de experiências e valores socioculturais, especificamente do povo negro. Há ainda a disposição de compreender elementos históricos ocorridos na cidade de Paracatu no que se refere à população de homens e mulheres negros e suas respectivas relações com a população branca, pois, é impossível analisar a história da população negra paracatuense sem considerar os encadeamentos com este grupo populacional.

Pode ser que no passado, as decisões da população de homens e mulheres negros contenham uma (ou um sem número) de circunstâncias premidas por estratégias, leituras das condições, avanços e recuos diversos, muitas vezes, marcados pela não observação dos caminhos que trilhou o povo negro, a sua voz, sua escolha, suas predileções de liberdade e autonomia. Essa compreensão pode ter sido organizada pela falta de aceitação e reconhecimento, de escolhas e de elaborações feitas por estes nas áreas sociais, econômicas e culturais, por mais humildes que sejam. Um conhecimento adquirido ao longo do tempo e aperfeiçoado no dia a dia são saberes que muitas vezes recebem pouca atenção, pois, estão fora de um “padrão” que a sociedade acostumou a valorizar e aceitar. Para uma análise

---

ser Escravo no Brasil. A Apologia da Servidão Voluntária de Kátia de Queirós Mattoso. **Revista Crítica Histórica**, Ano VI, n. 12, p. 1-31, 2015. Disponível em: <http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/256/Fluxo%201.pdf >. Acesso em jan. 2021).

destas circunstâncias é necessária uma viagem ao passado, um caminho possível para responder muitos questionamentos ainda presentes.

A experiência da população de homens e mulheres negros (as) com suas diferenças, com suas individualidades, com seus íntimos, ainda perfaziam, ao menos, em determinados momentos, uma espécie de “bloco” político. Estes sujeitos históricos ligados diretamente à cidade de Paracatu motiva um esforço para compreender, como foi possível em um ambiente específico a consolidação de uma identidade significativa. Trata-se de uma motivação política, para se perspectivar um olhar diferente sobre um objeto que muitos não atentaram, (ou simplesmente escolheram outros diálogos), de uma história que não foi transmitida no ensino brasileiro. Essa experiência motiva também um pensar historicamente sobre outra perspectiva da história de determinada região do interior do Brasil.

Especificamente em Paracatu, nas escolas, e na disciplina de História, tem sido trabalhada uma disciplina, distante da realidade dos jovens negros paracatuenses, maioria absoluta nas escolas públicas. Como professor do Fundamental II e do Ensino Médio, percebi continuamente como anseiam muitos destes adolescentes e jovens por uma transmissão de conhecimento que considere sua própria história.

Pode se problematizar a escolha dos conteúdos históricos escolares, e de certa forma, observar a presença de uma intencionalidade, uma proposta de exclusão, de ocultar as ações, as escolhas dos homens e mulheres negros (as) paracatuense. O racismo, a discriminação, o preconceito, que podem estar por trás da escolha dos conteúdos escolares, parecem reforçar uma violência sofrida por mulheres e homens negros paracatuenses, e que afeta de forma semelhante adulto, crianças e adolescentes. O ensino regular não tem contribuído para um enfrentamento adequado com engajamentos participativos nas ações antirracistas, em críticas atualizadas e busca por um conhecimento significativo a este grupo. Desta forma, a pesquisa que considera perspectivar aspectos como os anseios destes cidadãos deve contribuir perspectivando mudanças por meio de um conhecimento contextualizado à realidade de homens e mulheres negros paracatuense.

Além disso, a motivação para a pesquisa neste município tem um caráter pessoal, pois, como negro e paracatuense, filho dos africanos que foram sequestrados em seu continente, trazidos para o Brasil e escravizados nas minas desta cidade nos séculos XVIII e XIX, tenho o propósito de aprofundar no estudo da história do meu povo, da minha cidade, e consequentemente somar com a compreensão da história

do Brasil. Conforme ressalta o historiador Edward Hallett Carr,[17] o historiador é um ser humano individual, como qualquer outro indivíduo, também é um fenômeno social, tanto como produto como o porta-voz consciente ou inconsciente da sociedade a qual pertence.

Outra motivação por ter vivenciado muito dos problemas relacionados à discriminação, a desigualdade e a desvalorização humana, por ser negro. Entendo que muitos não tiveram oportunidade de conhecer mais sobre sua própria história e esta pesquisa pode contribuir para uma reflexão atualizada sobre o tema.

A motivação externa se deu pelo fato de que em uma cidade de uma população majoritariamente negra, como Paracatu que conta com uma população estimada em 93.862 pelo IBGE para o ano de 2020[18], sendo dessa população mais de 75% pretos ou pardos, ainda percebemos a falta de aprofundamento no estudo das relações étnico-raciais, e pouca ênfase na experiência do homem e da mulher negra em seu legado histórico como protagonista de resistência e de luta pela liberdade. Outro problema é o pouco destaque na história local sobre a influência do negro na formação da sociedade no século XIX. Certamente é muito importante uma análise sobre muitas situações vividas por estes agentes históricos, incluindo livres ou escravizados.

A escolha desta região se deu pelo fato dessa sociedade ser um pequeno retrato do nosso país. Aqui vivenciamos o colonialismo e o imperialismo com suas relações raciais, o racismo exacerbado, o modo de produção utilizando mão de obra escravizada, diferentemente de outras regiões, a pouca presença de imigrantes, faz-se notar. Há que se destacar que a crise na economia com o fim de um ciclo econômico, neste caso, o declínio da produção aurífera, esses inseridos na grande onda exploratória, nos ciclos econômicos nacionais são fenômenos sociais importantes, mas, não é exclusivamente o objeto da pesquisa. Interessa também a dinâmica ordinária, a natureza das relações diárias em que o fato de serem homens e mulheres negros possa ter sido objeto de construção histórica própria.

A pesquisa poderá ou não revelar, mas há indícios que nesse município poderá encontrar sensíveis elementos da luta no cotidiano durante mais de um século de

---

[17] CARR. E.H. **Que é História**. Trad. Lúcia Maurício de Alverga. 5º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1987 pág. 34

[18] BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2020.** IBGE, Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS, 2020. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2020/POP2020_20210204.pd>. Acesso em ago. 2021.

homens e mulheres escravizados pela sobrevivência e pela liberdade. A luta de homens e mulheres livres na construção de um legado próprio, com saberes autênticos que não devem ser esquecidos ou desvalorizados, assim como de sentidos que emanam das disputas e parecem querer compor uma forma de orientação histórica.

Trata-se de discussões relacionadas à valorização e reconhecimento da luta de homens e mulheres negros (as), e a cidade de Paracatu não é diferente de outras regiões brasileiras. Há uma visão geral que existe na cidade um caldeamento, uma miscigenação. Essa ideia de miscigenação, muitas vezes, esconde a própria rejeição ao legado do povo negro, conforme Florestan Fernandes alerta sobre um sentimento de negação utilizado no Brasil. Uma negação do preconceito, do racismo e da discriminação.[19] Colocado desta forma, sempre que alguém questiona os tratamentos diferenciados na própria história da sociedade do munícipio, levantam-se como um escudo essas definições de caldeamento de raças.

Tenho como objetivo uma análise com um recorte espacial da cidade de Paracatu em Minas Gerais e de sua região, recorte que será, quando possível colocado em diálogo com outras dinâmicas sociais. Um munícipio que surgiu como um arraial ainda durante o período colonial, passando por todas as fases principais da história brasileira, colônia, império e república e tendo como base de sua sociedade, o povo negro, que consolidou desde o início como maioria absoluta nessa região. Por meio da análise de documentos oficiais do século XIX, procuro conhecer um pouco mais sobre o cotidiano de homens e mulheres negros, livres ou escravizados, como sujeitos históricos que lutaram por sua liberdade por meio de diversas formas de resistência, edificando relações sociais, culturais e econômicas em um contexto de exploração persistente.

Destacamos que, assim como um inspirador trabalho com um processo inquisitorial[20], possibilitou a um pesquisador a análise de escolhas, de preferências diversas, nem sempre a documentação encontrada, será feita pelos protagonistas, ainda assim, será sempre de suma importância para nosso intento.

---

[19] FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1972. p.23

[20] GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Companhia das Letras, São Paulo, 2006

As considerações iniciais, acerca das condições, das escolhas e do viver, dos homens e mulheres negros (as) na cidade de Paracatu MG, durante as últimas décadas do período da escravização? Sobre as experiências destes homens e mulheres nas primeiras décadas do período posterior a libertação da escravização na cidade de Paracatu? E sobre a possibilidade de analisar se haveria alguma relação entre práticas passadas, anterior ao término da escravização e a nova dinâmica da cidadania que se instalara? Soma-se, a possibilidade de investigar acerca de um possível elemento histórico novo. Reafirmamos que interessa investigar acerca de um possível sentido de orientação histórica. Sim, um sentido de orientação histórica dos dois grupos. Haveria, na sociedade paracatuense, o que os norte-americanos chamam de *dog whistle – assovio (lembrete) para cachorro* – em tradução livre. A prática mencionada – refere-se a estratégias e mecanismos de controle diversos, às vezes sutis, outras ostensivamente sustentadas, mas que se trata de uma mensagem política sutilmente direcionada que se destina a um grupo específico e só pode ser compreendida por ele. Na mesma medida, outra natureza do sentido de orientação histórica, trata-se das práticas, das dinâmicas sociais, em que os homens e mulheres negros – dialogam com as novas gerações, apresentam o seu entendimento do passado, e a sua compreensão dos acontecimentos, de forma a atualizar o passado, o legado de um grupo. Enfim, temos duas faces de um processo de orientação histórica.

Com esta última consideração, tem-se que o bloqueio dos direitos dos cidadãos negros em Paracatu é sem dúvida, um problema de longa duração, organizado, arquitetado por uma elite dominante e persistente. Ainda não foi superada esta rede de exploração, inserida desde o século XVIII e que muitos não a enfrentam como um problema estrutural, mas, como ações isoladas de determinados grupos em diferentes períodos. Apesar dos aparentes saltos, e de uma possível desconexão histórica, interessa analisar uma espécie de “permanência” histórica.

Este trabalho tem o propósito de uma compreensão de uma lógica, de uma sistemática histórica, que parece ser de uma prática mais longa do que, normalmente, se trata nos empreendimentos investigativos. Desta maneira, pretende se, analisando o mesmo problema/e ou elementos importantes de uma relação, presente, com suas variantes, com suas nuances, com seus desdobramentos, em diferentes tempos históricos em Paracatu, compreender historicamente as inquietações que permeiam o cotidiano, com um novo olhar e novos aprendizados, assim como um jogo de forças,

que procura orientar a formação das novas gerações de homens e mulheres negros (as) paracatuenses e sua forma de conexão com o passado, assim como com os sentidos de viver. Trata-se de uma escolha, de um caminho diferente para a pesquisa, de mais uma visão, mais uma partícula de contribuição ao debate e entendimento do que fizeram tantos historiadores que propuseram escrever sobre a história do povo negro no Brasil.

É o caso dos jovens que acompanham seus pais nos trabalhos rurais, no comércio de produtos, na feira municipal entre outras situações. O trabalho que esses jovens executam atualmente são herdades do passado, que com a compreensão desta formação podem contribuir com a valorização no presente. Da mesma forma, quando as novas gerações se veem de frente aos casos de exploração ainda frequente contra homens e mulheres negros em Paracatu, como exemplo do trabalho análogo à escravidão e a exploração infantil na região, afetando maciçamente homens e mulheres negras.

Por esta razão, dentre alguns movimentos temporais, importa analisar as construções sociais possíveis a estes sujeitos, suas redes de relações, suas convicções, seus saberes locais, suas ligações culturais, o trabalho e construção de suas identidades como sujeitos livres mesmo em meio a um contexto de exploração. Não tenho a pretensão de descobrir a exata reprodução do passado por meio dos estudos nestes contextos espaciais e temporais, conforme ressaltou Marc Bloch[21] busco no passado desta cidade e destes sujeitos, meios de melhor compreender o presente e de algum modo, fazer uma deferência a esses sujeitos que construíram de forma conscientes ou inconscientes no curso da história as suas redes de proteção. Interessa nos dialogar com as possibilidades que a pesquisa, os materiais e nossas preocupações organizam acerca da presença histórica dos homens e mulheres negras na cidade de Paracatu.

Frente a estes contextos históricos é importante ressaltar como estes períodos podem influenciar ou alterar as percepções das gerações contemporâneas paracatuenses? O historiador Edward Hallett Carr utiliza uma metáfora interessante para descrever o curso da história em sua análise sobre o papel do historiador diante do desafio de compreender as alterações no curso da história e as influências de seu

[21] BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador** Trad. André Telles. Rio de Janeiro ZAHAR: 2001. Pág 103

ambiente social. Para Carr[22] o curso da história pode ser exemplificado como uma "procissão em movimento". Muitas vezes, quando esta procissão serpenteia alterando o seu curso em várias direções traz à tona elementos novos, neste movimento, pode ocorrer de um contexto histórico se aproximar de outro. Carr ressalta:

> Falamos às vezes, às vezes, do curso da história como uma "procissão em movimento". A metáfora é bastante razoável contando que não incite o historiador a se considerar como uma águia observando a cena de um penhasco solitário ou como um VIP no palanque. Nada disso! O historiador nada mais é do que um figurante caminhando com dificuldade no meio da procissão. E a medida que a procissão serpenteia, desviando-se ora para a direita e ora para esquerda, algumas vezes, dobrando-se sobre si mesma, as posições relativas das diferentes partes da procissão estão constante mudando, de maneira que pode perfeitamente fazer sentido coerente dizer, por exemplo, que nós estamos mais próximo hoje da Idade Média do que nossos bisavós estavam há cem anos atrás ou que a época de César está mais próxima de nós do que a época de Dante.

Esse mesmo raciocínio pode ser utilizado para enfatizar a história de homens e mulheres negros paracatuenses. Os mais jovens, que estão na ponta desta procissão, por vezes, se depararam nos movimentos de sua própria história, com elementos que integraram a formação de seus antepassados e que ainda estão presentes em sua própria formação.

Quanto aos tipos de pesquisa, podem ser descritivas, exploratórias ou explicativas. Em apertada síntese, a pesquisa descritiva visa descrever as características de eventos ou fatos, a explicativa destina-se para análise de fatos e as causas que contribuem para sua ocorrência e a exploratória é aquela pela qual o pesquisador busca maiores conhecimentos sobre determinada temática, por isso é a que permite maior intimidade com o assunto[23].

Diante disso, a pesquisa exploratória se apresenta como tipo mais adequado para o êxito na resposta à problemática proposta, a fim de melhor abordar o histórico do legado de homens e mulheres negros paracatuense. Desta forma, a técnica que se demonstra mais eficiente são as pesquisas bibliográfica e historiográfica.

No que concerne à pesquisa historiográfica é de suma relevância em várias temáticas por auxiliar na compreensão das estruturas e acontecimentos, como explica mais que instrumento de investigação, a história revela o entendimento dos quais deriva os fatos, a historiografia permite compreender os caminhos trilhados,

---

[22] CARR. E.H. **Que é História**. Trad. Lúcia Maurício de Alverga. 5º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1987 p.34-35

[23] GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

considerando as bases históricas que influem nas relações de poder e nas políticas públicas[24].

Ressalta-se que a cidade de Paracatu possui o Arquivo Público Municipal, Olympio Michael Gonzaga, onde se encontram arquivados obras como manuscritos do século XVIII, processos do Poder Judiciário local, documentos da Câmara Municipal e da Igreja Católica, fotografias, gravações com antigos moradores da cidade e região e documentos das atividades do Poder Executivo.

No que se refere à técnica da metodologia da pesquisa, é indispensável determinar como será realizado o tratamento dos dados, trata-se de uma pesquisa quantitativa, qualitativas ou ambas, já que não há impedimentos quanto a isso. Diante das características de cada método, percebe-se a vantagem de ambos para o presente trabalho, de forma que o trabalho fundamentará uma pesquisa qualiquantitavia, utilizando a estatística descritiva para corroborar com a interpretação subjetiva ou impulsioná-la.

O trabalho consubstancia uma pesquisa qualiquantitativa, interessa-nos os números dos envolvidos, mas interessa também a referência que qualifica um único caso, uma situação vivida, com elementos para torna-se elemento orientador/que impacta o grupo não será descartado. Utilizando como fontes os documentos oficiais, arquivados no Arquivo Público Municipal de Paracatu.

Ademais serão analisados documentos constantes do arquivo da Câmara Municipal e do Poder Judiciário, visando identificar se houve algum tipo de cooperação entre negros livres e cativos neste período. Se há registros de quilombos neste período ou de outras formas de rebeliões locais. Interessa buscar esclarecimentos sobre as várias formas de resistência e luta pela liberdade.

De modo geral a história do negro brasileiro passa por um problema, quando a pesquisa se debruça sobre os períodos imperiais e coloniais que é a falta de documentação que expressem coerentemente as falas, visões ou opiniões de homens e mulheres negros. Obviamente o próprio sistema escravagista envolto no racismo e discriminação não facilitou qualquer legado documental em que estes sujeitos apontassem suas opiniões, ideias ou objetivos.

[24] CALDAS, Pedro Spindola Pereira. A necessidade do método na pesquisa histórica. In: TEIXEIRA, Felipe Charbel. Metodologia da Pesquisa Histórica. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014. p.7-36.

Essa situação não é endêmica de Paracatu, mas, é nativa também nesta região. Nasceu aqui muitas tentativas de silenciar ou abafar a história do negro paracatuense. Trata a presente pesquisa de vasculhar documentos oficiais, não por considerar como fonte principal da história do povo negro, mas, por entender que são também fontes, que direta ou indiretamente tratam do mesmo percurso e podem fornecer subsídios para enfrentar as tentativas de emudecimento por parte de grupos elitistas locais.

Nos acervos oficiais de Paracatu encontram-se obviamente documentos da elite detentora do poder ao longo de mais de dois séculos em Paracatu. Ocorre que nestes mesmos documentos estão inclusos, ações de homens e mulheres negros, pois, não era possível simplesmente apagar as construções destes sujeitos. Determinados requerimentos, leis, ou comunicações só existiram para coagir o grupo populacional de homens e mulheres negros, logo, compreendendo estas tentativas de coerção e possível reconsiderar muito do que já foi estabelecido como história do negro paracatuense e subsidiar novas perspectivas e novos ângulos de visões.

Para cumprir nosso propósito, o trabalho está dividido em três partes. O primeiro capítulo, objetiva dialogar com as possibilidades contidas nas ações de homens e mulheres negros de Paracatu em suas construções, relações sociais e luta cotidiana pela liberdade e emancipação. Para prosseguir com a análise dessas relações, partindo do exame documental nos Acervo da Câmara Municipal, das Atas das Sessões Ordinária e Extraordinária da Câmara de Paracatu, no século XIX. A escolha destes documentos possibilita uma análise, um contato com os problemas relacionados à população negra na cidade de Paracatu, os movimentos, regras, valores e pertencimentos. Interessam-nos compreender as relações sociais e econômicas que impactavam a população negra, as atividades exercidas pelos que adquiram a liberdade, as relações de trabalhos entre estes sujeitos. Pretende-se observar processos históricos em que a população negra da cidade de Paracatu pode ser perspectivada em uma dinâmica relacional não limitada aos binômios historiográficos de ralações violenta ou paternal, cruel ou benevolente, brutal ou suave.

No segundo capítulo, nossa pesquisa pretende dialogar com as perspectivas, as ações de homens e mulheres negros (as) livres em Paracatu a partir de meados do século XIX e início do século XX. Analisando a trajetória desses sujeitos e suas articulações para garantir sua autonomia em um contexto de exploração. Um pós-

abolição que teve data para o seu início, mas, não teve data prevista para o seu fim. Utilizando como fontes os documentos oficiais, Atas Ordinárias e Extraordinárias de 1857 a 1892 da Câmara Municipal de Paracatu MG e depoimentos de cidadãos, homens e mulheres negros (as) nascidos em Paracatu no início do século XX que desfrutavam de memórias fundamentais para o entendimento do passado histórico da população negra de Paracatu. Depoimentos registrados entre os anos de 2000 e 2002. Temos o objetivo de compreender como se desenvolveram as dinâmicas relacionais, o trabalho no campo e o comércio de produtos agropecuários, os mecanismos legislativos, as regras, as alterações políticas e as estruturas sociais.

No terceiro capítulo temos o objetivo de discutir sobre as ações de resistência materializadas. As tentativas por parte de ex escravizados para se integrar à sociedade por meio de relações trabalhistas. Os enfrentamentos, fugas, os remanescentes quilombolas e as redes de proteção, conscientes (ou inconscientes) consubstanciadas por homens e mulheres negros (as) em Paracatu MG. A análise será feita por meio de documentos oficiais do Arquivo Público de Paracatu do século XIX, requerimentos gerais, designações de capitães do mato na região do atual noroeste mineiro, atas do legislativo e processo da 2ª Vara Criminal, processos de 1850 a 1888. Temos o interesse de compreender como se materializou o sentido de liberdade para os homens e mulheres negros (as) paracatuenses, as tentativas de integração, as ações da justiça considerando como parte interessada um homem ou uma mulher negra (a) livre ou escravizado. Pretendemos perspectivar o homem e a mulher negra (a) como protagonistas de sua liberdade, uma visão que difere de quadros repetitivos em que a população negra é retirada do lugar central da história de Paracatu.

CAPÍTULO I

A CONSTRUÇÃO NAS IMPOSSIBILIDADES

O objetivo de nossa investigação é tentar compreender elementos do processo histórico que delimita o que conhecemos da presença e da condição da população negra na cidade de Paracatu MG. Importam analisar aspectos da trajetória de homens e mulheres negros nesta localidade, assim como sua inserção social em diálogo com alguns acontecimentos históricos que marcaram períodos, situações sociais estruturantes, lógicas sociais e imaginários que acabaram ordenando posições locais.

De início, destacamos que no auge do ciclo do ouro na região em 1746, mais de 7000 homens e mulheres escravizados lutavam em seu dia a dia, ainda que sem muitos meios, pela construção de ser e de viver, ora em diálogo com a liberdade nas lavras do Arraial de São Luiz e Santana do Paracatu. A atividade executada por estes sujeitos se concentrava na extração do ouro nas várias lavras do Arraial. Além desta atividade, realizada por faiscadores nos aluviares dos córregos em Paracatu, a agricultura e pecuária sustentaram a economia do munícipio, e por certo, havia aproximações, diálogos que impactavam as demais construções sociais da população negra e do seu relacionamento com os demais sujeitos desta cidade.

De modo rápido, a região onde atualmente está localizada a cidade de Paracatu teve como primeiras explorações econômicas a criação de gado, no início do século XVIII, concentrando à esquerda do São Francisco, habitada principalmente por elementos provenientes da Bahia[25]. Com objetivos de descoberta do ouro, entre 1722 e 1727 foram concedidas várias cartas de sesmarias para que fazendeiros cultivassem com escravizados, gados e conservassem a região livrando-as de povos indígenas.[26]

Neste contexto, apresenta-se uma situação marcante na história da região, o plano de expulsão dos habitantes originários, para evitar conflito ou mesmo para diminuir as incursões de bandeiras de apresamento e a introdução da mão obra escrava africana. Assim se inicia a exploração econômica com a expulsão dos povos indígenas e a introdução dos povos africanos escravizados.

---

[25] MELLO, Oliveira. **As Minas Reveladas**. Paracatu, Ed. De Prefeitura Municipal, 2004. Pág. 77

[26] GONZAGA, Olympio. **Memória história de Paracatu.** Uberaba: Jardim e Comp. 1910. p.03.

> Tanto assim que foi concedida, em 26 de janeiro de 1722, por D. Lourenço de Almeida, *Coronel do Paracatu* a Thomaz do Lago de Medeiros. Ele alegou já ter servido de Alferes do Terço de Auxiliares da "cidade da Bahia", "morador nas cabeceiras do Paracatu que ficam na fronteira do Pitangui e Abaeté, que na dita paragem estava situados gentio bravio que era preciso afugentar-se, assim para não serem infestadas as povoações vizinhas, e fazerem-se outras sem embaraços do dito gentio, para se descobrir ouro, que não falta na dita paragem.[27]

Mais, uma vez, do ponto de vista histórico, com essa ação de "limpar" as terras de povos indígenas que habitavam a região, favoreceu que, aos poucos, criadores de gado paulista fossem adentrando o território, movimentando-se para o sudoeste. A região ficou situada entre a civilização do ouro de Goiás e as criações de gado do lado ocidental do São Francisco.

O manifesto da descoberta das minas veio em 24 de junho de 1744 com a instalação de duas bandeiras na região, de Felisberto Caldeira Brant e a do paulista José Rodrigues Fróis, oriunda da Bahia. Felisberto Caldeira Brant enriquece rapidamente e entra em alto comércio de contratador de diamantes em Tijuco no ano de 1747. Por sua vez, José Rodrigues Fróis foi reconhecido, oficialmente como o descobridor das minas de Paracatu, obteve a primeira data[28], o Morro do Ouro ou Cruz das Almas e a função de guarda-mor[29] e distribuidor das minas[30]. Ressalta-se que as minas do Paracatu estão entre as últimas grandes lavras descobertas no século XVIII, em um contexto de declínio da mineração colonial, que se observara após a terceira década daquele século.

A potência mineral subsidiou inicialmente o rápido crescimento da região, até então conhecida como Arraial de São Luiz e Sant'Anna das Minas do Paracatu, que em 1798 foi elevada à condição de Vila de Paracatu do Príncipe[31]. O potencial do extrativismo mineral influenciou fortemente a elevada presença dos escravizados[32] na

---

[27] MELLO, Oliveira. **As Minas Reveladas**. Paracatu, Ed. De Prefeitura Municipal, 2004. p. 78.

[28] As datas eram títulos especiais para a exploração do ouro da terra, mesmo os que possuíam sesmarias não poderia explorar o ouro sem a data.

[29] O guarda-mor era o oficial do governo responsável pela distribuição das datas na mineração.

[30] MELLO, Oliveira **Paracatu do Príncipe:** Minha Terra. Paracatu: Edição da Prefeitura Municipal de Paracatu, 1979 p. 113

[31] MELLO, Antônio Oliveira. **As minas reveladas:** Paracatu no tempo. 2. Ed. Paracatu: Prefeitura Municipal, 2002.

[32] CARVALHO, Mara da Conceição Amaral Miranda de. **Paracatu:** o Morro do Ouro. Brasília: RTZ Mineração, 1992.

região até o início do século XIX. Paracatu fazia parte da Comarca do Rio das Velhas com sede em Sabará, Comarca esta que foi uma das primeiras divisões político-administrativas e jurídicas da Capitania de Minas Gerais.

Neste período, rapidamente, chegaram os grupos de escravizados pertencentes aos primeiros exploradores[33]. Há que se considerar que esses sujeitos foram trazidos para Paracatu por possuírem saberes, e mesmo capacidade técnica, que na dinâmica de coerção e violência escravagista, poderia impulsionar aquele empreendimento. Para esta reflexão, importa observar que as condições de produção encerraram possibilidades para muito além do 'objetivo' menor da exploração aurífera, os homens e mulheres negros (as), sujeitos históricos únicos, nesta dinâmica social, perfazem, juntamente com os demais grupos, a totalidade social que nos interessa.

Como bem destacado por Araújo[34] no século XVIII a maior parte dos escravizados africanos foram destinados ao trabalho forçado na mineração em Minas Gerais. É justamente a necessidade exigida para atividade mineradora que definia o perfil e o valor dos escravizados que vinham para Minas, mulheres e crianças não eram bem vindos, preconizando os escravizados homens em idade adulta oriundos do Golfo de Benim, por serem considerados mais fortes e resistentes às doenças que os escravos trazidos de Angola[35]. Concordando com tais assertivas Boxer informa que:

> Com a descoberta do ouro em Minas Gerais, na última década do século XVII, torna-se urgentemente necessário encontrar escravos que fossem mais fortes e mais aptos para o trabalho nas minas do que os bantos de Angola e do Congo. Isso levou a reabrir o tráfico de escravos entre os portos brasileiros e a 'Costa da Mina', como os portugueses chamavam a Baixa Guiné[36].

As diferentes regiões de minas eram carentes de mão de obra, por isso os homens e mulheres negros (as) cativos (as) vinham de diversos lugares, com destaque para Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, esse último principal fornecedor da

---

[33] Povos que dominavam técnicas agrícolas e de criação de gado desde o século III a.C, SILVA, Alberto da Costa e, **A Enxada e a Lança; a África Antes dos Portugueses**. Nova Fronteira 2011. Pág. 110

[34] ARAÚJO, Valmir Teixeira de. **Primórdios da Mídia Negra e Imprensa Abolicionista no Brasil**. XI Encontro Nacional de História da Mídia. Universidade Metodista de São Paulo - Umesp, São Bernardo do Campo, SP, 2017.

[35] RUSSEL-WOOD, A.J.R. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial.** Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005.

[36] BOXER, C. R. **Relações raciais no império colonial português 1417-1825.** 2. ed. Porto: Afrontamento, 1988.

região diamantina. O que tornava a negociação de escravizados vultosa e altamente lucrativa por todo estado, com traficantes especializados na reexportação de africanos para Minas, com a distribuição pelo interior feita por comboios e pelos tropeiros, seja por encomenda, seja por conta própria[37].

Com relação à presença dos escravizados africanos em Paracatu, Silva[38] assevera que "o mesmo foi fundamental no seu desenvolvimento, pois eram os responsáveis pela exploração do ouro, plantio, agricultura e criação do gado". Diante disso, a população do pequeno arraial aumenta rapidamente com essa camada escravizada. Predominavam os homens oriundos da Costa da Mina, principalmente os sudaneses[39]. Para esta região, os mineradores trouxeram uma grande quantidade de homens escravizados e uma pequena parcela de trabalhadores livres. No ano de 1744 foram registrados 5946 escravizados e 56 forros, em 1746 havia 7392 escravizados e 72 forros, em 1747 eram 6672 e 45 forros e no ano de 1749 eram 5570 escravizados e 61 forros[40], observe o quadro a seguir:

VILA RICA	**ANOS**	**ESCRAVIZADOS**	**FORROS**
	1744	20.945	245
	1746	19.758	230
	1747	18.217	214
	1749	18.516	185
MARIANA	**ANOS**	**ESCRAVIZADOS**	**FORROS**
	1744	24.108	253
	1746	22.778	234
	1747	21.708	247
	1749	20.276	237
SABARÁ	**ANOS**	**ESCRAVIZADOS**	**FORROS**
	1744	21.203	228
	1746	20.598	267
	1747	21.006	288
	1749	20.828	282
RIO DAS MORTES	**ANOS**	**ESCRAVIZADOS**	**FORROS**
	1744	14.807	113
	1746	13.781	114
	1747	13.568	122
	1749	13.713	104
SERRO FRIO	**ANOS**	**ESCRAVIZADOS**	**FORROS**
	1744	6.967	52
	1746	6.952	50

[37] MARTINS, Robeno Borges. **Minas e o tráfico de escravos no século XIX.** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR. 1994. p.11.

[38] SILVA, Paulo Sérgio Moreira da. **A Caretagem como prática cultural:** fé, negritude e folia em Paracatu-MG (1960 – 1980) Dissertação de Mestrado – UFU. Uberlândia – MG. 2005.

[39] Povos que dominavam técnicas agrícolas e de criação de gado desde o século III a.C, SILVA, Alberto da Costa e, **A Enxada e a Lança; a África Antes dos Portugueses**. Nova Fronteira 2011. Pág. 110.

[40] MELLO, Oliveira. **As Minas Reveladas**. Paracatu, Ed. De Prefeitura Municipal, 2004. Pág. 102-103

	1747	6.956	51
	1749	6.977	61
SERTÃO	**ANOS**	**ESCRAVIZADOS**	**FORROS**
	1744	1.349	3
	1746	1.582	4
	1747	1.085	4
	1749	1.460	7
PARACATU	**ANOS**	**ESCRAVIZADOS**	**FORROS**
	1744	5.946	56
	1746	7.392	72
	1747	6.672	75
	1749	5.570	61

Quadro 1 – População negra em Comarcas e Vilas da Capitania de Minas Gerais entre 1744 e 1749
Fonte: ESCHWEGE, 1899, p. 750-755.

Analisando os números do quadro, observa-se que ainda na condição de Arraial os números da população negra de Paracatu já se destacavam em meio às primeiras Comarcas de Minas Gerais, como as de Vila Rica (Ouro Preto) e do Rio das Mortes (São João Del Rei) e seguia muito próximo com população de outro Arraial importante como o de Serro Frio (Tijuco).

Nota-se que a província de Minas Gerais seguiu uma dinâmica brasileira, com elevada demanda de mão de obra, o estado teve grande apego a instituição servil desde os primórdios da escravidão até a abolição, firmando-se como uma das principais regiões importadoras de escravizados, talvez a maior destinatária do Tráfico do Atlântico[41]. A grande demanda pelos escravizados fez com que o percentual de homens e mulheres negros em Minas Gerais sem mantivesse sempre no percentual superior a 30% da população local[42]. No caso específico de Paracatu este percentual se manteve sempre acima de 85% da população. Por certo existem outros fatores, mas esta é uma condição do passado que pode ajudar a compreender o desenho populacional dos dias atuais.

1.1 As dinâmicas de exploração e as construções silenciosas

Para esta pesquisa, busca-se abordar elementos importantes que parecem permanecer, quando não o mesmo problema em sua essência, dialoga-se com aspectos da estruturação da cultura de vida, de sentidos de ser, mas também de diálogos com os demais grupos sociais e também das dinâmicas de exploração de

[41] MARTINS, Robeno Borges. Minas e o tráfico de escravos no século XIX. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR. 1994.p.7.

[42] ALBUQUERQUE, W.R. **Uma história do negro no Brasil.** Brasília. Centro de Estudos Afro-Orientais. Fundação Cultural Palmares: 2006.

homens e mulheres negros em diferentes contextos da história paracatuense. Nesta direção, justifica-se o expediente de traçar uma perspectiva longa, O curso da história dessa população de homens e mulheres negros (as) é, por característica, longo, pois se caracterizou por movimentos lentos, alguns seculares e em grande parte, silenciado no ensino e nos meios oficiais da cidade de Paracatu. E da mesma forma, a perseguição de um possível sentido de orientação, faz se necessário, buscar compreender sinais, possibilidades históricas, em períodos longos.

As formas de luta e resistência perceptíveis em Paracatu estão presentes, nos seus embates, explosivos, de enfrentamentos diretos, assim como no jogo de posições, no movimento mais detido, na construção silenciosa. Há aqui a pretensão de acompanhar os principais acontecimentos históricos, mas também a força de construção de sentidos que emana daquela leitura, por diferentes sujeitos nesta sociedade. Para isto, a ampliação da análise, pois, acredita-se que ocorra uma construção poderosa, quase inaudível, mas politicamente importante, de uma forma mais lenta, que só é possível acompanhar, observando movimentos históricos em tempos diferentes, permeada por situações cotidianas, entrelaçadas nas diversas relações possíveis. Como assevera o historiador Fernand Braudel:

> Entre os tempos diferentes da história, a longa duração apresenta-se, assim, como uma personagem embaraçosa, complicada, muitas vezes inédita. Admiti-la no coração de nosso trabalho não será um simples jogo, o habitual alargamento de estudos e curiosidades. Não se tratará mais de uma escolha da qual ele será o único beneficiário. Para o historiador, admiti-lo é prestar-se a uma mudança de estilo, de atitude, a uma mudança de pensamento, a uma nova concepção do social. É familiarizar-se com um tempo mais lento, por vezes quase no limite do instável.43

Para o investimento desta reflexão, organizo os trabalhos, analisando a história da presença, da atuação de homens e mulheres negros (as) na cidade de Paracatu em três períodos históricos distintos identificados pelas formas de administração como arraial, vila e cidade. Como ressaltou o historiador Sidney Chalhoub (2012) "*Em história afinal, periodizar é obra de imaginação, de interpretação"*[44]. Por mais que seja uma periodização externa ao grupo de homens e mulheres, espero que a pesquisa auxilie compreender, que as escolhas, as ações dialogam com a estruturação desta

[43] BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**, *[S. l.]*, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965. Pag. 271

[44] CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012

sociedade, na sua dimensão local, assim como as demais, e orientaram investimentos pessoais e coletivos diversos.

O arraial de São Luiz e Santana do Paracatu, de meados da década de 1740 a 1798, iniciou uma nova fase, exploração, de geração de riquezas, assentada na mão de obra escrava e investimentos na extração mineral, A vila de Paracatu do Príncipe de 1798 a 1840 com consolidação do poder legislativo encabeçado pela Câmara Municipal e suas administrações e a elevação à cidade partir de 1840, período que contempla os desdobramentos das leis abolicionistas que culmina na abolição em 1888 dialogam com as preocupações com a população de homens e mulheres negros (as) de forma clara. Ocorre aqui, nas transições políticas, mudança de Império para República e no contexto interno da sociedade local paracatuense, a luta da maioria de seus habitantes, homens e mulheres negros pelo direito não a uma cidadania importada, europeizada na sua forma e no seu ideal, mas a continuação de forma de construção de ser nesta localidade.

Neste primeiro período, com o início da colonização e a chegada forçada dos primeiros homens e mulheres negros (as) temos a formação das primeiras famílias, ainda marcadas pela escravidão. Os números são importantes, há uma tendência de núcleos familiais bem característicos na região, alguns destes núcleos formarão identidades fundamentais em locais de resistências, como no São Domingo, Cunha, Lagoa de Santo Antônio e Santa Rita.

No período de elevação a Vila de Paracatu do Príncipe, houve um crescimento significativo no número de trabalhadores livres, espalhados pelas regiões no noroeste da província de Minas Gerais. As relações de trabalho persistem na tradição escravocrata, em uma visão elitista de não aceitação do tempo dos homens e mulheres negros livres.

A partir de 1840, organizada como uma das primeiras cidades da região tem em seu contexto histórico as mudanças na sociedade brasileira. É um período de alterações significativas para homens e mulheres que sofreram direta ou indiretamente as aflições da exploração escravocrata e que, a partir de 1888 teria que estabelecer uma, aparente, nova forma de contrapor as próprias estruturas paracatuenses. Essa realidade enfrentada por homens e mulheres negros (as) em Paracatu ao longo destes períodos, entrelaça como um elemento incômodo, sempre como um forte obstáculo social.

> A segunda, bem mais útil, é a palavra "estrutura" . Boa ou má, é a que domina os problemas da longa duração . Por "estrutura", os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é, sem dúvida, um conjunto, uma arquitetura, mas é mais ainda uma realidade que o tempo usa mal e veicula demoradamente. Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: embaraçam a história, incomodam-na, e assim comandam seu fluxo. Outras estão mais prontas a serem destruídas. Mas todas são, por sua vez, sustentáculos e obstáculos.45

Essa noção de estruturas, empregadas na pesquisa são justamente, o problema central para o homem e a mulher negra paracatuense em todos estes períodos. Há momentos, em que tudo parece indicar que as alterações sociais internas ou externas, que não são poucas, não foram capazes de apagar as marcas dessas redes repressoras. A alteração nos números de escravizados em algumas décadas foi perceptível em Paracatu, mas isso não foi suficiente para mudar as condições de tratamento dedicado aos homens e mulheres livres. Após o fim da escravidão, guardadas as devidas proporções, os membros da sociedade detentora do poder em Paracatu preservaram muitos de seus instrumentos operacionais. As relações sociais desiquilibradas, o exclusivismo, o mandonismo e outras formas de coerção para garantir privilégios permaneceram.

Notadamente como obstáculo ao desenvolvimento das famílias paracatuenses, temos visto poucos expedientes, realmente eficazes, mas não se nega o enfrentamento, histórico, a este problema. São muitas ocorrências de discriminação, violência, preconceito e exploração de trabalhadores, principalmente na produção agropecuária e que passados algum tempo, voltam a se repetir na região. A continuidade desta exploração permanece, por que, infelizmente se apoiou como um elemento estável na cultura da cidade de Paracatu. Os dados nacionais, expostos anteriormente, denunciam uma condição geral, que passa por salários menores, empregabilidade menor, maior exposição à violência e exploração trabalhista, dentre outros, fazem, infelizmente, um lugar comum do homem e da mulher negra brasileira, mas, e a realidade da cidade de Paracatu?

Desde a fundação do arraial em 1744, o grupo populacional de Paracatu era constituído principalmente por homens e mulheres negros, escravizados e livres. Uma população que cresceu consideravelmente até o início do século XIX, apesar de

---

[45] BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**, *[S. l.]*, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965. Pág. 268

inseridos em um ambiente de adversidade. Alguns dados apontam que no ano de 1744, em Paracatu havia 5946 homens e mulheres escravizados e o ano de 1746 teve o maior número registrado com um total de 7392 e apenas 72 forros.[46] Dos grupos inicialmente registrados com ampla maioria de cativos, temos uma mudança considerável conforme os registros do final do século.

No mapa dos habitantes de Paracatu no ano de 1800, destaca-se população negra livre em maior número e formações de grupos familiares consideráveis com muitos destes casados ou viúvos.

A tabela a seguir auxilia-nos a compreender esses números.

ESTADO CIVIL	BRANCOS	MULATOS		PRETOS	
		LIVRES	CATIVOS	LIVRES	CATIVOS
CASADOS	610	1.608	70	718	83
SOLTEIROS	850	3.317	209	1.649	4.307
VIÚVOS	209	390	23	146	30
TOTAL: 14.219	1.669	5.315	302	2.513	4.420

Quadro 2 – Mapa dos Habitantes da Freguesia de Santo Antônio da Manga, Vila do Paracatu do Príncipe, Bispado de Pernambuco, no Ano de 1800
Fonte: Melo, 2004, p.102

O número alterou de 72 livres em 1.744 para 7.828 homens e mulheres livres em 1800. Da população negra de 12.550 em Paracatu neste ano, 63 por cento eram livres e destes 2.862 eram casados. Números expressivos, para uma condição social, casados, que durante algum tempo, repousou na compreensão fácil e desqualificadora, de pessoas que não eram afeitas a constituírem famílias. Uma desconstrução importante, ou no mínimo, um elemento a mais no reforço, de que essa compreensão fácil, não condiz com a realidade.

Esse aumento no número de homens e mulheres livres em Paracatu, perceptível no ano de 1800 coincide com a decadência da mineração em Minas Gerais e consequentemente em Paracatu a partir das primeiras décadas do século XIX. Um levantamento em quatro Casas de Fundição de Villa Rica, Sabará, São João Del-Rei e Villa do Príncipe, mostram que, após retirar o Real Quinto, rendeu em 1751, 118 arrobas de ouro. Em 1774 o imposto gerou 75 arrobas, em 1818 chegou a 12 arrobas e em 1820 a 2 arrobas na Capitania. O número de pessoas ocupado com o trabalho na mineração do ouro em toda a Capitania caiu de cerca de 80 mil em meados do

[46] População negra em Comarcas e Vilas da Capitania de Minas Gerais entre 1744 e 1749. Fonte: ESCHWEGE, 1899, p. 756

século XVIII para aproximadamente duas mil nas primeiras décadas do século XIX[47].Cumpre indagar se não haveria outros elementos somados ao declínio da extração aurífera como explicação para esse cenário? Por certo que a dinâmica produtiva é, sem dúvida, um fator decisivo, mas não haveria outro(s)?

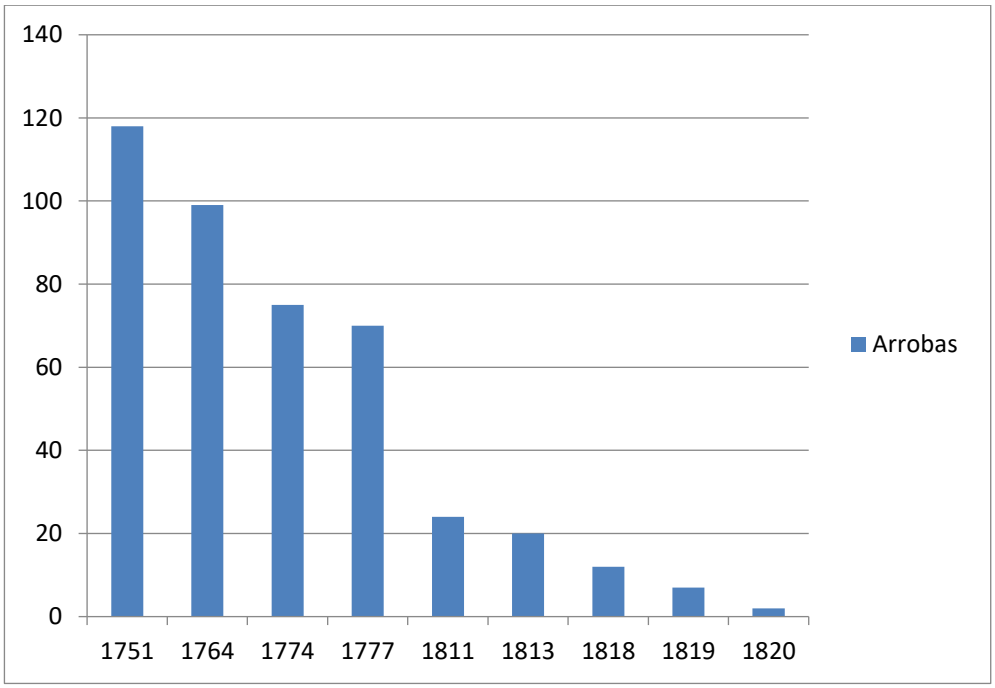

Gráfico 5 – Arrobas de ouro recolhidas no Real Quinto nas Casas de Fundição em Minas Gerais de 1751-1820
Fonte: ESCHWEGE, 1899, p. 750-755, 1899

Mas, seria possível inferir que o aumento no número de livres em Paracatu foi consequência direta da diminuição da produção aurífera? A rigor, essa situação nos levaria a pensar em queda populacional de homens e mulheres negros, com a venda de escravizados ou deslocamento para outras áreas produtora. Entretanto, o que ocorre é o oposto a esta situação e a população negra cresce consideravelmente nas próximas décadas em Paracatu. Teríamos um cenário, envolvendo esta população que merece atenção. E mais, como se deu a construção do sentido de viver, dos homens e mulheres negros (as) paracatuenses, nestas condições?

A principal fonte de renda, na cidade de Paracatu, tem sua produção diminuída, e a população de homens e mulheres, envolvidos, diretamente com esta produção, sofre um aumento. O que poderia estar acontecendo? Bem, vejamos os dados. Em

[47] ESCHWEGE, 1899, p. 750-755

1855 foram registrados 31.780 habitantes na região de Paracatu. A população livre abrangia cerca de noventa por cento, conforme tabela abaixo.

REGIÕES	LIVRES	%	ESCRAVOS	%	ESCRAVOS TOTAL (%)
Metalúrgica-Mantiqueira	240.426	24,4	80.934	25,5	25,2
Mata	95.279	9,7	61.502	19,4	39,2
Sul	185.306	18,8	76.085	23,9	29,1
Oeste	100.544	10,2	33.739	10,6	25,1
Triângulo	24.835	2,5	8,804	2,8	26,2
Alto Paranaíba	45.431	4,6	10.486	3,3	18,7
São Francisco- Montes Claros	85.934	8,7	7.815	2,5	8,3
Jequitinhonha-Mucuri-Doce	177.900	18,1	35.352	11.1	16,6
Paracatu	28.737	2,9	3.043	0,9	9,6
MINAS GERAIS	984.932	100	317.760	100	24,4

Tabela 1 - População de Minas Gerais por Regiões em 1855
Fonte: Robeno Borges Martins, 1994, p.08.

Os dados acima permitem perceber que dos 28.737 habitantes livres, havia um total de 3.043 indivíduos sujeitados à condição de escravizados, totalizando algo perto de 10% do total. Condição que só é menor, na região do São Francisco e Montes Claros. Interessa compreender alguns elementos dessa passagem histórica.

Há ainda que se considerar que as tentativas, por parte de muitos que se debruçaram sobre a história de Paracatu, foram de enfatizar as relações entre brancos e negros como uma relação de senhores e escravizados, o que não corresponde à total realidade dos registros citados anteriormente. O grande número de homens e mulheres negros (as) na cidade de Paracatu, mesmo após o declínio de uma atividade reconhecidamente concentradora desses sujeitos, naquela conjuntura, nos instiga a pensar acerca do que poderia estar acontecendo.

De acordo com a historiadora Silvia Hunold Lara (1988) o debate sobre o caráter das relações sociais na escravização de homens e mulheres negros (as) acabou se fixando em torno de binômios composto por termos opostos e quase irreconciliáveis. A historiadora ressalta que:

> Tratava-se, em alguns casos, de saber se a escravidão no Brasil tinha suas características essenciais ditadas pelas necessidades econômicas do processo de acumulação do capital ou se os traços patriarcais e

> aristocratizantes da sociedade, ou até mesmo a simples proximidade no contato entre cativos e senhores, levavam a amenizar a relação de exploração e a suavizar o cativeiro no Brasil. Em outros casos, tratava-se simplesmente de definir e explicar por que, aqui, a escravidão era violenta ou paternal, cruel ou benevolente, brutal ou suave.[48]

Reconhece-se a inestimável contribuição, mas advoga-se, respeitosamente, que é preciso avançar neste debate. E, no contexto paracatuense, com um número considerável de homens e mulheres livres, possibilita tratar das respectivas relações observando além destes binômios tão destacados na historiografia brasileira. Da mesma forma, pode se perspectivar elementos da presença, manutenção, eliminação de elementos dessa dinâmica relacional, assim como da especificidade do ocorrido.

Tendo em vista a caracterização heterogênea que sustenta o histórico do Brasil desde os primórdios de sua formação, para entender a realidade vivenciada por homens e mulheres negros (as) paracatuenses, no passado e no presente, retomo algumas particularidades locais a partir de suas relações sociais, trabalho e ações cotidianas na luta pela liberdade e emancipação.

Como ressalta o historiador Clóvis Moura[49], a história dos homens e mulheres negros no Brasil se confunde com a formação da própria nação brasileira, sendo o ingrediente principal que dinamizou o trabalho e a economia, apesar de sumariamente excluído da divisão dessa riqueza. As contribuições culturais portuguesas, a religião trazida, a estruturação do Estado brasileiro, que nascia, são elementos considerados em trabalhos e apresentados à nova geração de brasileiros, como a regra, a norma de uma sociedade múltipla, mas que parece procurar uma histórica única.

Mas, como se deu a formação do grupo populacional negro livre em Paracatu e de que forma a exclusão da divisão da riqueza produzida por estes impactou na economia do munícipio? O que os homens e mulheres negros, no ambiente/condição de escravização de seus semelhantes, das regras de conduta, das lógicas sociais, dos movimentos, dos pertencimentos aos valores daquela atmosfera construíram, perseguiram, sistematizaram, para num momento oportuno, colocar em prática, e/ou apresentar aos seus descendentes?

A atual cidade de Paracatu foi a primeira vila do noroeste da Capitania de Minas Gerais, e com isso, alcançou um dado protagonismo, mantendo uma espécie de

---

[48] LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência; escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro; 1750-1808**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p. 59

[49] MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1994. p. 19.

liderança regional. A elevação à condição de vila, só foi possível devido, principalmente a sua condição populacional, e consequentemente, devido à presença da população negra, que em 1798 já se despontava como um grande grupo populacional livre[50]. Como reiterou VENÂNCIO (1998).

> No sertão mineiro, a produção do ouro se consorciou a produção agro-pastoris. Essas mesmas atividades conseguiram sobreviver ao declínio da produção aurífera, garantindo que Paracatu permanecesse como área escravista e mesmo conhecesse um significativo aumento da população livre. Talvez, por isso, o arraial em 1798, época do declínio do ouro, foi elevado à condição de primeira vila do noroeste da Capitania. [51]

De acordo com o autor, é possível compreender que sem esse aumento na população livre, Paracatu não alcançaria emancipação política. Com a elevação à vila era formada também uma câmara. Caso permanecesse a proporção de cerca de 10 por cento livres[52], do segundo quartel do século XVIII, o arraial de Paracatu dificilmente alcançaria as condições de vila em 1798. Da mesma maneira, a continuação do raciocínio do pesquisador elenca a atuação em duas frentes de trabalho, a mineração e a agropastoril como explicação para a presença de homens e mulheres negros (as) livres. Mas, se for isto mesmo, como se deu esta situação? Quais foram os elementos sociais que organizaram esta possibilidade? E ainda, quais foram às construções, que estes homens e mulheres negros (as) formularam para esta possibilidade?

O historiador Antônio Oliveira Mello[53] ponderando sobre a situação econômica e a diminuição no número de escravizados no munícipio no início do século XIX conclui que proprietários das lavras já não possuíam mais interesse no investimento e na compra de novos escravizados a fim de substituir, infelizmente, os que iam morrendo. Mello também destaca que a proporção de homens e mulheres negros em Paracatu em 1808 era de 88 por cento da população.[54]

---

[50] Melo, 2004, p.102

[51] VENANCIO, R. P. Paracatu: movimentos migratórios no século XVIII. **Locus: Revista de História**, *[S. l.]*, v. 4, n. 1, 1998. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20459. Acesso em: 02 julho. 2021.

[52] ESCHWEGE, 1899, p. 750-755.

[53] MELLO, Antônio Oliveira. As minas reveladas: Paracatu no tempo. 2. Ed. Paracatu: Prefeitura Municipal, 2002 pág. 115

[54] MELLO, Antônio Oliveira. As minas reveladas: Paracatu no tempo. 2. Ed. Paracatu: Prefeitura Municipal, 2002 pág. 103.

Ainda que Oliveira Mello, em suas pesquisas tenha chegado a essa conclusão sobre falta de interesse no investimento e substituição de mão de obra escravizada em Paracatu, isso não se sustenta de forma tão simples. Até 1850, havia certa despreocupação, por parte dos senhores escravocratas, com substituição da mão de obra no Brasil. Esta seria suprida constantemente pelo tráfico. Os traficantes e comerciantes até mesmo incentivava as substituições, o que permitia ao senhor práticas como aumentar o castigo, mutilar, ou vender o escravizado que não produzisse conforme o planejamento[55]. Com a extinção do tráfico, uma parte considerável da economia mineira foi afetada. O tráfico era um dos principais ramos de acumulação de capitais da elite brasileira[56].

Por tais motivos, somado ao florescimento das ideias abolicionistas e proibição do tráfico internacional de escravos foram bastante preocupantes para a classe mineira dominante, levando os políticos que representavam Minas na Corte a encabeçarem movimentos e lutarem para a extinção da Lei Eusébio de Queiroz e retorno do tráfico legalizado[57], o que não se conseguiu já que o país, assim como o restante do mundo, caminhava para a abolição da escravidão, que por motivos diversos, já se mostrava um caminho sem volta. No entanto, mesmo após o despontar dos ideais abolicionistas, Minas Gerais ainda foi uma província de grande destaque e investimento no tráfico de escravizados.

Nos inventários de alguns dos moradores paracatuenses[58], eram elencados em destaque, os três principais bens desses sujeitos, ouro, dinheiro e escravizados registrados. Destaca-se nesta documentação a ausência da terra, da propriedade rural como bem que expressasse algum valor. Por sua vez, diante de tal valorização, o que levaria uma elite do interior do Brasil no período colonial ou imperial perder o interesse no investimento em mão de obra escravizada, como considerara o historiador Oliveira Mello? Talvez, tenhamos que acrescer a essa consideração, outros fatores que contribuíram para essa condição. Quais mudanças estariam acontecendo? O que haveria de original, nas ações, nas escolhas humanas locais,

---

[55] GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** São Paulo: Ática, 1978

[56] MOURA, Clóvis. **Rebeliões na Senzala: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas.** São Paulo: Ed. Zumbi. 1959. Páginas 39-40.

[57] MARTINS, Robeno Borges. **Minas e o tráfico de escravos no século XIX.** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR. 1994.p. 11-12.

[58] Paracatu, Arquivo Público Municipal. Acervo Câmara Municipal, Inventários. Caixa 10

regional e nacional, que estariam na base dos desdobramentos que auxiliaria compreender este novo comportamento? Retomando a observação do pesquisador Renato Pinto, que mencionou acima, a presença da atividade agropastoril, como elemento explicador da presença de homens e mulheres negros (as) livres na cidade de Paracatu, como esta condição teria se dado?

1.2 As escolhas do trabalhador (a) negro (a) livre

Em Paracatu, como em boa parte do Brasil, grande parte da documentação, referente aos registros de escravizados e inventários foram perdida ao longo do tempo, não sendo possível identificar com precisão quais as razões do aumento no número de homens e mulheres negros livres, principalmente entre o final do século XVIII e início do século XIX. Porém, problemas relacionados à falta de mão de obra escravizada são constantemente referidos no plenário da Câmara de Paracatu desde a década de 1850 até o final da década de 1880.

Em uma comissão da Câmara de Paracatu nomeada para emitir um parecer sobre uma circular do Ministério do Império de 20 de outubro de 1857, que cobrava explicação sobre problema com abastecimento de alimentos na cidade, os vereadores afirmam um crescimento considerável de exportação de escravizados de Paracatu para a Província do Rio de Janeiro[59]. Ainda que a comissão não detalhe em quais anos ocorreram essas exportações e os números ratificados, citam, sem muitas explicações, prejuízos, por falta de mão de obra escravizada nas lavouras. Para os produtores de gêneros agrícolas, os prejuízos podem ser de vários tipos. Quais seriam? No que consistiria a reclamação? Haveria aqui elementos que corroborariam as observações de pesquisador Renato Venâncio, mencionado acima, quando menciona a situação agropastoril do município?

De acordo com o parecer do dia 11 de janeiro de 1858: A Portaria do Ministério do Império indagava: 1º Quais as causas da elevação dos preços dos gêneros alimentícios em Paracatu? 2º Que tem havido diminuição na produção, e por que causas, e no caso negativo qual a razão da carestia dos gêneros? A resposta da Comissão foi a seguinte:

[59] SOUZA, Marcos Spagnuolo. Paracatu **Anais da Câmara de Paracatu Sessões Ordinárias e Extraordinárias** 1857-1892 Projeto: História e Memória, 2002 página 58

> A falta absoluta de braços que desgraçadamente sofremos em todo o município motivada pelo crescido número de escravos que dele tem sido exportado para a província do Rio de Janeiro, em prejuízo total da lavoura, consideravelmente enfraquecida e desanimada nesta comarca. É curto, e incontestável mesmo, que depois da excessiva elevação dos preços dos escravos, e da escassez destes, muito tem diminuído a produção de todos os gêneros alimentícios. Como se acha pela falta completa de braços e não se podendo contar com serviços de gente proletária, que entre nós não se sujeita a trabalhos ativos perenes e pesados.[60]

Apesar da falta de números detalhados neste parecer, observando os levantamentos entre 1800 e 1855[61], foram registrados em 1800 o número de 4.722 escravizados e no ano de 1855 o número de 3.043. A diminuição da mão de obra escravizadas em 55 anos foi de 1.679 homens e mulheres. O número de 3.043 homens e mulheres escravizados correspondia a cerca de 10 por cento da população de Paracatu na década de 1850.

Há que se considerar que as questões envolvendo o desabastecimento alimentar da sociedade brasileira é uma questão histórica. A opção pela produção de gêneros para a exportação, em detrimento dos para o consumo interno somam a delineamentos históricos e únicos, que não serão tratados aqui. Cito a questão para justificar, que qualquer que seja a opção, a população de homens e mulheres negros (as) ainda eram um fator importante para a produção, o que deixa a questão do aumento da população desses sujeitos, na condição de livres, ainda mais intrigante.

E quem era essa "gente proletária", citada pelos vereadores? De acordo com o documento, essa gente, que não se sujeita a trabalhos ativos, perenes e pesados. A descrição da condição de trabalho permite pensar em meios de se viver, que não passam necessariamente pelas condições de trabalho condicionadas aos escravizados. Ainda nesta direção, os vereadores, ao que parece, representando a população branca, e/ou não escravizadas, dão mostra de que ignoram a individualidade dos milhares de homens e mulheres negros livres, que viviam na região, caracterizando de forma objetiva, todos como "gente proletária", e mais, desconsiderando vontades e escolhas, mesmo no âmbito do trabalho. Esses homens

---

[60] Parecer da Comissão da Câmara em resposta a Circular do Ministério do Império de 20 de outubro de 1857, a respeito de reclamações sobre os altos preços dos alimentos praticados em Paracatu. Paracatu. Acervo Câmara Municipal. Atas da Câmara de Paracatu, Sessões Ordinárias e Extraordinárias, 1857. Arquivo Público Municipal. Maço 01 Caixa 05.

[61] MARTINS, Robeno Borges. **Minas Gerais: População escrava e importação de cativos por regiões (1855 a 1873)** p. 27.

e mulheres livres eram os trabalhadores, que negociavam valores por sua mão de obra e jornadas desagradando profundamente, muito provavelmente, os brancos, a ponto de fazerem os proprietários “desanimarem” do investimento nas lavouras.

E qual seria a principal discriminação na relação dos empregadores com os trabalhadores negros livres? É preciso compreender que em Paracatu os desdobramentos econômicos do final do ciclo do ouro e a consequente elevação à vila, a emancipação política com a fundamental contribuição direta e indireta do povo negro livre e escravizados, e pode não ter alterado o pensamento colonialista da elite. A classe dominante, ao que parece, tratava o trabalhador livre com a mesma ideologia racista e discriminatória. Em MUNANGA (2009) temos uma contribuição fundamental sobre a experiência dos colonizadores com esse tipo de discriminação.

> O colonizador legitima seu privilégio pelo trabalho e justifica a nulidade do colonizado pelo ócio. No retrato constará uma inacreditável preguiça, ao contrário do colonizador, que tem um gosto virtuoso pela ação. Este último sugere que o trabalho do colonizado é pouco rentável, o que autoriza os salários insignificantes e a exploração. Desse modo, mesmo professores, médicos e engenheiros negros colonizados nunca receberam salários iguais aos de seus colegas brancos.[62]

As considerações da Câmara de Paracatu omitem neste parecer, uma situação que os mesmos vereadores detectaram internamente como causa principal do aumento de preços em Paracatu[63]. As ações de atravessadores no comércio vinham elevando os preços dos principais alimentos há algum tempo na região. Respondendo à Província, os vereadores desconsideram informações sobre essas ações dos atravessadores e ao mesmo tempo acusaram o povo negro livre de Paracatu de preguiçosos.

Como ressalta Kabengele Munanga[64], o colonizado é remodelado, em uma série de negações, que somadas, constituem um retrato-acusação. Neste retrato, conforme o historiador constará sempre inacreditáveis acusações, como a preguiça e a violência. As palavras registradas dos vereadores testificam o racismo da elite paracatuense, viviam o preconceito cotidianamente, e estes despejam nas costas dos escravizados a culpa pela pouca produção e direcionam aos proletários, população

---

[62] MUNANGA, Kabengele. **Negritude:** usos e sentidos. 3º Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009 Pág. 34

[63] Entre os anos de 1857 e 1892, os vereadores citam em diversas reuniões, registradas em atas, as ações de atravessadores que influenciavam na alta de preços dos alimentos em Paracatu.

[64] MUNANGA, Kabengele. **Negritude:** usos e sentidos. 3º Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

livre, que em Paracatu era formada, muito provavelmente, também por homens e mulheres negros as acusações de que estes não se sujeitavam a trabalhos perenes e pesados.

Estas acusações ainda são recorrentes na sociedade brasileira, esse retrato do negro, como culpado pelos problemas do país, tem suas raízes evidenciadas na história local em Paracatu. Ainda há pessoas em Paracatu que repetem essas mesmas imputações feitas por estes vereadores no século XIX.

Como é possível a continuidade dessa experiência brasileira contra o povo negro, e como essas ações são conservadas na memória local de uma cidade interiorana? Como se mantém este imaginário sobre determinado grupo social brasileiro? Essas acusações são, infelizmente, algo visível no ensino, na cultura e nas ações cotidianas de instituições, tais como da polícia, no tratamento exclusivista da justiça nas esferas municipais, além das estaduais e federais. É possível perceber aqui, uma espécie de orientação histórica na compreensão do comportamento trabalhista de boa parte dos homens e mulheres da sociedade brasileira. Uma compreensão que não corresponde à realidade, sim, uma formulação que antecipa, distorce, e formula um parecer independente dos fatos.

A forma principal de propagação de sentidos históricos, de compreensão do passado de uma sociedade, qualquer que seja a experiência, é, e será por meio da educação e dos diversos diálogos que o ensino brasileiro constrói. Esta capacidade, de se fazer entender, de orientar as próximas gerações, que é o ensino, sempre foi, infelizmente, baseada na visão eurocêntrica, na cultura dos colonizadores, dos exploradores e escravizadores. A situação do homem e da mulher negro (a) colocado à margem da história, e quando aparece, é tratada como objeto e nunca como sujeito, tem sua forma de ser e de ver as relações sociais, sua cidadania contestada e sufocada enquanto o colonizador estende a sua autoridade, a sua norma silenciosa ao colonizado. Como afirma Munanga.

> É através da educação que a herança social de um povo é legada às gerações futuras e inscrita na história. Privados da escola tradicional, proibida e combatida, para os filhos negros a única possibilidade é o aprendizado do colonizador. Ora, a maior parte das crianças está nas ruas. E aquela que tem oportunidade de ser escolhida não se salva: a memória que lhe inculcam não é de seu povo; a história que lhe ensinam é outra; os ancestrais africanos são

> substituídos por gauleses e francos de cabelos loiros e olhos azuis; os livros estudados lhe falam de um mundo totalmente estranho[...]65

Ao que parece, a intenção de firmar a identidade nacional, semelhante aos padrões europeus, foi um dos grandes fatores para o fortalecimento do preconceito, pois isso implicava no distanciamento das matrizes africanas presentes, por meio da resistência, na formação da sociedade brasileira, colocando a população negra como um obstáculo a ser superado e ratificando a necessidade do "branqueamento" da população para o favorecimento da ancestralidade europeia[66].

Por sua vez, as construções sociais que a população de homens e mulheres negros (as) implementa, desde os momentos mais difíceis de sua chegada às terras brasileiras, tais como os seus fundamentos religiosos, as práticas sociais, as formulações lúdicas, os exercícios de rememoração do passado vivido e/ou imaginado, as expressões culturais diversas, a recusa a determinados trabalhos, seja pela memória recente da desqualificação humana, contido no processo de escravização, seja pela remuneração, numa conta simples, confrontaram essa perspectiva colonizadora que favorece a ancestralidade europeia e possibilitou à população negra, mesmo em meio às agressões, discriminações, violências de toda ordem, uma espécie de manutenção de seus valores.

Sobre essa visão de determinados grupos paracatuenses a respeito do trabalhador livre, é importante destacar, como bem ressaltou Celia Maria Azevedo[67], a determinação da elite branca é de que o negro não seria capaz de se integrar a sociedade brasileira como um homem livre. A arbitrariedade dos interesses da classe dominante sobressalta-se, cotidianamente, fazendo com que as demais populações não brancas, tenham que viver num paralelismo desautorizador. Esta formulação, ao menos de tempos em tempos, demonstra ter sucesso em seu objetivo, pois além de ter constituído um dos obstáculos mais sérios a integração do povo negro no mercado de mão de obra livre, ainda justifica na (própria) vítima a sua exclusão. E sobre a ociosidade, citada pelos vereadores paracatuenses, inspiramo-nos na visão de Celia

---

[65], MUNANGA, Kabengele. **Negritude:** usos e sentidos. 3º Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. Pág 35.

[66] PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA MUNANGA, Ricardo Franklin. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. **Pesquisas e Práticas Psicossociais.** v.9, n.2, p. 257-266, São João del-Rei dez. 2014. p.259.

[67] AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites no século XIX**, Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1987.

Maria Azevedo sobre esse preconceito na província de São Paulo. Em um contexto semelhante afirma, que:

> O grande e alardeado tema da ociosidade do nacional não passava de uma manifestação superficial a encobrir três questões muito profundas, enfrentadas pelos proprietários num momento de reacomodação das relações de produção: em primeiro lugar, temos a não submissão do nacional pobre a um "tempo burguês", externo as suas necessidades de sobrevivência e por isso mesmo conflitante com o seu bem-viver; em segundo, o arbítrio dos governantes (recrutamento oficial e também arregimentação particular) a entravar a própria possibilidade de disciplina de trabalho livre, bem como o processo de sua internalização pelo nacional; e, por fim, os "altos salários" exigidos pela mão de obra interna ou o seu poder de barganha, o que decerto também significava uma margem considerável de controle sobre o tempo de trabalho pelo próprio trabalhador.[68]

É possível pensar que a classe possuidora dos empregos e da produção em Paracatu não aceitava as escolhas do trabalhador negro livre. Estes sujeitos que a partir de 1800 já se configuram como uma massa de trabalhadores e por volta de 1855 se estabeleceram em aproximadamente 90 por cento da mão de obra em Paracatu. É possível pensar que esses homens e mulheres tinham sua própria visão sobre o trabalho e, negociavam neste contexto como homens livres, por isso, a Câmara e os seus membros, alardeava que, alguns livres, não se submetiam ao serviço pesado e prolongado e que, com isso não era possível o aumento na produção.

Pode se perspectivar ainda, que pela discussão na Câmara que os homens e mulheres livres, dependendo das condições, tinham suas próprias escolhas nas relações de trabalho, não se submetiam ao tempo e a organização escorchante. Importante compreender a individualidade de cada sujeito que alcançava e garantia sua liberdade. Da mesma forma, buscar compreender como cada manifestação individual pode estar em sintonia com uma formulação coletiva. Estes homens e mulheres negros administravam seu próprio tempo e com diferentes habilidades, como carreiros, candeeiros, carpinteiros, tropeiros, vaqueiros entre outras profissões e conhecimentos de cultivo, doma de animais e manejos. Não era um único fragmento, não eram todos, o mesmo ser, cada um, livre, podia determinar os respectivos valores de suas jornadas.

Por qualquer das razões apresentadas pelos vereadores, exportações de escravizados, falta de investimento ou outros fatores internos da política

[68] AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites no século XIX**, Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1987. Pág 138

paracatuense, o que se depreende deste parecer da Câmara de 1857 é que, a principal fonte de renda do munícipio no século XIX, a lavoura e suas ramificações não era mais organizada, apenas, pelos detentores das propriedades rurais, pela elite dominante com a mão de obra escravizada. O documento permite pensar numa efetiva construção, feita por estes sujeitos, que exigia uma negociação mais cuidada, quando não a sua recusa.

A pesquisa observa que alguns interesses de determinados grupos de Paracatu combinavam-se e deixam ver que planejavam uma mudança nos seus investimentos, a lavoura, se não era prioridade, o mesmo não se pode afirmar sobre a pecuária. Em 11 de março de 1858 a Câmara informou ao governador da Província de Minas Gerais sobre a introdução de um gado novo nos cruzamentos com as raças crioulas e curraleiras da região. A raça que os vereadores denominam como gado "China" eram os primeiros zebuínos (gado indiano) especialmente da raça nelore que chegaram à região de Paracatu. Estes foram introduzidos por volta de 1850[69], pelo Coronel Francisco de Paula Carneiro, Antônio de Abreu Castelo Branco, citado pelos vereadores como um dos maiores fazendeiros da região, capitão Fernando Pacheco de Carvalho entre outros fazendeiros que investiam na criação.

Uma das características mais evidente do munícipio de Paracatu é sua grande extensão territorial que no século XIX abrangia o atual Noroeste Mineiro, parte do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro e alguns limites que posteriormente ficaram com a província de Goiás. Pode se compreender que, setores da sociedade paracatuense para exercer seu poder nas várias freguesias[70] ou distritos, dependiam, obviamente, que os povoadores das respectivas regiões fossem dependentes da sede do munícipio.

Diante do exposto, talvez possamos compreender um elemento a mais nesse cenário, que é o fato de que os homens e mulheres negros (as) paracatuense em meados século XIX, principalmente com o fato de que a mão de obra livre, e novas formulações sociais na dinâmica do trabalho, ser uma das únicas alternativa capaz de permanecer, e consequentemente, produzir em todo o território. A mão de obra escravizada com cerca de 3.000 pessoas em um território tão amplo, não parecia

[69] Paracatu. Ata da Sessão Extraordinária de 11 de março de 1858, Câmara de Paracatu – 1858 Arquivo Público Municipal Maço 01 Caixa 05

[70] O mesmo que paróquia, durante o Período Colonial, onde a Igreja dividia o poder com o Estado, após o período imperial passou a ser chamado de distrito, uma divisão de um município, em Paracatu havia freguesias importantes que hoje são município como Buritis, Morrinhos, Rio Preto (Unaí) e Urucuia.

viável para estabelecer um sistema semelhante a outras regiões do país. Já os números da população livre por volta de 25.000[71] pessoas era um grupo considerável. Mas, neste caso, havia a necessidade de negociar, de se relacionar, em outros termos com estes sujeitos.

Podemos ficar assim, diante da estratégia da classe dominante, e de uma estrutura, em que a população de homens e mulheres negros (as), naquelas condições, nos dois primeiros quarteis do século XIX, entre 1800 e 1850 aparenta ter sido possível, uma nova dinâmica relacional trabalhista, diferente da escravização pura e simples, que possibilitou uma espécie de anuência à ocupação das famílias livres em terras da região. A partir de 1850, como veremos, a Câmara de Paracatu e alguns grupos locais se posicionam justamente em um movimento contrário a este período, tirando terras e agregando as famílias em um sistema muito característico de Paracatu e investindo principalmente na criação de gado.

Além da necessidade de povoar a região, com a elevação de Paracatu à Vila, e formação da respectiva Câmara, a administração dependia muito das rendas provenientes da cobrança de impostos sobre o comércio, produtos, pedágios, entradas de carros e impostos prediais. As Coletorias das Rendas Gerais, na qual era responsável pela região o Inspetor da Mesa de Rendas, autorizava a Câmara nomear uma pessoa como Escrivão das Coletorias e para o cargo de coletor do munícipio, ficando assim organizado uma receita municipal.

A Câmara de Paracatu foi criada em 18 de dezembro de 1799[72], constituída com um Juiz Ordinário, ou Juiz de Fora[73], ou Ouvidor Geral que exercia a função de presidente do legislativo, executivo e despachava processos cíveis e criminais. Além deste, eram eleitos três vereadores, em meados do século XIX eram eleitos sete, um Procurador exercendo as funções de tesouraria, um escrivão, um secretário e dois almotacés[74].

---

[71] MARTINS, Robeno Borges. Minas Gerais: População escrava e importação de cativos por regiões (1855 a 1873)p. 27.

[72] MELLO, Antônio Oliveira Câmara de Paracatu, 200 Anos de História Ed. De Prefeitura Municipal, 1999. Pág.16-17

[73] Era o Juiz que vinha de fora, chamado também Juiz letrado, com diploma de formatura. O povo os chamava " Juiz da Vara Branca" pois sempre usavam no exercício de suas funções ou nas solenidades uma vara branca com distintivo. MELLO, Antônio Oliveira. **Paracatu 200 Anos de História**. Câmara de Paracatu,1999, p. 63

[74] Eram homens nomeados pela Câmara, responsáveis principalmente pelo abastecimento, limpeza, organizações de serviços públicos, pesos e medidas entre outras funções administrativas. Esse cargo não remunerado e eram substituídos a cada mês, conforme MELLO (1999) Pág. 63

Os almotacés, servidores públicos que exerciam funções do executivo. Era determinado um para a sede e outro para a região de abrangência de Paracatu. De acordo com MELLO (1999) em Paracatu esses oficiais eram escolhidos entre os políticos, vereadores ou juízes de mandatos do ano anterior. Este arranjo dos legisladores paracatuense permitia a manutenção de determinado grupo sempre próximo ao poder. Nesta articulação de rotatividade do legislativo para o executivo, era mantido, ou se tentava manter, formas de controle sobre a população livre, em sua maioria negra.

Ainda na descrição da institucionalização do poder, tem-se que a Câmara de Paracatu nomeava delegados de polícia, que na maioria das vezes, um dos vereadores acumulava este cargo. Além de delegado e carcereiro, nomeavam subdelegados para a sede e para distritos maiores e mais afastados e tinham também a prerrogativa de designar capitães do mato. Estes sujeitos comissionados formavam um braço de longo alcance no controle e preservação dos interesses da Câmara na região.

Ainda sobre esses sujeitos, mesmo os que não pertenciam diretamente a grupos oligárquicos, também se beneficiavam e utilizava dos mecanismos institucionais baseados no poder centralizador da Câmara de Paracatu. O poder da Câmara e dos *Homens Bons*[75] era uma fusão do que atualmente são os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, em suas várias composições como, fiscalização, execução de obras e poder de polícia, investigativa e penal. Tudo isso concentrado na sede do município.

Ao construírem as regras que organizaria o município de Paracatu, numa época em que o Estado era pouco afeito representes de grupos de populacionais e/ou de interesses democráticos, tem-se que tudo que estes servidores públicos administravam ou controlavam, produção e abastecimento de alimentos, criação de gado, serviços de abertura de estradas, construção de pontes e pontilhões, reformas, manutenção de vias públicas, envolvia diretamente como a mão de obra a população negra livre ou escravizada seria gestada, e consequentemente a produção de riqueza.

O ciclo de produção de itens como arroz, farinha, toucinho e carnes verdes estavam entre as principais fontes de arrecadação municipal. De um lado a forma de

[75] Homens que votavam e podiam ser votados. Eram os brancos, “de limpo sangue” sem sangue judeu, mouro, negro e não exerciam ofícios mecânicos. MELLO, Antônio Oliveira. **Paracatu 200 Anos de História**. Câmara de Paracatu,1999, p. 63

se produzir, os diálogos trabalhistas envolvidos, as condições, do outro a estrutura que se cobrava pela entrada dos carros na cidade com os produtos e além das casas de comércio abertos que eram abastecidas pelos lavradores da região. O orçamento de Paracatu era tão dependente destes lavradores que no ano de 1870, com uma queda na produção de alimentos, esta impactou diretamente na arrecadação e levou o arrematante das rendas daquele ano a falência, o qual ao implorar pelo abatimento da Câmara justificou como principal causa à falta de concorrência na entrada de carros e tropeiros na cidade.

> [...]Leu-se outra, de Francisco Nogueira Silvares, dizendo que ele na qualidade de arrematante das rendas desta Câmara no ano de 1870, ficara alcançado para com a mesma Câmara mais ou menos na quantia de 456$000 réis porque nesse ano o suplicante, teve pouca concorrência de talhos e entrada de carros e tropas nesta cidade. Devido a isto, a escassez dos gêneros alimentícios daquela época até o presente. Não podendo, portanto o suplicante solver em débito por outros meios [76][...]

Os carros com as safras de produtos alimentícios e carnes para os talhos (açougues) da cidade vinham de regiões próximas como do Cunha, Santa Rita, Lagoa e distante como do distrito de Guarda-Mor, Rio Preto, Caatinga, Buritis, Morrinhos, entre outros. Além das safras de cereais, toucinho e carnes, rapaduras e aguardentes eram produtos fundamentais na arrecadação local. E é nesse cenário histórico que as questões relativas aos homens e mulheres negros (as) paracatuenses podem ganhar especificidades únicas. Não desconsidero a unidade administrativa nacional, e nem a condição estrutural desses sujeitos históricos, mas advogo a possibilidade de ponderar sobre a trajetória histórica e a riqueza que pode estar contida em meio às generalizações e simplificações várias. De volta aos requerimentos dos vereadores de 13 de janeiro de 1858 temos outra instrução que confirma a imprescindível participação das atividades agropecuária no orçamento municipal.

> A segunda necessidade é a fatura da casa do Curral Público, por quanto tendo os cortadores, que matam reses, para o consumo da cidade de servirem dela em todos os dias, acontece que nestas estações chuvosos ficam expostos a moléstias como a muitos procedimentos por falta da mesma casa; e se por ventura deixa de matar acontece que o público padece e a câmara passa por esse prejuízo, o arrematante das rendas.[77]

---

[76] Paracatu. Ata da Sessão Extraordinária de 26 de dezembro de 1877, Câmara de Paracatu – 1877 Arquivo Público Municipal Maço 03 Caixa 05.

[77] Paracatu. Ata da Sessão Extraordinária de 13 de janeiro de 1858, Câmara de Paracatu – 1858 Arquivo Público Municipal Maço 01 Caixa 05

A necessidade de continuar os abates, e o consequente fornecimento de carnes aos consumidores paracatuenses, destaca-se no documento acima. Da mesma maneira, uma aparente preocupação com a qualidade minorada, advinda da condição climática. E claro, há a preocupação com a renda, com o ganho do tributo.

De acordo com os documentos consultados, no Arquivo Público, em nenhum momento no século XIX os empregadores ou escravocratas lidaram com mão de obra estrangeira, ação que já ocorria em outras regiões do Brasil. Em análise dos documentos da Câmara preservados de 1857 a 1892 observa-se que não houve a introdução de mão de obra de imigrantes. Ainda que ofertada por empresários paulistas e mineiros, estas propostas foram todas recusadas pelos fazendeiros paracatuenses.

Em 13 de outubro de 1858 foi lida na Câmara de Paracatu, uma circular da Presidência da província comunicando que estando a chegar da Europa colonos contratados pela Associação Central de Colonos e que o Governo Imperial desejava auxiliá-los com a sua distribuição. A Presidência da província recomendou a Câmara que em cumprimento do aviso do Ministério do Império de 02 de agosto, informasse com brevidade se há neste município, fazendeiros que os irão receber. A Câmara respondeu que iria consultar os fazendeiros se havia interesse de receber estes colonos[78].

Outra oferta de colonos europeus é encaminhada em 19 de junho de 1871, com o apoio do Desembargador Bernardo Avelino Gavião Peixoto, de São Paulo e nova investida em 20 de outubro de 1871.[79] Todas as ofertas foram repetidas com o mesmo teor, porém não surtiram nenhum debate entre os vereadores, sendo lida e instruída para publicidade, aparentando total falta de interesse dos vereadores neste assunto.

Interessa compreender, por que os vereadores e suas diversas relações advindas de sua condição na estrutura da sociedade paracatuense, após reclamarem, por diversas vezes de que havia falta de mão de obra no munícipio, e que esta era a principal causa da alta de preços, baixa produção e falta de abastecimento de alimentos básicos não consideraram, nas suas propostas, a chegada de um novo grupo populacional? Por que estes não se manifestaram quando o Império, a

[78] Paracatu. Ata da Sessão Extraordinária de 13 de janeiro de 1858, Câmara de Paracatu – 1858 Arquivo Público Municipal Maço 01 Caixa 05.
[79] Paracatu. Ata da Sessão Extraordinária de 20 de outubro de 1871, Câmara de Paracatu – 1871 , Arquivo Público Municipal Caixa 05.

Província e particulares de São Paulo ofereceram envio imediato de colonos europeus para a região?

Pode se pensar numa dinâmica social própria. Pode se ainda ponderar se os homens e mulheres negros (as) de Paracatu não sustentavam com seu trabalho, mesmo sem o devido reconhecimento e valorização, uma área de mais de 50.000 Km², um dos maiores munícipio da província de Minas Gerais e tudo que era alardeado sobre falta de mão de obra, não passava de cortina de fumaça, uma estratégia que escondia elementos de uma formulação produtiva, e ao mesmo tempo uma ideologia racista, que não aceitava as decisão e autonomia dos homens e mulheres negros (as) livres. Há ainda que se considerar a possibilidade de uma construção social própria, em que o imigrante desarranjaria um “equilíbrio” relacional, produtivo, em termos desvantajosos.

Ao que parece, ao menos a princípio, a agricultura liderada por pequenos agricultores foi a atividade que absorveu a mão de obra livre, dos homens e mulheres negros (as) com suas experiências em um modo de trabalho próprio, formando os núcleos familiares e garantindo o crescimento dos arraiais, freguesias e distritos na região. Estes sujeitos com seus próprios métodos de produção sustentaram o munícipio até o final do século XIX, quando, na introdução de um novo sistema apoiado na força política de proprietários rurais, com grandes fazendas, com inúmeros pequenos núcleos produtivos sob seu comando, com a criação de gado em pastagens extensivas e exploração da terra com mão de obra de agregados.

Retomando a questão da falta de interesse da elite paracatuense no investimento em mão de obra escravizada, inspira-nos o historiador Clóvis Moura (1959) quando assevera que no Brasil, isso fez parte de um movimento estratégico por parte da elite após a extinção do tráfico negreiro em 1850. De um lado, esse fato criou condições propícias para que os proprietários rurais, para quem o escravizado que era um ônus mais do que fonte de receita, tornava-se algo valioso, e que se pudesse vendê-los às áreas do café. Por outro, permitiu uma fase de especulação em larga escala, com capitais que anteriormente eram aplicados pelos traficantes de escravizados. Conforme ressaltou o historiador Clóvis Moura em Rebeliões e Senzalas (1959).

> Inúmeras sociedades anônimas foras criadas. Em 1851 funda-se o segundo Banco do Brasil. A primeira linha telegráfica é inaugurada em 1852 e um ano após, funda-se o Banco Rural Hipotecário, que chegou a distribuir dividendos

> superiores aos do Banco do Brasil. Em 1854 inaugura-se a primeira linha de estrada de ferro ligando o porto de Mauá à estação de Fragoso (14 quilómetros). Um ano mais tarde teremos outra estrada de ferro funcionando: a que ligará o Rio de Janeiro a São Paulo. De 1850 a 1860, escreve um economista, se concederam 71 privilégios industriais, para a incorporação de 14 bancos de depósitos e descontos e alguns de emissão; criaram-se 3 caixas econômicas, organizaram-se 20 companhias de navegação a vapor, 23 companhias de seguros, 4 de colonização, 8 de estradas de ferro, 2 de rodagem, 4 de carris urbanos com tração animal, 8 de mineração, 3 de transportes e 2 de gás.[80]

Como vimos, em Paracatu, a partir de 1860 inicia-se investimento em criação de gado e em 1892 já exportava 10 mil bois e no início do século o número chegou a 40 mil. Com dezenas de engenhos instalados no município, fabricavam-se rapaduras e quatro mil barris de aguardente por ano. O munícipio administrava 11 distritos e diversos portos nos rio Paracatu, rio Preto e rio Urucuia[81].

No final do século a Câmara Municipal abre processo de licitação para a construção de uma ferrovia ligando o Porto Buriti no Rio Paracatu à sede do município. Além destes investimentos internos, Paracatu articulava com outras cidades da região a construção de ferrovias, ligando outros centros produtivos, como a Lei 3.108 de 06 de outubro de 1883. Concede ao Engenheiro Dr. Antônio Paulino Limpo de Abreu Privilégio por 50 Anos para a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro de bitola estreita, que partindo da cidade de Patos, nesta província, e passando pela de Paracatu, vá terminar no ponto mais conveniente da divisa entra esta e a província de Goiás.[82]

Esse capital acumulado do período escravista, a partir de meados do século XIX, foi transferido para outros ramos da economia e permitiu o início dos investimentos no que hoje é o aclamado agronegócio da região. Tudo isso foi possível devido à riqueza produzida por homens e mulheres negros (as) e a consequente exclusão destes sujeitos de toda essa economia.

---

[80] MOURA, Clóvis. **Rebeliões na Senzala: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas.** São Paulo: Ed. Zumbi. 1959. Páginas 39-40.

[81] Paracatu. Ata da Sessão Extraordinária de 24 de setembro de 1892, Câmara de Paracatu – 1892 , Arquivo Público Municipal Caixa 05.

[82] Arquivo Público Mineiro. Leis Mineiras. Disponível em http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras consultado em 30-05-2021

CAPÍTULO II
AS REGRAS E A CONSTRUÇÃO DE VIVÊNCIAS

Para prosseguir com a análise dessas relações, das vivências das populações de homens e mulheres negros (as) partindo do exame documental nos Acervo da Câmara Municipal, das Atas das Sessões Ordinária e Extraordinária da Câmara de Paracatu, seguimos dos anos de 1857 a 1892. A escolha destes documentos tem por objetivo, compreender as relações sociais no interior do munícipio no século XIX, por meio de registros oficiais. A iniciativa de pesquisa deve-se ao fato, desse período ser fundamental para o entendimento da construção da sociedade paracatuense em um contexto de consolidação de uma rede de exploração fundamentada nos instrumentos legislativos.

2.1 As relações comerciais e os mecanismos legislativos

Partindo de um pressuposto que a Câmara de Paracatu desde sua fundação nada mais era que uma extensão do poder de uma parcela da sociedade, parcela esta branca escravocrata e racista, temos que influir que o sistema legislativo em Paracatu foi o principal veículo para exercício dos privilégios desta classe detentora do poder. Poder econômico que garantia o controle institucional sobre a maioria da população de Paracatu, formada por homens e mulheres negros livres ou escravizados. Desta forma, as regras, as práticas do ordenamento municipal podem deixar perceber meios e formas de organização de outras relações sociais importantes.

Conforme ressalta o historiador Ademir Gebara, o sistema de leis no Brasil se articulou a partir das comunidades, dos munícipios interioranos para depois se fortalecer nacionalmente. Obviamente que o sistema de leis no Brasil foi estabelecido de forma que, quando ocorre algum tipo de mudança social, beneficie apenas um grupo detentor do poder, mesmo quando tenta transparecer algo diferente.

> A forma pela qual um sistema de leis articula-se nacionalmente, é precisamente marcado pelo modo através do qual esse sistema é implementado a nível das comunidades. Nessa medida é que, a nível das pessoas concretamente representadas na figura do comerciante da localidade, não pode permitir a presença do escravo em seu estabelecimento por mais tempo do que o necessário para comprar e vender, do cidadão comum que é multado porque joga víspora com escravo, e mesmo daquele

> outro que recebe uma recompensa paga pela municipalidade, por ter prendido um escravo foragido. E através dessa rede de relações diárias, simples e reais, que se efetiva todo o sistema jurídico a nível nacional.[83]

Os exames dos documentos do legislativo paracatuense, inicialmente, permitem visualizar que a Câmara de Paracatu não deliberava qualquer ação de interesse da maior parte da população, que eram homens e mulheres negros (as) livres. Na continuidade do investimento de pesquisa, procuramos analisar elementos que possam permitir observar a trajetória histórica dos homens e mulheres negros (as) na cidade de Paracatu e os seus diálogos, a sua capacidade de negociação, assim como de fazer- se sujeito histórico. Acreditamos que a tentativa de imposição de uma regra desnudava uma ação, um receio, um compromisso, uma antecipação real. E este diálogo é o nosso objetivo.

No ano de 1857, conforme os documentos preservados no Arquivo, a Câmara se reuniu pelo menos 31 vezes. Os registros nas atas consistiam, principalmente, em análise de requerimentos de interesses dos próprios vereadores, leituras de ofícios de instituições superiores e demandas relacionadas à cobrança de imposto, nomeações de servidores, fiscais, coletores do município, cobrança de custas de processos e contratações de serviços. Ao menos, uma destas pautas, estava presente em todas as reuniões analisadas no ano de 1857.[84]

A partir do terceiro quartel do século XIX, já não se falava em mineração e a cidade de Paracatu era sustentada pela produção agropecuária e pelo comércio destes produtos na cidade. No capítulo anterior os elementos que marcam a grande presença de homens e mulheres negros (as) livres, a questão da grandeza territorial do município, o declínio da mineração, dentre outros, permitiu-nos pensar em construções históricas próprias dessa localidade. A presença da população negra nos vários distritos rurais, a opção pela não importação de mão de obra estrangeira, ao menos como ficou demonstrado pela pesquisa, são situações históricas que aglutinam elementos que permitem pensar em novos sujeitos e novas situações históricas.

Neste período em meio às dinâmicas comerciais, por uma combinação de fatores que procuraremos compreendê-los, assim como as suas implicações,

---

[83] GEBARA, Ademir. **“ Escravidão: fugas e controle social”.** In: Estudos Econômicos, nº18 1988 pág. 104.

[84] Paracatu. Acervo Câmara Municipal. Atas da Câmara de Paracatu, Sessões Ordinárias e Extraordinárias, 1857. Arquivo Público Municipal. Maço 01 Caixa 05

destacam-se as ações de atravessadores, contratadores e empregadores que assolavam as relações comerciais no munícipio.

O produtor rural e o consumidor final parecem demonstrar uma relação mais equilibrada, com ambos se articulando com seus próprios saberes, medidas, preços e qualidade, uma organização informal.

Por outro lado, este terceiro elemento altera esse equilíbrio prejudicando produtor e consumidor, principalmente os mais pobres. Obviamente que atravessador não se sustentava sozinho, era preciso ter anuência, ou " vista grossa" de outros sujeitos da esfera administrativas. É uma relação desiquilibrada, pois, o atravessador se posiciona como um contratador, com mais dinheiro, acaba por controlar a produção e os preços conforme Ata da Câmara de Paracatu de 10 de agosto de 1857. [85]

> O mesmo senhor vereador, Chrispiniano, fez o seguinte requerimento, que havendo urgente falta de gêneros de primeira necessidade máxima, arroz e farinha, que comprasse presentemente aquele gênero de 6$000 réis a 8$000 réis e este último de 3$840 a 4$800 réis sendo esse exaltamento de preços, sustentados pelas casas de depósitos ou motivados por muitas pessoas desta cidade de que apenas chega aqui o carro carregado desses gêneros, muitas vezes antes de tirar-se os bois, são atravessados.

O mês desta reclamação, agosto, é justamente o período de entressafra o que indica o trabalho de, possivelmente, atravessadores em períodos anteriores, comprando e armazenado para vendas futuras. Uma prática ainda frequente em algumas regiões do Brasil.

Este requerimento do vereador, o Tenente Vicente José Chrispiniano, foi colocado em pauta em um momento de transição de poder na câmara. A citação do vereador tem muito mais indícios de disputas por controle desses gêneros na cidade, pois, os novos vereadores haviam tomado posse em 24 de junho do mesmo ano, uma mudança no poder pode ter influenciado na demanda desse vereador. Além disso, havia neste período, dois partidos políticos, o Liberal e o Conservador, que conforme ressaltado por Olympio Gonzaga (1910) disputavam a liderança política desde a elevação à cidade em 1840.

Os valores citados se referem à unidade de medida conhecida como alqueire, que até o início do século XX era utilizada nas transações de produtos agrícolas em

[85] Paracatu. Acervo Câmara Municipal. Atas da Câmara de Paracatu, Sessões Ordinárias e Extraordinárias, 1857. Arquivo Público Municipal. Maço 01 Caixa 05.

Paracatu, conforme documento do mercado municipal inaugurado do início do século XX.[86] Arroz, farinha, feijão e milho eram negociados utilizando o alqueire que correspondia a 36,27 litros, variando o peso de cada produto seco, no caso do produto principal, o alqueire do arroz correspondia aproximadamente a 24 quilos. Para nossa pesquisa, interessa dialogar com as condições, medidas e construções sociais em que os homens e mulheres negros (as) estavam inseridos, e consequentemente, a maneira como compuseram as estratégias e demais formulações diárias para a sua vivência.

O debate prossegue na Câmara com ênfase na alta dos preços e a decisão proposta traz uma característica dos decretos da Câmara de Paracatu. A prática inerente à consciência conservadora, conforme Florestan Fernandes[87] ressalta ao citar a simetria que lembra "colonizador" versus "colonizado", a saber: o mandonismo, o exclusivismo e o particularismo.

> Na razão porque o preço se tem conservado exaltado e em prejuízo das humanidades sofredoras, e requeria, portanto à dita Câmara para que expeça as mais determinantes ordens aos seus fiscais para vedarem semelhante mal. Devendo o carro chegar, por ora em diante, ser importado na porta do subdelegado desta cidade, isto é, os carros daqueles gêneros que há rigorosa falta, a fim de serem repartidos os gêneros a cada casa, conforme sua família e precisão.[88]

As considerações da Câmara paracatuense parecem vestidas de sensatez e de respeito às condições/necessidades dos seus munícipes, mas interessa perguntar, quem são os sujeitos pobres desta reclamação com sua família e "precisão" e que sofrem prejuízos das "humanidades sofredoras"? Seriam, por acaso, homens e mulheres negros? É preciso identificar quem os vereadores denominavam como pobres em Paracatu e que poderiam ter algum prejuízo. Na mesma reunião, foi debatido um imposto sobre escravizado, imposto pela província, no valor de 4$000 réis. Nesta discussão, os vereadores registram que: muitas famílias pobres passam com muito sacrifício e muitos possuindo, um ou dois escravos, que servem a casa, fazem o sustento da família, não podem e nem devem estar sujeitos a este ônus.[89]

---

[86] Paracatu *Tabela de Preços do Mercado Municipal de Paracatu. Jornal Folha do Povo/Março 1911/Acervo Arquivo Público de Paracatu*

[87] FERNANDES, Florestan. **Mudanças Sociais no Brasil**. São Paulo, Global 2013

[88] Paracatu. Acervo Câmara Municipal. Atas da Câmara de Paracatu, Sessões Ordinárias e Extraordinárias, de 11 de agosto de 1857. Arquivo Público Municipal. Maço 01 Caixa 05.

[89] Paracatu. Atas da Câmara de Paracatu, Sessão Extraordinária de 10de agosto de 1857. , Arquivo Público Municipal Maço 01 Caixa 05

Seriam estes os que os vereadores denominam como famílias pobres, população branca, possuidora de até dois escravizados.

Num cenário como o mencionado acima, em que as famílias que recebiam atenção dos legisladores, ainda assim, passavam por dificuldades, cumpre indagar acerca da maneira como estavam as famílias dos homens e mulheres negros (as) nessas localidades, que não contavam, nem mesmo com a preocupação dos vereadores.

As atas das reuniões dos dias 10 e 11 de agosto do ano de 1857 e de 09 de janeiro de 1858, em que os vereadores discutiram sobre o problema da falta e inflação dos alimentos, fornecem informações importantes sobre as relações comerciais no município envolvendo os produtores rurais que abasteciam a cidade.

Nem todos os carros seriam direcionados para a vigilância da polícia, ou seja, o controle não era aleatório. A produção a ser controlada era dos pequenos produtores, pois nenhum subdelegado da camada média ousaria conduzir um carro com produtos de um grande fazendeiro para a porta de sua casa. Os produtores escolhiam o local para descarga dos cereais, o transporte até a cidade era feito em carros de boi e a maioria destes agricultores alugavam os carros para o transporte de seu produto até a sede, conforme citado na mesma ata. A venda dos produtos era feita em praça pública, não havia um mercado municipal, o que, de certa forma, significava menos taxas e burocracias com fiscalizações para os produtores rurais.

Em nova reunião, no dia 11 de agosto de 1857, os vereadores se dividem na discussão e alguns defendem outra forma de controlar o comércio das mercadorias dos pequenos produtores. Alguns eram contra que os produtos ficassem expostos na frente da casa do subdelegado, mas, não abriam mão de um fiscal. Os vereadores deliberaram os largos da Cadeia do Rosário e a Rua do Calvário[90] para que os produtores, as suas custas, alugassem cômodos para a venda de seus produtos, porém, com a supervisão de um fiscal da câmara.

Nesta conjuntura, legisladores e atravessadores não se posicionava como grupos antagônicos, longe disso, demonstram caminhar na mesma direção com o mesmo objetivo, usando apenas métodos diferentes para obter o controle dos itens de cada safra, e o consequente lucro com a mão de obra livre em Paracatu. A Câmara recebia imposto sobre cada carro de produto que entrava na cidade e os

[90] Atual rua Temístocles Rocha, no centro de Paracatu.

atravessadores lucravam com a especulação, como foram citados nesta Ata, estes atuavam dentro da cidade.

O desfecho desta situação continuou desfavorável para os produtores. Mesmo não sendo direcionados à porta do subdelegado, a Câmara encontrou uma forma de vigiá-los, de controlar seus espaços e consequentemente contribuir para o aumento de suas despesas. Porém, o mandonismo de alguns membros da classe dominante não foi capaz de anular as individualidades desses sujeitos. Estes eram homens livres, e mesmo alguns escravizados, em alguns momentos moldam o seu próprio ambiente para se adequar ao seu modo de vida. No ano seguinte, o local escolhido pela elite, a Praça da Rua do Calvário para reservar aos produtores se transformou em um ponto de encontro dos carreiros, com tavernas e pensões improvisadas. Em 14 de agosto de 1858, um ano após o envolvimento dos vereadores na fiscalização dos locais dos comerciantes, foi acusado o recebimento de um ofício com a seguinte instrução.

> [...] e não podendo vencer os abusos, que há entre os taverneiros e carreiros na praça da Rua do Calvário, acha conveniente mudar-se aquela para o largo da Cadeia, até o Sant`Anna. Não só para conservação das calçadas, como a benefício da pobreza, que nas tavernas se vê obrigado a preços exagerados em tempos tão calamitosos como estamos [...] ficando-se alguns pés direitos para vedar a passagem dos carros; assim como julga conveniente reeditar-se a casa do Curral do Conselho, deixando-se um quarto, que se dará a um morador para vigiar os malfeitores.[91]

Mais uma vez, a arbitrariedade é caracterizada nas relações sociais em Paracatu. Podemos pensar que, de fato, o problema não era o local, mas, as tentativas de controle por parte da elite sobre homens livres. Os carreiros viajavam por muitos dias, em qualquer sociedade, é algo tolerável que um trabalhador, em suas horas de folga, possa beber e frequentar uma taverna[92] ou algo semelhante. Como seu trabalho era o transporte, enquanto permaneciam na cidade, estavam com o seu tempo livre até o retorno.

Há que se destacar que as formas que estes sujeitos administravam seu próprio tempo aparentam ser a causa de a Câmara retrata-los como malfeitores. No ano anterior, os carreiros e produtores entregavam as mercadorias e retornavam, neste

[91] Paracatu. Atas da Câmara de Paracatu, Sessão Extraordinária de 14 de agosto de 1857. , Arquivo Público Municipal Maço 01 Caixa 05

[92] Estabelecimento que vende bebidas alcoólicas; taberna. Disponível em https://www.dicio.com.br/taverna/ consultado em 10-07-2021

ano, com a imposição da Câmara, eles moldaram esse novo local mais afastado e com os taverneiros aumentaram os preços dos produtos[93].

As disputas comerciais locais evidenciam a relação conflituosa entre o poder político e os produtores rurais devido à tentativa de controle destes trabalhadores. A ideia dos legisladores da Câmara paracatuense, parece ter sido a de impor a estes sujeitos um controle e uma visão específica desde o final do século XIX, escolhendo local, tempo e preços.

Interessa para a pesquisa acompanhar esta tentativa de controle, e mais, de composição de um dado sentido, de uma orientação histórica, que parece ter sido nesta interlocução histórica, recusada. O tamanho do esforço e a sequência de tentativas infrutíferas permite pensar que o intento nunca funcionou, pois, essa produção é fruto de uma experiência diferente. Há que se considerarem alguns fatores que podem ter contribuído para esse cenário de força, de tentativa de imposição de modos de ser, e um deles, pode se adiantar, pode ser o fato de que esses produtores são remanescentes dos primeiros lavradores que alcançaram a liberdade na região, que não abrem mão de seu método próprio de trabalho.

Num exercício, numa licença temporal importante para a reflexão, damos um salto no tempo, e observamos que na década de 1990[94], os produtores das regiões Cunha, Lagoa de Santo Antônio, Santa Rita, São Sebastião, São Domingos, Pontal, dos assentamentos agrários e de outras regiões mais afastadas, se estabelecem novamente nas praças para a venda de seus produtos, como faziam, seus antepassados no século XIX. Primeiro na Praça do Rosário e Santana nas quartas-feiras e depois na Avenida Romualdo Ulhôa Tomba nos sábados.

Neste novo endereço, próxima a principal praça da cidade a Firmina Santana, todos os sábados, desde a madrugada, a feira livre dos pequenos produtores rurais de Paracatu inicia suas atividades. Itens diversos, tais como caldo de cana, rapaduras, aguardente, queijos, frangos, carnes, toucinho, farinha de mandioca, milho verde,

[93] Os pequenos produtores rurais paracatuenses permaneceram sem um local fixo até o ano de 1903, quando se deu a inauguração do Mercado Municipal de Paracatu e que, foi desativado algumas décadas depois, por motivos semelhantes aos do século anterior. Tentativas de controle político sobre o mercado, atravessadores desestimulando os pequenos produtores e alta nos preços. Em 1987, a prefeitura designa um novo espaço, um mercado também afastado do centro e poucos anos depois, também é fechado com os produtores retornando as praças do Rosário e depois a Praça do Santana.

[94] Apenas para mencionar a opção de perseguir os processos históricos, como nos inspira Carr, em que a História pode pensada como uma “procissão em movimento”.

salgados, frutas, verduras, ovos, raízes, entre outros produtos são oferecidos a um público assíduo. Milhares de pessoas passam por este espaço durante a manhã nos sábados, com crescimento constante de produtores e consumidores ao longo de mais de 30 anos de feira.

O sucesso do comércio, parece estar associado, dentre outros, às ruas e nas praças, como acontece atualmente, nos locais e datas e horários que os próprios produtores escolhem. Estes produtores rurais, homens e mulheres negros de Paracatu, parece deterem uma combinação de conhecimentos, tais como o dia certo que o consumidor sai de casa, dos horários, dos produtos que estes buscam, dos valores acessíveis aos produtos, da qualidade e dos espaços apropriados para este fim. De outro ângulo, há aqui, elementos que parecem apontar para trocas e sentidos que expandem a relação econômica, o ver e ser visto na feira, parece somar com um diálogo histórico, com uma formulação específica de construção e de continuidade, que merece ser mais bem compreendida.

Pode se apontar que com as mudanças institucionais na sociedade brasileira, e em Paracatu, de acordo com a pesquisa, parece ter prevalecido um modo particular para manutenção do poder de um grupo, uma experiência estruturada principalmente a partir do século XIX com a criação da Câmara e outros mecanismos de poder institucionalizado.

O grupo de fazendeiros, militares e comerciantes, admitindo todas as cadeiras da Câmara, distribuíam cargos, garantiam apoio econômico, controlavam as contratações de renda, obras, fiscalizações e alvarás. Legislavam em causa própria, estabelecendo um poder absoluto em uma região no interior do país, estes faziam da Câmara uma extensão de suas posses, uma rede de exploração, articulada ao poder público.

A partir de meados do século XIX a composição da elite que governava a cidade era cada vez mais militarizada, a figura dos coronéis começa a surgir neste contexto local no período pós Regência no Brasil. Eis a composição da Câmara de Paracatu empossada em 24 de junho de 1857.[95]

Major João da Pina Vasconcelos

Comandante superior Francisco de Paula Carneiro

[95] Paracatu. Ata da Sessão Extraordinária de 24 de junho de 1857, Câmara de Paracatu – 1857. Arquivo Público Municipal Maço 01 caixa 05

Tenente-Coronel Pedro Antônio Roquete Franco
Tenente-Coronel Domingos Pimentel de Ulhôa
Caetano Rodrigues da Costa
João José de Sant'Anna
Pedro Antônio de Araújo Pereira
Tenente Vicente José Chrispiniano

Tomaram posse como Juiz de Paz[96], o Alferes Antônio Teixeira Vitalício e o Capitão Bernardo Belo Soares de Souza. Dos dez membros empossados, sete eram militares. Trata-se de uma configuração legislativa muito repetida até o período republicano.

Em 31 de dezembro de 1868, todos os vereadores empossados nesta data para a Câmara de Paracatu eram militares[97], a saber:
Coronel João Chrysostomo Pinto da Fonseca Junior
Tenente Alexandre Lourenço de Macedo
Alferes Antônio Teixeira Vitalício
Tenente Antônio Eugênio de Araújo
Alferes Joaquim Felipe da Silveira

Foram empossados como juiz de paz, capitão Bernardino de Faria Pereira e capitão José Antônio Dantas Barbosa. Entre os anos de 1857 e 1892 a presença de militares na Câmara, de modo geral, foi determinante para controle e coerção da população livre de Paracatu, sempre existia um coronel ou tenente-coronel, major ou capitão como autores de requerimentos e projetos instruídos na Câmara de Paracatu.

Esta formação da sociedade vem acompanhada de outros sujeitos, na verdade empregadores que passam a se relacionar diretamente com os homens e mulheres negros (as) livres em Paracatu, trata-se dos grandes fazendeiros, que agora, buscam expandir seus espaços, configurando em grandes fazendas da região. A partir deste período, fica evidente que só os membros da elite militar e os favorecidos por esta classe, teriam registro de terras aprovados.

Consideravelmente em desiquilíbrio, em relações sociais praticamente inflexíveis, o povo negro e colocou em uma posição de luta diária, pela permanência

[96] Eram frequentemente sem formação, leigos, escolhidos no próprio munícipio para instruções de processos cíveis.
[97] Paracatu. Ata da Sessão Extraordinária de 31 de dezembro de 1868, Câmara de Paracatu – 1868. Arquivo Público Municipal Maço 01 caixa 05

e pela forma como desejava ficar vasta extensão do munícipio. Pode se inferir que os homens e mulheres negros (as) dialogavam com as possibilidades advindas dos trabalhos como lavradores, carreiros, candeeiros, lenheiros, criadores, vaqueiros, tropeiros, roceiros entre outras profissões citadas nos documentos oficiais do século XIX. Estes eram trabalhos executados por homens e mulheres negros, pois, *homens bons* não executavam qualquer trabalho manual.

Essas atividades garantiu o sustento de toda a região e permitiu um crescimento significativo até o início do Período Republicano. Por cada carro de boi, que transportava mantimentos para a cidade em 1877, era cobrada uma taxa de um mil réis pela sua entrada e se fosse carro ferrado, que carregava mais peso, dois mil réis, conforme as novas posturas de 28 de setembro de 1877.[98] Essas taxas eram à base do orçamento do munícipio até o último quartel do século XIX.

Como a população negra livre, posicionada neste contexto em uma relação muito desfavorável, foi capaz de assegurar seu sustento e produzir a riqueza que garantiu a administração e o crescimento do munícipio?

Pelas informações registradas nas Atas da Câmara de Paracatu entre os anos de 1857 e 1892, foi possível compreender que não houve nesta região qualquer tentativa de alterar as condições do contingente populacional de homens e mulheres negros livres ou escravizados. Estes tiveram que, por conta própria, garantir sua sobrevivência e no caso dos cativos, permanecer na luta cotidiana pela liberdade, pois, não há qualquer citação nestes documentos do envolvimento da elite paracatuense em causas desses sujeitos históricos.

Com bem assegurou Abdias do Nascimento, sobre o que chamou de “mito do africano livre” no século XIX.

> Autoridades governamentais e sociedade dominante, se mostraram perfeitamente satisfeitas com o ato de condenar os africanos "livres", e seus descendentes, a um novo estado econômico, político e cultural "livres", e seus descendentes, a um novo estado econômico, político e cultural de escravidão-em-liberdade.[99]

2.2 A população negra livre e o pós-abolição em Paracatu

[98] SOUZA, Marcos Spagnuolo. **Anais da Câmara de Paracatu Sessões Ordinárias e Extraordinárias 1857-1892 Projeto: História e Memória.** Paracatu 2002 Pág. 287-288 e 339

[99] NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. pág 67.

A sociedade detentora do poder político e econômico não teve participação e não demonstrou interesse algum na emancipação dos que alcançavam a liberdade e um novo estatuto de trabalhador. Até a metade do século XIX em Paracatu, o grupo populacional livre conseguiu assentar em todas as regiões do munícipio, desde os arredores como Cunha, Lagoa de Santo Antônio, Santa Rita, São Domingos até regiões mais distantes como Rio Preto, Buriti, Guarda-Mor e Urucuia, mais de 300 quilômetros de distância da sede.

Conforme ressalta Maria Célia Azevedo[100], a elite enxergava o negro como um ser marginalizado, fonte de todos os males do país, responsável por quase todos os defeitos da sociedade. Essa ideologia, que certamente ultrapassou o século XIX, constitui ainda hoje um pensamento furtivo que remete à população negra as inconveniências da sociedade brasileira. Podemos identificar facilmente, as diferenças nos tratamentos atribuídos a cada sujeito, branco ou negro, seja na justiça, na política, no trabalho dentre outras situações.

A partir da década de 50 do século XIX, a Câmara passa a organizar as terras identificando seu patrimônio e obviamente, consolidando as escrituras nas mãos da elite regional. Em 02 de outubro de 1857, conforme Ata da Câmara de Paracatu.

> Leu-se uma portaria da Exmª presidência desta Província, datada de 14 de agosto do corrente ano, comunicando a esta Câmara que possam aquela presidência cumprir os avisos pedidos pelo Ministério do Império, em 12 de janeiro de 1856 e 30 de julho próximo passado, convém que esta mesma Câmara, satisfazendo a Circular da mesma presidência de 28 do referido mês de janeiro, lhe informe com urgência, quais as terras que formam o patrimônio desta Câmara, e por que título a mesma as possui. Remetendo com especialidade, cópia das leis em que funda seu direito ao território de que esta dispuser, igualmente deverá a Câmara interpor o seu parecer acerca das áreas que convirá conceder-se definitivamente para ela. [101]

Obviamente que esta solicitação da Província e do Império permitia a Câmara organizar as terras de Paracatu da forma que lhe conviesse, pois era a legisladora e fiscalizadora das leis. A partir de 1850, muitas normas e leis foram outorgadas, reorganizando o território paracatuense, a saber:

A lei N. 879 de quatro de Junho de 1858 eleva a Distrito de Paz a Povoação denominada Guarda-Mor no Termo de Paracatu e Marca as Respectivas Divisas. Lei

---

[100] AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites no século XIX**, Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1987.

[101] Paracatu. Ata da Sessão Extraordinária de 02 de outubro de 1857, Câmara de Paracatu – 1857 Arquivo Público Municipal Maço 01 caixa 05.

N. 909 de oito De Junho De 1858 eleva à Paróquia o Distrito da Catinga, do Município de Paracatu, e Marca os Respectivos Limites. Lei N. 992 De 27 De Junho de 1859 Restaura o Distrito de Rio Preto. Lei N. 1.624 De seis De Novembro de 1869 eleva à Categoria de Distrito de Paz o Povoado das Lages, do Termo de Paracatu, e Marca as Respectivas Divisas. Lei N. 1.713 De cinco De Outubro De 1870 Incorpora aos Termos de Paracatu, Passos e Santo Antônio dos Patos as Freguesias de Santana dos Alegres, Santa Rita do Rio Claro e o Distrito de Nossa Senhora do Carmo do Arraial Novo; Revoga A Lei N. 1.407 De nove de Dezembro de 1867 e O Art. 1º da de N. 1.193 e Contém Outras Disposições.[102]

Sem muito esforço, é possível observar que a população negra não teria condições de regularizar suas terras e obter a sua respectiva documentação com facilidade. Importa ressaltar que as determinações do Império para a Província e desta para a cidade, estavam inseridas no contexto da Lei de Terras, promulgada em 1850. Outra situação que favorecia os grandes fazendeiros da região é que os registros das terras da província de Minas Gerais eram efetuados até este período pelos vigários das paróquias, descrevendo limites, data e os proprietários de terras.[103]

Paracatu parece ter conseguido assegurar sua abrangência, constituindo-se numa grande extensão territorial, e atualmente ainda é o terceiro munícipio da região sudeste do Brasil com mais de 8000 km², ficando atrás somente de João Pinheiro e Unaí. No século XIX, seu território se estendia por mais regiões, incluindo parte dos atuais munícipios de João Pinheiro, Guarda-Mor, Vazante, Urucuia, Arinos, Buriti, Unaí, englobando o Noroeste até o Norte de Minas e de parte do Alto Paranaíba até próximo ao Triângulo Mineiro, possuía divisas com Goiás e disputava domínio de terras com esta província. GONZAGA (1910) cita uma extensão de 51.227 km² no século XIX, o que hoje seria maior do que o Estado da Dinamarca com seus 43.094 mil km².

Num outro exercício de imaginação, esse território seria suficiente para promover uma divisão igualitária a toda população negra que, nesta extensão de terras, produziam diariamente com seus próprios recursos. Estes certamente

---

[102] Arquivo Público Mineiro. Leis Mineiras. Disponível em http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras consultado em 26-05-2021

[103] Arquivo Público Mineiro. Leis Mineiras. Disponível em http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras consultado em 30-05-2021

conheciam as terras e detinham grandes experiências no trato diário desta vastidão do cerrado.

Os registros das ações desses sujeitos históricos, propositalmente, foram encobertos pela ação de grupos interessados em não dialogar, de forma intelectualmente honesta com essas populações, e, para reconhecer sua importância teriam que abrir mão da ideologia discriminatória que permeia a relação entre brancos e negros e seus respectivos descendentes em Paracatu. Além disso, a população negra, com seus trabalhos, abastecia a cidade com os mantimentos que produzia, e garantia com os tributos sobre esses mesmo produtos, o seu orçamento e, a valorização destes, colocaria em evidência toda a farsa da construção racista e de tentativas de inferiorizarão do grupo populacional negro e seus descentes.

Com estes filhos e netos e demais familiares destes sujeitos históricos encontramos alguns, possíveis, respostas históricas, sobre o modo de vida de homens e mulheres livres do século XIX em Paracatu, bem como, acerca dos sentidos históricos que constituíram as trajetórias destas pessoas. Estas respostas nos orientam acerca da maneira como foi possível, mesmo em uma relação desequilibrada, produzir e se sustentar formando uma rede de proteção.

A memória destes nos permite encontrar a experiência no contexto histórico local, permitem nomear os sujeitos que construíram uma sociedade baseada na luta cotidiana na cidade ou na lida no campo. Homens e mulheres negros nascidos no início do século XX desfrutavam de muitas memórias de seus pais e avós, nascidos no século XIX.

Em um excelente trabalho de resgate dessas memórias os historiadores Marcos Spagnuolo de Souza e Eleusa Gomes de Oliveira entrevistaram nos anos de 2001 e 2002, quarenta e um moradores negros em Paracatu. Entre estes entrevistados muitos nascidos entre 1907 e 1920 com grande conhecimento das relações sociais do século XIX. Estes citam nomes completos de seus pais, avós e dos fazendeiros com quem estes se relacionavam. Trazem lembranças vivas do cotidiano urbano e rural, da produção agrícola, da pecuária e das dificuldades impostas ao negro paracatuense.

Os homens e mulheres negros, mais velhos na época, que tiveram suas considerações registradas em entrevistas e publicadas na obra Os Negros de Paracatu[104] em 2009, foram:

- A senhora Maria Pimentel, nascida em 1907.
- A senhora Maria Francisco Cardoso, nascido em 1910.
- O senhor Ramiro Francisco, nascido em 1910.
- O senhor Candido Martins, nascido 1913.
- A senhora Maria Martins, nascida em 1914.
- A senhora Ana Batista, nascida em 1916.
- A senhora Hermínia Soares, nascida em 1919.
- A senhora Igina Peres, nascida em 1920.

Dentre os 41 entrevistados, pelo menos 15 destes citam entre posses de sua família, pais e avós, propriedades rurais, desde sítios até grandes fazendas. Todos os nascidos até 1920 relatam posses de suas famílias que foram perdidas ao longo das dinâmicas e interações com os demais grupos sociais, no século XX. As memórias dos entrevistados fazem menção a terras na região do Fundão, Santa Isabel, Santa Rita, Cunha, Lagoa de Santo Antônio entre outras. Tão importante quanto à propriedade era a produção, citada sempre como abundante e que nestas trabalhavam pais, filhos e netos diariamente demonstrando a forte relação familiar baseada na terra e no trabalho. Como a maioria destes entrevistados refere-se a essas propriedades como inicialmente de seus avós, é possível inferir que estas foram adquiridas em um momento de desvalorização de terras e valorização de mão de obra em Paracatu até meados do século XIX.

Das entrevistadas, a senhora Igina Peres, nascida em 1920 relatou:

> O meu pai era lavrador, fazia muita rapadura e plantava muita roça. O papai trabalhava para ele mesmo. Ele tinha uma fazenda com carro de boi e engenho. Eu também trabalhava na guia de boi. O engenho tinha duas manjaras e cada manjara tinha quatro bois, sendo uma manjaras de cada lado. [105]

[104] SOUZA, Marcos Spagnuolo; OLIVEIRA Eleusa Gomes. **Os Negros de Paracatu.** Paracatu 2009
[105] SOUZA, Marcos Spagnuolo; OLIVEIRA Eleusa Gomes. **Os Negros de Paracatu.** Paracatu 2009, pág 80

Como a senhora Igina, todos os entrevistados relatam a participação da família, filhos e filhas e nenhum relata empregados fixos ou agregados executando tarefas nas dinâmicas laborais. Aos pais, uma valorização e reconhecimento como característicos destas famílias. Certamente pais, avós, irmãos mais velhos eram os principais tutores, um elo na transmissão do conhecimento não somente dos trabalhos a serem feitos, mas da própria valorização da vida em si, que pela sociedade dominante era negado.

Aprender a profissão de carreiro ou dominar as técnicas de fabricação de rapadura, aguardente ou açúcar levava alguns anos, aprendizado iniciado desde a tenra idade entre as famílias negras em Paracatu. É sabido que não se ensina apenas trabalhos para os filhos, sobrinhos e netos, junto com as escolhas dos saberes e técnicas de trabalho se ensina sentidos e compreensão da própria vida. Trabalho que garantiria, caso existisse divisão igualitária de riquezas produzidas no munícipio, a segurança econômica destes agricultores paracatuenses.

Outro relato, do senhor Cândido nascido em 1913, informa que:

> Os meus pais eram originários daqui da região, sendo que eles eram donos da Fazenda Fundão, que ficava depois do Rio Santa Isabel. Um dia eles venderam a fazenda e vieram morar em Paracatu, e aqui meu pai trabalhou como carpinteiro. Todos os homens de nossa família tinham o apelido de Cebola, isto porque o meu pai vendia cebola aqui em Paracatu, na época que ele tinha fazenda.[106]

Para a pesquisa, a presença de memórias em que famílias negras eram sabedoras dos processos produtivos, à revelia das imposições escravocratas, e mais, na condição de detentoras de propriedades rurais é um elemento que destaca a capacidade de agir, assim como de sofrer com os golpes que a estruturação da sociedade brasileira disponibilizou a grupos específicos. A situação é repetida por muitos moradores de Paracatu, da lembrança de seus antepassados com propriedades de onde tiravam o sustento. Um ciclo que foi alterado no final do século XIX com a consolidação das grandes propriedades nas mãos da elite. Nas palavras do senhor Honório Coelho:

> A fazenda dos Amaros era do meu tataravô e nós fomos herdando, mas o Maximiliano acabou entrando lá e tomou conta de tudo. Toda a família passou a trabalhar na fazenda, pagando renda para o Prisco, filho de

[106] SOUZA, Marcos Spagnuolo; OLIVEIRA Eleusa Gomes. **Os Negros de Paracatu.** Paracatu 2009 pág. 32

> Maximiano. Era uma fazenda muito grande, mas perdemos toda a fazenda de cento e oitenta e dois alqueirões. [107]

De acordo com os relatos, o conjunto de homens e mulheres negros (as), de pequenos produtores rurais, passa para a posição de arrendatários produtores, entrelaçados em uma relação desigual pagando renda na própria terra. O avanço de novos criadores e agricultores sobre as terras da população negra não teve um propósito de expulsão imediata. Os fazendeiros mantiveram o maior número possível de mão de obra em suas terras, muitas vezes utilizando-se de relações pessoais acima das relações institucionais.

Além da perda das terras, perdia-se também a autonomia da venda da produção para outros, ficando os grandes proprietários de terra como atravessadores, pagando preços menores pela produção. Temos aqui um elemento que poderia acarretar dificuldades para aquisição de bens ou qualquer tipo de maquinário e ferramentas próprias.

Sem maquinários as negociações entravam em níveis de dependência. Para se produzir rapaduras, um dos produtos mais comercializados na região no século XIX e início do século XX, era necessário, além de arado para preparação da terra para o plantio, um carro de boi, moenda, tachos, fornos, entre outros instrumentos e ferramentas. Os engenhos em Paracatu eram construídos principalmente do tipo trapiche, movidos por força animal, logo, necessitava-se de bois para o transporte e para a moenda. Os movidos por água ou vapor pagavam 20$000 réis de imposto enquanto movidos por força animal pagavam 10$000 réis de imposto em 1892.[108]

Para compreender parte dessa relação nos engenhos em Paracatu, temos o exemplo do Senhor Francisco Cardoso, nascido em 1910, que relata sua experiência quando criança, onde sua família, que produzia rapaduras, era agregada em uma fazenda em Paracatu.

> A gente plantava para o nosso consumo, mas, se sobrasse o Osvaldo comprava da gente. Quando moía a cana, de três carros para baixo ele não cobrava nada e acima de três carros ele cobrava a meia. Com a cana da gente, a gente moía e fazia rapadura. O Osvaldo tocava a sua lavoura e a gente ajudava ele tocar, mas ele pagava a diária. [109]

---

[107] SOUZA, Marcos Spagnuolo; OLIVEIRA Eleusa Gomes. **Os Negros de Paracatu.** Paracatu 2009pág. 24

[108] Paracatu, Arquivo Público Municipal. Cobrança de imposto sobre indústria e profissões Arquivo Câmara, Finanças Paracatu 1926

[109] SOUZA, Marcos Spagnuolo; OLIVEIRA Eleusa Gomes. **Os Negros de Paracatu.** Paracatu 2009 pág. 28

Temos aqui uma característica do tipo de relação marcante entre os fazendeiros e as famílias paracatuense. A maioria dos acordos não possuía qualquer tipo de registros formais, os fazendeiros levavam estas relações para níveis pessoais em que seu poder econômico, político e social impedia qualquer reclamação em esferas públicas que ainda davam os primeiros passos para a sua institucionalização. Além disso, o povo negro não possuía qualquer representatividade nas instituições.

A produção das famílias negociada com proprietário da terra, que obviamente, pagava valores mais baixos. Não havia salários, apenas diária, uma tradição paracatuense de pagar lavradores por dia trabalhado sem qualquer outro compromisso formal. Neste cenário, a família teria que estar à disposição do dono da terra, que tinha prioridade na contratação.

No exemplo da produção de rapadura, não era alugado o engenho, mas, cobrado a metade da produção que ultrapassasse os três carros. Nessa dimensão, ao que tudo indica esse fazendeiro, no século XX, repetia as mesmas práticas do período colonial. Neste caso, em pleno ciclo da produção açucareira, os grandes senhores de engenhos cobravam dos fazendeiros que não possuíam moenda, a metade da produção para moerem em seu engenho.[110]

Temos assim uma negociação imposta pela classe dominante diretamente ligada à herança colonial de exploração que persiste ainda no século XXI. A forma com que a mão de obra de homens e mulheres negros foi explorada em Paracatu reflete muito na exclusão que se seguiu nos séculos após a escravização. Esses sujeitos contribuíam diretamente na economia do município, no trabalho rural e urbano permaneceram como pilares da sociedade paracatuense.

Fato que os fazendeiros em Paracatu na construção de suas dinâmicas diárias, na busca de sua imposição política estavam numa condição vantajosa, a ponto de repetir as atitudes do século XVII e XVIII era evidente, mas, de que forma estes sujeitos ratificaram seu poder sobre a população negra livre, agricultores que desde o início do século XIX estavam assentados com suas famílias nesta região?

As relações familiares entre negros e brancos em Paracatu muitas vezes ocorria longe das instituições. Esse afastamento físico e social permitia a um dos entes um largo controle sobre as negociações, surgindo em consequência disto o problema de tratar questões de direito como questões de cunho pessoal. Essas práticas dos

[110] GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** São Paulo: Ática, 1978 pág. 398

fazendeiros, empregadores, militares e comerciantes tornaram-se subterfúgio que beneficia diretamente os que estão próximo do poder, desestimulando e enfraquecendo os que negociam com este grupo.

Nestas relações familiares, os fazendeiros obtiveram, com aprovação da Câmara, um instrumento legal para coagir as famílias livres a permanecer em suas terras. Os legisladores paracatuense inseriram um aditivo do vereador Rodolpho Adjuto, aprovado por unanimidade, no Estatuto Municipal[111] em 30 de março de 1892 que determinava:

> Declaro que foi apresentado mais o seguinte aditivo. É proibido para qualquer sócio, sem o consentimento dos outros, dar agregação para residir ou plantar terras, para qualquer indivíduo. Multa de 50$000 réis.

Mais do que a formalidade deste aditivo, fica claro o objetivo da elite paracatuense. Os grandes fazendeiros agora passam a ter um controle legalizado sobre qualquer movimentação dos trabalhadores rurais. O valor da multa de 50 mil réis era insignificante para esta classe no contexto econômico, mas, de um valor implícito significativo no contexto social. Isso também impedia que qualquer família, sem o consentimento dos fazendeiros aumentasse sua produção, pois não poderiam contratar sem anuência destes.

Nas palavras da senhora Ana Manoel C. dos Santos[112] temos um exemplo das dificuldades impostas as família, conforme relato:

> O meu pai chamava Carlos Manoel e minha mãe Felícia Florentina. Eles eram da roça, lá da região de Porto Pontal. Eles tocavam roça para os outros, pois eles não tinham a terra e trabalhavam na roça para quem tinha terra. Era uma vida muito sofrida e trabalhavam como se fossem escravos, não tinham direito a nada.

O período em que as experiências se concentram é de final do século XIX e início do século XX, justamente pós-abolição e período imperial e início do período republicano. As famílias que outrora sofreram a exploração escravista lutam por

---

[111] Paracatu. Ata da Sessão Extraordinária de 30 de março de 1892, Câmara de Paracatu – 1892, Arquivo Público Municipal Maço 03 Caixa 05

[112] SOUZA, Marcos Spagnuolo; OLIVEIRA Eleusa Gomes. **Os Negros de Paracatu.** Paracatu 2009 p.18.

direitos básicos, por sua cidadania ainda bloqueada por estas redes de exploração. Percebe-se nas palavras da senhora Ana, que o trabalho ainda ligava o pensamento das pessoas ao trabalho análogo à escravidão, algo que estava longe de ser superado.

A cidade de Paracatu parece ser um caso extremo da continuidade de elementos da exploração da população negra. Em todo o período de sua história, organizam-se formas de suplantar a lei, ou de "driblar" quando não é possível pisar nos instrumentos legais. A senhora enfatiza o que se passava com a maioria das famílias agregadas nas diversas fazendas de Paracatu, uma vida sem direito ao mínimo, sem direito a cidadania.

Outro exemplo dessa situação relatada por quem viveu na prática essa coerção é o da senhora Ana Ribeiro, nascida em 1916[113], em seu relato temos a experiência do tipo de relação que ocorria nas fazendas em Paracatu.

> Eu nasci, cresci e casei na fazenda das Lavras. O Mário Botelho já foi dono da fazenda e eu olhava todo o serviço da casa: cozinhava, lavava roupa, arrumava a casa, fazia de tudo. Sofri muito porque a gente era escrava deles, a gente não recebia nada, e se não trabalhasse direito, eles mandavam ajuntar as coisas e a gente tinha que ir embora, sem ter para onde ir, então o jeito era obedecer.

O aditivo aprovado por unanimidade em uma assembleia presidida por doutores e coronéis não seria contestado. Para a população de homens e mulheres negros (as), deixar uma fazenda com a família poderia significar rejeição de todas as outras fazendas da região. A compreensão da natureza da relação que se estabelecia nestas condições precisa ser feita a partir da observação dos contornos que cercavam os diferentes sujeitos. Nesta direção, pode se inferir que as relações pessoais ganharam uma "orientação histórica" clara, que foi espalhado pela região fazendo com que a aplicabilidade da lei fosse apoiada para coerção das famílias agregadas.

Não obstante as dificuldades impostas por uma sociedade racista, os homens e mulheres negros não tinham mais alternativa de mudanças. Esse grupo populacional era os verdadeiros responsáveis pela produção e geração de rendas principalmente a partir dos núcleos familiares, como citado por estes descendentes de agricultores do final do século XIX. As grandes fazendas desde o final do século

[113] SOUZA, Marcos Spagnuolo; OLIVEIRA Eleusa Gomes. **Os Negros de Paracatu.** Paracatu 2009 p.98.

XIX se sustentaram explorando a mão de obra agregada, utilizando de mecanismo institucional. É uma experiência da classe dominante transferida desde o colonialismo, como bem ressaltou Florestan Fernandes, a relação entre empregadores e empregados no Brasil segue uma mentalidade exclusivista, um padrão colonialista que ainda não foi neutralizado.

> Impõe-se deixar de lado o período colonial. Contudo, não se deve esquecer que o padrão brasileiro de gente de prol se constitui nesse período, em que se agravam, por causa da escravidão e da própria expropriação colonial, as distinções sociais preexistentes na sociedade portuguesa. Há evidente ligação entre esse padrão, que ainda não foi neutralizado pela ordem social competitiva, e a mentalidade mandonista, exclusivista e particularista das elites das classes dominantes. Por isso, as relações de classe sofrem interferências de padrões de tratamento que são antes estamentais e que reproduzem o passado no presente, a tal ponto que o horizonte cultural inerente à consciência conservadora de nossos dias, em seu mandonismo, exclusivismo e particularismo agreste, lembram mais a simetria "colonizador" versus "colonizado" que a "empresário capitalista" versus "assalariado".[114]

No último quartel do século XIX, Paracatu possuía um número considerável de médias e grandes fazendas, com mão de obra de agregados. Famílias negras que não possuíam autonomia de sua produção, conforme exemplos anteriores e que por imposição de seus empregadores estavam excluídos de toda essa riqueza produzida.

O projeto de nº 11 do Orçamento Municipal de 24 de setembro de 1892 para o exercício de 1893 dividido em três partes, receita, despesas e arrecadação. Foi orçado em 22.980,000 réis. As principais receitas deste orçamento de mais de 22 contos de réis seriam provenientes da exportação de dez mil bois, recebendo por cada um 300 réis e um total de 3.000,000. Além dessa receita, outra de 2.500,000 sobre indústria e profissões, principalmente engenhos, e 1.200,000 sobre gado vacum abatido na cidade.

Temos assim uma nova configuração na economia do município, grandes fazendas, criação extensiva de gado para exportação, início da produção agrícola industrializada, cobrança de renda e exploração da mão de obra agregada nestas terras. Esse tipo de relação, muito pesada para os pequenos produtores, não foi inventada pelos fazendeiros paracatuenses. Por certo, esses copiaram as muitas formas de exploração e manutenção de poder que vigorava em outros centros. Como no caso da cobrança da metade da produção para moer a cana de açúcar de

[114] FERNANDES, Florestan. **Mudanças Sociais no Brasil**. São Paulo, Global 2013 pág.39

pequenos produtores, semelhante ao que os senhores de engenhos cobravam no Nordeste nos séculos anteriores. Obviamente, existe uma conexão de ideias destes sujeitos com outros de várias regiões.

E quais alternativas restavam aos trabalhadores, homens e mulheres negros, que não se submetesse ao sistema dos fazendeiros nestas relações?

Como o Estatuto Municipal protegia os fazendeiros e praticamente proibia a mobilidade no campo, restava a esse povo o retornar a sede do munícipio. Mas para a cidade, os vereadores também já haviam preparado a dificuldade aos que tentavam se estabelecer no centro urbano.

Nas emendas do Estatuto Municipal de Paracatu, aditivas nº 02 de 30 de março de 1892, conforme foi discutida e aprovada:

> Nº 2- É permitido as pessoas reconhecidamente pobres e honesta, a residência nos subúrbios desta cidade e povoações do município em terrenos do patrimônio, precedendo licença, designando nesta, o respectivo local e perímetro.[115]

Este artigo em uma lei municipal no período republicano demonstra a experiência de uma elite racista que, de forma oficial, cerceia qualquer mobilidade social do povo negro. Mais do que isso, determina o exato lugar que cada sujeito deve ocupar no caso específico do espaço físico. A liberdade conquistada em uma luta diária ao longo do século, a economia adquirida por décadas com trabalho intenso no campo não era suficiente para o povo negro em Paracatu garantir sua autonomia.

Restaram a este povo, os bairros periféricos, como o Paracatuzinho, por exemplo, o maior bairro onde concentra aproximadamente um terço da população atual. Para este local, vieram os expulsos de terras, proprietários ou agregados, remanescentes quilombolas de várias regiões, trabalhadores braçais, pedreiros, carpinteiros e garimpeiros.

Esses se organizaram, mantendo sua identidade, sua cultura, é fato, que, neste bairro e em outros periféricos foi muito comum, até o século XX, lotes muito grande, para os padrões urbanos. Destes terrenos maiores, as famílias conseguiam plantar e até mesmo criar pequenos animais, como aves para o comércio. Essa foi uma

[115] Paracatu. Ata da Sessão Extraordinária de 30 de março de 1892, Câmara de Paracatu – 1892, Arquivo Público Municipal Maço 03 Caixa 05

estratégia, diante dos embaraços e impedimentos impostos a estas famílias que lutavam por melhorias.

Ao vincular alguns termos como; *reconhecidamente, pobre*, *honesta,* o dispositivo feito pela Câmara Municipal de Paracatu permitiu-nos compreender a visão da "classe dominante" paracatuense que obviamente direciona esta emenda na lei contra o povo negro. Qualquer permissão a estes sujeitos é vinculada ao reconhecimento de sua pobreza. Além de pobre, estes precisam provar, aos olhos dos brancos, serem "honestos". Não é permitido ao povo negro em Paracatu morar onde desejar, a permissão é dada para os subúrbios da cidade e das povoações, ou seja, mesmo em distritos, não era permito a escolha. Mesmo reconhecidamente pobres e sem autonomia estes deveriam pagar pela licença, conforme este aditivo nº 02.

Não há o que discutir aqui sobre o pensamento da elite no século XIX, essa visão ainda é presente na cidade de Paracatu, não se trata de um contexto histórico distante, do qual tiramos lições, trata-se de mecanismos de exclusão ativos e permanentes e que devemos enfrentar. A experiência foi construída neste contexto e preservada, ensinada e pulverizada por meios das políticas de estado para favorecimento de uma classe.

O autor Petrônio Domingues ressalta que após a abolição os negros foram claramente excluídos da política institucionalizada, preteridos do mercado de trabalho e impedidos do acesso à educação formal, obstaculizando sua integração na sociedade e impossibilitando sua competição com os brancos, pois sem renda, sem prestígio e sem qualificação, restou aos negros viver em estado de desajustamento e anomia social[116].

Todo esse contexto leva Mattos[117] afirmar que a promoção legal da igualdade de direitos civis entre os cidadãos brasileiros era meramente formal, "os brasileiros não brancos continuavam até mesmo a ter o seu direito de ir e vir dramaticamente dependente do reconhecimento costumeiro de sua condição de liberdade" [118]. Como

[116] DOMINGUES, Petrônio. **Fios de Ariadne**: o protagonismo negro no pós-abolição. Anos 90, Porto Alegre, v. 16, n. 30, p. 215-250, dez. 2009. p.218.

[117] MATTOS, Regiane A. **História e cultura afro-brasileira.** Contexto: São Paulo, 2007. p.21.

[118] Ibidem. p.21.

indica Costa[119], a formalização da igualdade não bastava para sua efetividade, os escravizados foram emancipados, porém abandonados com todo legado da escravidão. A abolição foi um grande passo, mais ainda insuficiente para eliminar as distâncias sociais e o preconceito e sustentar uma liberdade efetiva.

Em Paracatu a realidade não foi diferente, os homens e mulheres negros (as) continuaram à margem da sociedade, sofrendo com preconceito e exclusão e neste cenário que a Lei Áurea ratifica apenas mais um passo em direção aos propósitos defendidos desde as primeiras lutas abolicionistas. Mesmo após 1888 a luta pela liberdade ainda permanecia longe de ser concluída, especialmente porque a batalha também era pela construção da igualdade, tão distante de ser efetivada[120]. Com o fortalecimento das ideias abolicionistas o Brasil estabeleceu uma igualdade meramente formal entre os que viveram na condição de escravizados e seus descendentes, como bem dispõe Gonçalves[121]:

> A ideia que a democracia, enquanto universalização de direitos e no desenvolvimento do ser humano, nunca esteve presente, em nenhum momento da história desse país, ao alcance de setores historicamente marginalizados da sociedade brasileira – seja nos períodos de regimes autoritários e de exceção, seja no nosso interregno democrático. Refiro-me, portanto, à população negra, juvenil e periférica.

A democracia racial, como ideal despontado no século XX, ainda é um mito, muito combatido por intelectuais e militantes diversos, mas ainda possui força orientadora, o que força a percepção da sociedade atual e uma maior conscientização sobre a identidade negra e os valores positivos a serem construídos nesse processo[122]. Assim, a sociedade brasileira mantém a democracia racial como escudo para camuflar as desigualdades e preconceitos que ainda persistem, minando as possibilidades dos negros se conscientizarem de suas singularidades culturais,

---

[119] COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república:** momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007. p.12.

[120] ALBUQUERQUE, Wlamyra. Movimentos sociais abolicionistas. In: Schwarcz, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). **Dicionário da escravidão e liberdade:** 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letra, 2018. p-342.

[121] GONÇALVES, A. Suelen. Estado “Democrático e de Direito” para Quem? Identidades para uma Construção de Democracia para a População Negra no Brasil. In: Winnie Bueno [et al]. **Tem Saída?: ensaios críticos sobre o Brasil.** Porto Alegre, RS: Zouk, 2017, p. 137-246. p.139.

[122] PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. **Pesquisas e Práticas Psicossociais,** v.9, n.2, p. 257-266, São João del-Rei dez. 2014. p.257.

atrapalhando a construção de uma identidade própria, desvinculada daquela imposta pela elite dominante, mantendo a exclusão de uma forma mais sútil e favorecendo a dissimulação das desigualdades[123].

[123] FERREIRA, Ricardo Franklin; MATTOS, Ricardo Mendes. O afrobrasileiro e o debate sobre o sistema de cotas: um enfoque psicossocial. **Psicologia: ciência e profissão,** v.27, n. 1, p.46-63, mar./2007.p.49-50.

CAPÍTULO III
O HOMEM E A MULHER NEGRO (A) PARACATUENSE NA HISTÓRIA

Analisaremos as formas de enfrentamento direto, as fugas, organizações em quilombos e as formas de proteção mútua, conscientes ou inconscientes adotadas por homens e mulheres negras na cidade de Paracatu. Essas ações de homens e mulheres negros consolidaram uma negação a exploração e a condição de escravizados em Paracatu, fato que, obviamente encontrou resistência e foram duramente combatidas pelas instituições públicas e pelos que eram beneficiados pelo trabalho escravo.

Temos a pretensão de contribuir para outra visão que difere de quadros repetitivos, ressaltados nos livros didáticos sobre as convivências entre a população negra e os demais grupos no período da escravização no Brasil. O retrato de homens e mulheres negros dependentes das instituições públicas e religiosas. Os conteúdos não detalham as ações de homens e mulheres negras em seu cotidiano, em sua luta diária nas regiões interioranas brasileiras. Temos o objetivo de contribuir para compreensão de pontos pouco explorados na história da população negra em Paracatu.

A leitura de documentos oficiais da Câmara Municipal e de processos da 2ª Vara Crime, arquivados no Arquivo Público Municipal, permitem-nos refletir sobre as lutas diárias de homens e mulheres negros na região no século XIX. Observando as instruções nestes processos e documentos oficiais, nos deparamos com investigações sobre movimentos considerados rebeldes, pelos poderes legislativo e judiciário em Paracatu. Providências e designações de capitães do mato para atuarem na região, fugas e prisões, caracterizando ambientes instáveis.

É necessário compreender que a utilização de documentos oficiais como fonte principal para estudo sobre a população negra se deu devido às possibilidades de pesquisas dentro do que foi preservado em Paracatu. As instituições paracatuenses durante muito tempo consideraram como relevantes apenas documentos que focalizavam o grupo populacional branco, como bem ressaltou o historiador José D’Assunção Barros:

> Visto deste modo, o problema da relevância de um tema histórico atravessa questões algo complexa. É preciso considerar que aquilo que uma época ou sociedade considera digno de estudo poderá ser ou ter sido considerado irrelevante em um outro momento histórico ou situação social.[124]

Isso não significa que não há vozes de outros sujeitos nestes documentos, especificamente de homens e mulheres negros paracatuenses, que de forma direta ou indireta estão registradas. Se não era permitido um homem ou uma mulher negra na condição de escravizado manifestar-se em público contra o sistema, nestes processos e documentos oficiais, dentro dos nossos objetivos, é possível "ouvir suas vozes" ainda que em poucas palavras.

3.1 A resistência materializada

Durante o período de exploração humana no seu grau mais acentuada, os principais sujeitos da conquista da liberdade foram os próprios escravizados, desde a quilombagem até os movimentos de luta e resistência fortalecidos nos últimos anos da escravidão[125]. É inegável que "a liberdade partiu do povo que forçou a Coroa e o Parlamento a decretá-la" [126]. O protagonismo na luta contra a escravidão deve ser atribuído à revolta de homens e mulheres escravizados, considerando como elemento capital para instabilidade do sistema escravista, pois mesmo quando a resistência não tinha o propósito claro de luta contra o sistema vigente, abriu caminho para a falência do cenário da propriedade de pessoas, desestabilizando a lógica escravista e levando a pauta da abolição para as discussões políticas[127].

Neste interim, faz-se necessário a pesquisa, verificar algumas proposições e dialogar com as diversas produções a respeito das várias formas de resistência, pacíficas no cotidiano ou por meio da violência, das visões sobre a adaptação, coisificação e acomodação, das relações de convivências entre brancos e negros

---

[124] BARROS, José D'Assunção. ***O Projeto de Pesquisa em História***. Petrópolis: Vozes, 2008. 4ª edição, pág. 26.

[125] LEITE, Maria Jorge dos Santos. Trafico atlântico, escravidão e resistência no Brasil. **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana,** Ano X, Nº XIX, p.64-82, agosto/2017. p.65.

[126] ALBUQUERQUE, Wlamyra. Movimentos sociais abolicionistas. In: Schwarcz, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). **Dicionário da escravidão e liberdade:** 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letra, 2018. p-342.

[127] ALBUQUERQUE, Wlamyra. Movimentos sociais abolicionistas. In: Schwarcz, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). **Dicionário da escravidão e liberdade:** 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letra, 2018. p-336.

livres ou escravizados, das possíveis negociações entre estes grupos e da luta pela sobrevivência dos que adquiriam a liberdade, do enfrentamento ainda que, com poucas ferramentas possíveis para a construção de uma identidade e um legado histórico.

Já era de se esperar que a tentativa de desumanização e coisificação de pessoas africanas logo encontraria resistências, as manifestações nesse sentido começavam ainda na África, diante das condições em que eram capturados, acorrentados, transportados e tratados como coisa. As formas de resistência foram se fortalecendo[128]. Foi por intermédio da resistência contra a exploração e ações de rebeldia, que as questões sociais dos homens e mulheres negros (as) extrapolaram o domínio privado e atingiram a esfera pública[129].

> Manutenção da escravidão e negação de direitos a negros libertos fez com que a resistência escrava se intensificasse no decorrer de todo Período Imperial. (...) Até segunda metade do século XIX, os negros escravizados lutaram praticamente sozinhos contra a escravidão. A intensificação da luta contra a escravidão é proporcionada, em termos, por forças externas. Aquelas que constituíram o movimento abolicionista. Faziam parte desse movimento profissionais como advogados, jornalistas, professores e outros, que juntos criticavam a manutenção da escravidão, dando apoio aos escravos na organização da resistência. Essa conjuntura levou à insustentabilidade da instituição escrava[130].

Os homens e mulheres negros, naquela conjuntura, reduzidos à condição de escravizados não foram submissos, as condições a que eram submetidos impulsionou reflexões, diálogos, formulações tais como fugas, rebeliões e massacres, e também modos mais pacíficos de resistência, como, por exemplo, ao negociarem a carta de alforria[131]. A união do povo negro levou ao maior engajamento, para Gohn desde o

---

[128] LEITE, Maria Jorge dos Santos. Trafico atlântico, escravidão e resistência no Brasil**. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana,** Ano X, Nº XIX, p.64-82, agosto/2017.p.67.

[129] MOCELIN, Cassia Engres; GROSSI, Patricia Krieger. Protagonismo negro, educação antirracismo e os quilombolas urbanos como “outros sujeitos”: uma problematização necessária. **EM PAUTA**, n. 46, v. 18, p. 226 – 241, Rio de Janeiro/2020. p.227.

[130] LEITE, Maria Jorge dos Santos. Trafico atlântico, escravidão e resistência no Brasil. **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana,** Ano X, Nº XIX, p.64-82, agosto/2017 .p.71-72.

[131] MATTOS, Regiane A. **História e cultura afro-brasileira.** Contexto: São Paulo, 2007.p.122.

Brasil Colônia, os movimentos sociais fazem sua parte na luta contra a dominação, exploração e opressão[132], corroborando Paiva[133] acrescentam:

> (...) a escravaria renitente constituía-se de agente históricos responsáveis pela conformação do universo de suas relações pessoais e da sociedade onde encontravam-se inseridos. A massa de indivíduos violentamente explorados jamais aceitou degradação da condição humana. Por isso resistiu das mais variadas maneiras, fugindo, matando, agredindo, mantendo as tradições culturais ou adaptando-se ao sistema, o que muitas vezes foi indevidamente tomado como alienação.

Além disso, não se podem negar os impactos da resistência para engajamento nacional e popular das ideias abolicionistas, potencializando, entre as décadas de 1860 e 1880, a mobilização da sociedade, de associações e da impressa, surgindo em todo país associações abolicionistas que notadamente fortaleceram a luta dos homens e mulheres negros (as) escravizados[134].

Pela via da resistência, em diferentes formas e condições, o conjunto de homens e mulheres submetidos à condição de escravizado confirma por meio de determinadas ações, conforme citado nas diversas visões anteriores, seu objetivo claro, a liberdade. Nessa perspectiva expressa a sua própria maneira de lidar com o sistema, fazendo o que era possível para enfrentar a escravidão ou para manter relações sociais em meio a uma sociedade racista.

Os levantamentos da história local paracatuense apresentaram por muitas décadas, a valorização do bandeirante como desbravador e concentrou-se muito na história do negro na condição de escravizado. A cidade de Paracatu ainda conserva muito dos pensamentos do período colonial, pautados nas visões imperialistas. Baseados nas ideias de convivência pacífica entre os grupos de senhores e escravizados.

---

[132] GOHN, Maria da Gloria. 500 Anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Ver. Mediações,** v.5, n.1, p.11-40, Londrina, Jan./jun./2000. p.15.

[133] PAIVA, Eduardo França. **Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII:** estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995. p.99.

[134] ALBUQUERQUE, Wlamyra. Movimentos sociais abolicionistas. In: Schwarcz, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). **Dicionário da escravidão e liberdade:** 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letra, 2018. p-349.

A historiografia moderna supera a ideia de passividade dos escravos em relação à dominação dos senhores, e sugere resistências além das ações contra o sistema escravista, isso porque, como afirma Faria[135]:

> (...) apesar de o escravo ser identificado nos escritos oficiais e relatórios de cronistas e viajantes como mercadoria, sinônimo de 'coisa', eles próprios não se viam assim e nem mesmo os que com eles conviviam cotidianamente. Nesta abordagem, o escravo deixa de ser um agente passivo e se transforma num agente ativo. Ele foi, também, construtor de sua história, muitas vezes à revelia do senhor.

O historiador Clóvis Moura[136] inspira-nos ao afirmar que o escravo em Minas, assim como em todo Brasil, resistiu à dominação. O quilombismo foi sem dúvida um importante escudo para resistência física e cultural. Nas comunidades quilombolas a luta do negro ganhava força, homens e mulheres negros conservaram as suas raízes históricas e culturais de matriz africana, desenvolviam atividades econômicas e se fortaleciam contra a repressão.

Em Paracatu, tem-se um recorte espacial importante de observação sobre o contexto histórico de luta e resistência. Jogando luz sobre muitos documentos da administração em geral é possível perceber que a resistência por meio de fugas e quilombagem foram frequentes desde meados do século XVIII ainda nas primeiras décadas da exploração mineradora.

Aproveitando da vasta área territorial da vila, os homens e mulheres negros (as) se embreavam pelas matas da região, muitas vezes em documentos oficiais adjetivados como negros calhambolas e negros aquilombados.

Em tempo, convém ressaltar que os quilombos são retratos da aspiração interior e exterior de todas as formas de resistência e valorização da herança negra, constituem sinônimo de povo preto, de comportamento do africano e de seus descendentes e esperança para uma melhor sociedade[137]. Munanga[138] considera os Quilombos como o maior símbolo da resistência do povo negro, ao fomentar a união

---

[135] FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento:** fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 291.

[136] MOURA, Clóvis. **Quilombos:** resistência e escravismo. São Paulo: Ática, 1993. p.24-25.

[137] NASCIMENTO, Beatriz. **Quilombo e Intelectual:** Possibilidade nos dias da destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 44-49

[138] MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil:** Identidade Nacional versus Identidade Negra. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p.60.

daqueles que resistiam as imposições da época, criando um espaço para associação, integração e fortalecimento contra o inimigo.

Os portugueses se referiam como calhambolas os escravizados que fugiam, se fixando ou não em um quilombo, dividia-os nestas duas situações, calhambolas e aquilombados[139]. Esses primeiros eram diretamente ligados aos distúrbios causados nas redondezas e muita atividade destes é informada por moradores das regiões do entorno de Paracatu, algumas distantes entre vinte e trinta léguas.

Longe da visão única e simples, sobre um ajuntamento de escravizados em fuga, numeroso, bem organizado militarmente e preparado como exemplos de quilombos, a região parece caracterizar-se por ações mais próxima de uma escaramuça ou movimentos irregulares. Uma habilidade marcada pela aproximação e pelo afastamento, pela dissimulação, pela interação, pela construção irregular, orientada pela leitura atenta, pelo movimento silencioso, parecia compor uma forma de ação. Esse método demonstrou ser muito estratégico, por se trata de organização em grupos menores tinha como grande vantagem à própria dissimulação ou ocultação com maior facilidade nas matas. Mas isso não diminuía o ímpeto dos escravocratas em perseguir estes sujeitos. A Coroa portuguesa e a administração colonial considerava qualquer pequeno grupo de homens e mulheres negros mesmo sem estrutura um exemplo a ser combatido, conforme Hunold[140] definiu em Campos da Violência, ao propor que:

> Esta definição não está muito longe de outra, expressa pelo Rei de Portugal em resposta a uma Consulta do Conselho Ultramarino datada de 2 de dezembro de 1740, que considerava quilombo “toda habitação de negros fugidos que passassem de 5, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”.

Na relação entre homens e mulheres negros (as) e a organização da produção, da economia, o Arraial de Paracatu, com apoio da província, destinava muitos de seus recursos, humanos e financeiros no combate aos quilombolas. Reconhecia se, as ações e a recusa da condição de escravizados, destes sujeitos negros (as), como um sério problema que poderia acarretar desestabilização regional por meio de fugas,

---

[139] LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência; escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro; 1750-1808.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.p.308.

[140] LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência; escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro; 1750-1808.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.p.301.

rebeliões e pilhagem. Décadas antes da criação da Câmara, o Arraial já organizava recursos para combater os quilombolas. No Livro II de Recenciamento da Conta das Rendas do Conselho do ano de 1771, o Procurador e Tesoureiro por ordem do Juiz Ordinário Antônio de Oliveira Sotto Mayor deu assistência a capitães do mato, com valores de cinco oitavas de ouro, além de vários instrumentos e ferramentas para o trabalho destes capitães como correntes e colares de ferro novos. Da mesma forma cita o pagamento individual ao capitão do mato Domingo P. Campos no valor de seis oitavas de ouro[141].

Outro pagamento citado trata-se a Antônio Machado no valor de 37 oitavas de ouro pela pólvora e munição para o quilombo da Paranaíba. Estes pagamentos demonstram a preocupação com as posições, com os entendimentos e consequentemente com as fugas daquela condição de reduzidos à escravização, que supostamente se direcionariam para estes quilombos mais próximos e a manutenção do apoio aos capitães do mato atingiria as buscas nas cercanias de Paracatu, combatendo os que agiam em grupos menores.

Além do quilombo do Paranaíba temos a expressão do enfrentamento, da recusa, por meio da fuga, concentração e atividades extramuros da relação com os demais grupos opressões daquela conjuntura, em mais duas regiões nas décadas seguintes, Rio Preto, atualmente região de Unaí conforme registro da Câmara Municipal de janeiro de 1800.

> O Juiz presidente, e mais Oficiais da Câmara que servimos o presente ano, nesta Vila do Paracatu do Príncipe, e seu termo por eleição na forma da lei. Fazemos saber aos que a presente nossa provisão virem que Floriano Gonçalves Leite nos enviou a dizer por sua petição que ele era morador no rio Preto, distante desta cidade vinte léguas, pouco mais ou menos, e que tinha por noticia andar naquelas paragens umas turbas de negros aquilombados, que lhe podiam fazer algum dano ou aos moradores da mesma paragem, como também andarem pôr vadios, espancando, e lapidando os gados das fazendas, sem temerem aos donos delas, e porque lhe dera permitido o pode-los repara-los; nos requeria atenta as ordens que só neste Juízo mandar-lhe passar patente de Capitão do Mato para poder naquele lugar ou onde quer que se achar poder por si, e acompanhado das pessoas que por ele forem apenadas irem prende-los nos lugares onde tiverem seus coitos, fazendo-os capturar[142].

[141] Transcrição do Livro II Câmara Municipal de Paracatu 1770-1772 disponível em: ROCHA, Eduardo. **Câmara Municipal de Paracatu Uma Viagem Pelo Tempo, sua história e seus anais.** Paracatu 2020.

[142] Ato do Provisão transcrito em: ROCHA, Eduardo. **Câmara Municipal de Paracatu Uma Viagem Pelo Tempo, sua história e seus anais.** Paracatu 2020. p. 50.

Em todo lugar em que ocorreu a escravização de homens e mulheres negros o confronto, a busca pelo reestabelecimento da dignidade estava presente. E, pode se acrescer que o silêncio, as poucas ações destacadas, como acontece com os quilombos, não pode ser compreendido como uma ação, uma vontade menor, uma construção inferior àquela. Nas considerações do trecho acima, para combater essa resistência de homens e mulheres negros, na região de Paracatu, tem-se a recomendação para designar um capitão do mato para a região. Registro da provisão de Capitão do mato, passada a Floriano Gonçalves Leite.

> (...) na forma do regimento dos Capitães do Mato com todas as cláusulas e execuções que nela se declara sobre as ações ofensivas e defensivas próprias do mesmo ministério, e para poder exercer a dita ocupação, (recomendássemos) passar carta patente a qual petição sendo por nós vista, ao que atendendo nós, e a que servira como a certa em utilidade do público, desempenhando o conceito que se forma da sua pessoa, havemos por bem de o nomear e prover na dita ocupação de Capitão do Mato, por um ano na Vila e seu Termo, se no entanto não lhe for mandado o contrário, haverá posse e juramento, perante o Juiz de Fora desta Vila com prós e percalços que litigie lhe pertencerem na forma do regimento, será obrigado a lançar está no livro das matrículas o Comandante desta Vila como se pratica, e por remessa de tudo lhe mandamos enviar a presente por nós assinada com o selo das Armas Reais, que o serve neste Senado. Vila do Paracatu do Príncipe dezesseis de janeiro de mil oitocentos. E eu Manoel da Costa Cardoso, Escrivão da Câmara que o subscrevi[143].

O documento acima permite compreender a natureza institucionalizada da dinâmica relacional entre os homens e mulheres negros (as) e os demais grupos populacionais. Soma-se a isso a oportunidade de observar, a, também, forma institucionalizada, com que se dava a tentativa de manutenção dos meios de se produzir na região. Vimos no primeiro capítulo, uma observação de que a contagem do número de homens e mulheres escravizados, e a coleta do tributo devido à Província, sofreu coesa recusa dos membros da Câmara paracatuense. Não se pode esquecer que a produção, a geração de riquezas era feita por homens e mulheres trabalhadores (as) e que alguns recusavam o trabalho constante, cansativo, como faziam os negros.

Ainda na direção da atuação e construção dos modos de viver da população de homens e mulheres negros (as) na cidade de Paracatu e região, tem que outra provisão para a Ribeira de Santa Ana da Catinga, atualmente região do município de

[143] Ato do Provisão transcrito em: ROCHA, Eduardo. **Câmara Municipal de Paracatu Uma Viagem Pelo Tempo, sua história e seus anais.** Paracatu 2020. p. 50.

João Pinheiro. Segue os registros de provisões para a patente de capitão do mato a Joaquim Fernandez do Nascimento em 13 de março de 1805.

> Fazemos saber aos que a presente nossa provisão virem ou dela noticia tiverem que Joaquim Fernandez do Nascimento nos enviou a dizer por sua petição, que era morador na Ribeira de Santa Ana da Catinga, distante desta Vila vinte e tantas léguas pouco mais ou menos, e que tinha por notícia que naqueles lugares andavam alguns negros fugidos, e aquilombados, que podem fazer algum dano aos moradores da mesma paragem, como também alguns vadios que andam aparecendo, e lapidando os gados alheios, e em temor dos seus danos, e para poder repara-los, nos requeria atender as ordens deste Juízo, lhe mando a fazermos passar patente de Capitão do Mato, para poder naqueles lugares onde quer que se achar poder por si e acompanhado das pessoas que por ele forem apenados, irem prende-los nos lugares aonde tiverem seus coitos, fazendo-os capturar para perceberem a devida forma[144].

Destaca-se que estes sujeitos que foram combatidos no início do século XIX no distrito de Ribeira de Santa Ana da Catinga, que pertencia a Paracatu neste período, combinados com inúmeros outros acontecimentos históricos, também importantes, deixaram seu legado histórico de resistência. Atualmente permanece na luta a Comunidade Quilombola de Santana da Caatinga na região do noroeste de Minas Gerais, no distrito de Caatinga. Vivem nesta comunidade aproximadamente 100 pessoas, remanescentes dos quilombolas do século XIX[145].

Essa comunidade conserva muito das tradições e memória dos primeiros moradores, valores e ensinamentos passando oralmente de pai para filhos denominados atualmente como cultura negra de Santana da Caatinga. Mesmo esquecida pelos poderes públicos, Santana da Caatinga é reconhecida por muitos habitantes como a comunidade incipiente do atual munícipio de João Pinheiro em Minas Gerais[146]. Há que destacar aqui a presença, quase continua de homens e mulheres negros numa dada região do Noroeste de Minas Gerais.

Os fugitivos da condição de escravizados, muitos solitários também eram frequentes e são citados nas duas regiões. A Câmara ao fazer uso de seu principal instrumento para o combate e repressão a estes grupos, a designação de um capitão

---

[144] ROCHA, Eduardo. Câmara Municipal de Paracatu Uma Viagem Pelo Tempo, sua história e seus anais. Paracatu 2020. p. 51.

[145] CEDEFES disponível em https://www.cedefes.org.br/vii-festa-da-cultura-negra-de-santana-do-caatinga-joao-pinheiro-mg/ consultado em 12/01/2021

[146] CEDEFES disponível em https://www.cedefes.org.br/vii-festa-da-cultura-negra-de-santana-do-caatinga-joao-pinheiro-mg/ consultado em 12/01/2021

do mato, utilizava pessoas próximas aos locais dos atritos. Por mais que já tenha sido destacado, há aqui a materialização de uma política de tratamento dos homens e mulheres negros na sociedade brasileira.

Essa ação, aparentemente passava também a ideia de controle dos moradores mais distantes, pois, os capitães eram a presença do poder público, designados com uma patente. Certamente não surtiam resultados, pois, a continuidade da resistência atravessou décadas. As táticas utilizadas pelos calhambolas, mesmo estando em desvantagens, corroíam a estabilidade do governo, davam prejuízos aos fazendeiros, ao erário público e motivavam outros para fugas. E mais, a presença de locais em que homens e mulheres negros (as) materializavam a expressão de contrariedade com a relação, até então, estabelecida, soma se a outras inúmeras que permitem pensar em histórias e sentidos de orientação histórica que ficaram à margem dos estatutos históricos, dos cânones que orientam o entendimento do passado.

Em Paracatu pode ter ocorrido a introdução de outros elementos na resistência negra neste período, nas duas regiões as reclamações enfatizavam distúrbios que os moradores denunciavam como obras de vadios, ladrões de gado e dilapidadores. Os ataques às estradas próximas aos quilombos foram frequentes em outras regiões do Brasil, muitos não conseguiam produzir seus alimentos e partiam para uma forma de guerrilha. Um complemento às ações dos quilombos ressaltadas por Moura[147]:

> Elemento complementar do quilombo, muitas vezes independente de sua estrutura, foi a guerrilha, que proliferou em diversos locais nos quais os quilombos apareciam. Menos numerosa, a guerrilha tinha outros objetivos: o quilombo aglutinava os elementos que fugiam e procurava dar-lhes uma estrutura organizativa estável e permanente. Daí funciona aquela hierarquia de valores tribais a que nos referimos, além dos seus traços de cultura que funcionavam no desenvolvimento da agricultura local, na fabricação de armas, via forma de governo. A guerrilha era extremamente móvel. Por isto mesmo pouco numerosa. Atacava as estradas, roubando mantimentos e objetos que os quilombos não produziam. Eram seus componentes também sentinelas avançadas dos quilombos, refregando com as tropas legais, os capitães do mato e os moradores das vizinhanças.

As considerações do autor Clóvis Moura que inspira-nos ao defender que na maioria das vezes a luta dos escravizados não era um simples estalar de rebeldia, desordeiros descontrolados que investia contra tudo e todos. Tinham esses homens e mulheres um objetivo, que era manter-se livre de seus senhores e para isso

[147] MOURA, Clóvis. **Rebeliões na Senzala:** Quilombos, Insurreições, Guerrilhas. São Paulo: Ed. Zumbi. 1959. p.88.

estabelecia alguns tipos de planos, com algum tipo de perícia e conhecimento do terreno poderia garantir-lhes a sobrevivência.

Nesses documentos da Câmara, percebemos a preocupação, os encaminhamentos e, de certa forma, o consequente contato entre os grupos de negros fugidos, cativos e livres que trabalhavam nas matas, mantendo algum tipo de comunicação. Em Auto de Vereação de 1809 a Câmara da cidade de Paracatu recebe uma carta do Governo Interino com a determinação de identificar os escravizados capineiros e lenheiros, que possivelmente exerciam trabalhos constantes adentrando nas matas. Estes deveriam ser diferenciados dos aquilombados e juntamente com os forros e portar um bilhete carimbado pela Câmara, um para escravizado e outro para os forros, conforme o Auto de Vereação.

> Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e nove aos vinte cinco dias do mês de dezembro do dito ano nesta Vila do Paracatu do Príncipe Comarca do Rio das Velhas em casas da Câmara dela aonde se achavam incorporados o Doutor João Evangelista de Faria Lobato, Juiz de Fora e Presidente deste Senado com os Vereadores, o Capitão Jose Pinto de Gueiros, o Quartel Mestre Jose Pereira de Mello, o Capitão Antônio da Costa Pinto e o Procurador Luiz Jose de Barros donde Eu Escrivão de seus cargos vindo e sendo ai se abriu uma carta do Governo Interino da data de dezenove de outubro de mil oitocentos e nove depois de tanto retardamento, hoje recebida em que se determina que para reconhecerem e diferenciarem dos negros calhambolas e fugidos os Capineiros e Lenheiros e pretos forros se repassaram bilhetes carimbados pela Câmara na forma do cunho que a ela se remetera saber um para os escravos e outro para os forros, acordarão que se desse comprimento a dita carta e que se pusesse os editais que assinaria o Doutor Juiz de Fora Presidente e se indicasse na terra pessoa capaz de abrir os ditos carimbos de que para constar mandarão lavrar este Termo que assinarão. Eu Manoel Joaquim da Silveira Bueno Escrivão da Câmara que escrevi[148].

Destes primeiros aquilombados na região temos como característica a resistência entre os negros (as) de Paracatu em momentos de forte repressão do sistema escravagista. A administração da Vila se empenhou de várias formas no combate, em compra de armas, munição e pólvora, suprimentos e materiais como correntes e colares para apresamentos, apoio e designação de capitães do mato na região e identificação entre cativos, fugitivos e livres. Todo esse investimento não foi capaz de impedir a continuidade dessa resistência, o povo negro em Paracatu continuou em sua luta pela liberdade e hoje o munícipio possui os remanescentes

[148] Auto de Vereação 1809, disponível em: ROCHA, Eduardo. **Câmara Municipal de Paracatu Uma Viagem Pelo Tempo, sua história e seus anais.** Paracatu 2020. p. 321.

deste período. Há que se considerar que os homens e mulheres negros (as), mais do que uma “peça” humana, na relação de bens daqueles proprietários, era a expressão da riqueza em perspectiva. Mencionamos a ausência da propriedade rural, da terra, como elemento de riqueza, vimos que o ouro, dinheiro e escravizados eram os bens mencionados.

Cinco locais permanecem como espaço, em que ocorre a continuidade da presença e atuação histórica destes primeiros protagonistas. Pode se pensar que outras se perderam como menciona as/os entrevistados (as), mencionados, são elas, as comunidades de remanescentes quilombolas do São Domingos, do Pontal, Amaros, Machadinho e do Cercado são parte deste legado de luta e resistência destes sujeitos[149], as principais podem ser observadas na figura a seguir:

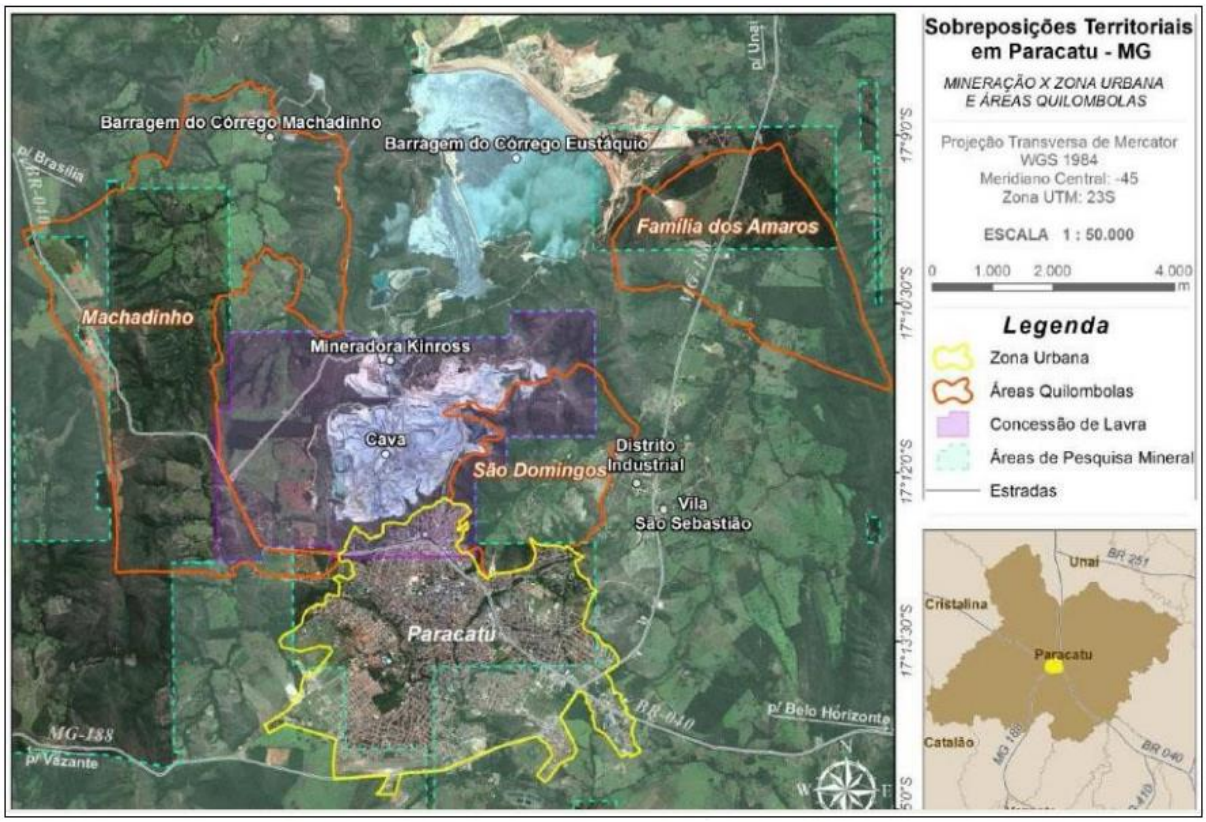

Figura – Mapa das comunidades quilombolas de Paracatu
Fonte: Franco, 2018, p. 38

A cidade de Paracatu destaca-se pela expressividade na quantidade de remanescentes de quilombolas, tendo cinco comunidades reconhecidas pela

[149] Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva **São Domingos.** CEDEFES, 23/03/2010. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/projetos_realizados-18/>. Acesso em jan. 2021.

Fundação Palmares. Toda histórico de lutas e resistência no município reforçam o protagonismo de homens e mulheres negros (as) paracatuenses, desde os primórdios da colonização até os dias atuais. No município, temos, nos quilombos, uma da forma de resistência mais expressiva, reconhecidamente nos remanescentes quilombolas, mulheres e homens que ainda se esforçam em seu cotidiano para preservar uma relação social e uma integração com a sociedade contemporânea, além de um patrimônio imaterial assegurado com a permanência nestes locais. Obviamente caracteriza uma valorização da trajetória de lutas de seus antepassados.

O quilombo deteve-se como expressão mais visível da luta por liberdade, porém outras táticas, além desta foram utilizadas em Paracatu, e que, conforme dois processos que analisaremos a seguir inserem-se em ações mais dinâmicas e estruturadas em contexto muito mais estratégicos do que espontâneos.

Por certo, pode se argumentar que as estratégias de resistência à escravização se alteravam, muito em função das possibilidades, ou seja, para um determinado sujeito em cativeiro, as opções de enfrentamento a esta exploração eram mínimas e qualquer tipo de apoio representava uma expectativa maior de sucesso no intento.

3.2 A tentativa de integração, relações trabalhistas e as redes de explorações

Examinar-se-á um pouco mais de uma das formas de diálogo, de construção e de resistência muito utilizada por homens e mulheres escravizados na província de Minas Gerais. Por meio de uma discussão observando dois processos da vara criminal arquivado entre os documentos do Arquivo Público Municipal de Paracatu busca-se compreender elementos dessa dinâmica de vida, em que homens e mulheres negros (as) submetidos à redução de suas vidas à condição de escravizados, e mesmo assim, sem se renderem, valendo se de elementos diversos, procuram sentidos e meios de encaminharem suas vidas naquele emaranhado de estratégias e tentativas de mantê-los submetidos.

Mais uma vez, reafirmamos que nos interessa compreender acerca das possibilidades construídas, pelos homens e mulheres negros (as), com as suas limitações, mas também com os seus fundamentos, a natureza desta dinâmica relacional. Destacamos ainda, que a pesquisa busca compreender quais eram as condições de construção do viver, dos homens e mulheres negros (as) na cidade de

Paracatu MG, quais eram as formas de construir o cotidiano, durante as últimas décadas do período da escravização? As várias idas e vindas no tempo, as aproximações, os diferentes documentos, e não é diferente neste exercício com os processos, buscam analisar as condições experimentadas por estes homens e mulheres e sua possível relação com a escravização?

Pode se apontar que está superada a ideia de escravidão pacífica com convivência harmônica entre senhores e escravizados, não há nenhuma base que sustente a visão de que homem ou mulher na condição de escravizados não objetivasse sua liberdade como principal meta em seu cotidiano. Os que foram sequestrados em seu continente natal ou nascidos no Brasil perseguiam cada qual a seu modo, este mesmo propósito.

A análise destes dois processos tem como objetivo compreender elementos sensíveis, envolto nas relações sociais, pouco visíveis e pouco valorizado na história de Paracatu. Trata-se de uma ampliação, para além das questões, importantes, advindas das rebeliões por fugas com algum tipo de apoio estruturado em níveis locais e regionais. Reconhece-se e não se desvaloriza esta dimensão do fazer se homem e mulher negro (as) na sociedade brasileira, a intenção é somar com esta compreensão.

Os dois processos, em questão, para além deste apoio, para a pesquisa, dialoga com elementos presentes neste contexto de luta contra a exploração, são fontes que, com determinada análise nos permite compreender com pouco mais de detalhes a história destes sujeitos em suas individualidades. Ainda que os dois processos, um de 1862 e outro de 1864, tenha como objeto, a oitiva de um aprisionado sem direito a defesa. Os registros das possíveis palavras destes homens, mesmo na condição de submetidos à justiça, numa condição, ainda que legal, mas absolutamente desumana, podem representar o diálogo com um grupo maior, milhares de homens e mulheres negros, passaram por situação semelhante e em sua maioria não se preservou nenhum registro.

No primeiro processo, em janeiro de 1862, José se encontrava preso na cadeia pública de Paracatu onde é interrogado pelo delegado de polícia em exercício, o tenente Vicente José Chrispiniano, que também acumulava o cargo de vereador até 1861. A instrução inicial se deu no dia 30 de janeiro de 1862 conforme processo da Segunda Vara Criminal.

Um auto de perguntas se fez a José, seu nome, idade, estado, filiação, naturalidade e profissão. Respondeu ser chamado de José, ter entre vinte oito e trinta

e poucos anos, solteiro, africano de nação e que é escravo do Comendador João Quintino Teixeira, morador da cidade de Uberaba e que se acha fugido há dois anos e poucos, mais ou menos.

A referência ao nome de João Quintino Teixeira nasceu em Uberaba (MG) em dois de dezembro de 1874, (muito provavelmente, dialoga-se com o pai, de mesmo nome) filho de João Quintino Teixeira e de Carolina Eulália de Oliveira. Além do controle econômico da região, sua família também detinha o controle político. Seu pai foi um dos chefes políticos do Partido Conservador em Uberaba de maior prestígio durante o Império; foi juiz municipal suplente, delegado de polícia e presidente da Câmara de Vereadores da cidade, deputado provincial e coronel comandante do 32° Batalhão de Guardas Nacionais, além de ter sido agraciado pelo imperador dom Pedro II com a comenda de cavaleiro da Ordem de Cristo.[150]

O segundo documento histórico trata-se de um processo preservado no Arquivo Público Municipal de Paracatu no fundo 2ª Vara Crime, de 1864. Denominado de Autuação de um auto de perguntas feito pelo delegado de Polícia Vicente José Chrispiniano ao Escravo José de Nação Africana.

Em vinte cinco de janeiro de 1864, José, nascido na África e que fora escravizado no Brasil, responde um interrogatório conduzido pela polícia paracatuense. De forma semelhante ao caso citado anteriormente, foi perguntado qual seu nome, idade, estado, fé, filiação, naturalidade, profissão e as circunstâncias e apoio desde sua chegada em Paracatu.

Este homem respondeu ser chamado de José, que não sabia sua idade, que é Africano de Nação, que é solteiro, que seus pais são africanos e suposto quando foi trazido para o Brasil já eram falecidos, que se ocupa em serviço de roça.

Perguntado sobre quem era seu senhor e como veio para Paracatu, respondeu que era da região da Matta do Rio de Janeiro, seu senhor era Antônio Ferreira, homem casado, morador da fazenda denominada Saracura, distante do Arraial de São João uma légua ou pouco, mais ou menos e que sendo induzido por um homem de nome Francisco Borges e um camarada de nome Felix Bezerra acompanhou-os para esta cidade.

---

[150] Disponível em http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/TEIXEIRA,%20Jo%C3%A3o%20Quintino.pdf. Consultado em agosto de 2021

Importa destacar que os homens, que foram presos em Paracatu, ambos chamados de José, nasceram na África, um relata sua idade entre vinte e oito e trinta anos, mais ou menos, conforme suas palavras. Considerando esta idade, temos que supor que ambos, um com certeza, foram introduzidos no Brasil após 07 de dezembro 1831[151], fato que, de acordo com a Lei, deveriam estar livres, pois, foram ilegalmente sequestrados na África e escravizados. Além do direito à liberdade aos que fossem introduzidos a partir desta data, previa-se punições aos transgressores da lei.

Estes dois processos comprovam que em Paracatu não se observava a lei que pudesse de alguma forma fazer valer os direitos e garantias de um homem negro. Como citado, o delegado era também um legislador, um vereador com mais de um mandato na Câmara de Paracatu, suas ações são de anuência às prisões e cobranças por vigilância constante aos aprisionados. A justiça, representado a sociedade detentora do poder se organizava em prol de seus próprios interesses. Conforme Chalhoub ressalta:

> [...]1850, quando nova conjuntura política interna e externa levaria à interrupção definitiva do negócio dos tumbeiros, quiçá a metade da população escrava em idade produtiva existente no país fosse constituída por africanos ilegalmente escravizados e seus descendentes[...] Não custa meditar por um momento no que se acaba de enunciar: a riqueza e o poder da classe dos cafeicultores, que se tornaria símbolo maior da prosperidade imperial ao longo do Segundo Reinado, viabilizaram-se ao arrepio da lei, pela aquisição de cativos provenientes de contrabando. [152]

Conforme esta análise, que nos inspira pensar que as mudanças políticas, internas ou externas que afetaram ou afetam o Brasil, não altera a rede de exploração. As estratégias para continuidade das ações que favorecem determinados grupos não são isoladas, estão estruturadas na sociedade. As dinâmicas relacionais na cidade de Paracatu, mesmo sendo uma região do interior do Brasil, parece demonstrar a mesma conivência, de outras regiões maiores como dos grandes centros, com os interesses e tentativas de exploração dos corpos dos homens e mulheres negros (as). Isto caracteriza que leis que beneficie homens e mulheres negros (as) não são

[151] LEI DE 7 DE NOVEMBRO DE 1831. Declara livres todos os escravos vindos de fora do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos**.** Agradeço ao professor Florisvaldo pela menção no momento da qualificação.

[152] CHALHOUB, Sidney O problema do tráfico africano de escravos na independência e formação do estado (Brasil, Décadas de 1820 a 1840) Iberoamericana. Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies Vol. XL: 1-2 2010, pp. 45-71 Pág. 47

consideradas na região. Ao arrepio da lei, a exploração é persistente. Os homens e mulheres, em questão, pareciam não considerar a força da lei para mudar os “hábitos”, a mentalidade explorada dos demais segmentos desta sociedade.

Pois, se de algum modo as redes de exploração permanecem, temos que destacar também as redes que contrapõem a estes fatos. Trata-se de algumas formas de proteção e auxílio, detectáveis nestes dois processos em análise. Se há uma herança negativa de exploração, há também o legado construído de combate a estas ações em Paracatu, e em outras partes do Brasil.

O primeiro processo de 30 de janeiro de 1862 é dos poucos documentos do século XIX arquivados em Paracatu que registram de forma direta, ainda que pouca, as palavras de homem negro, que na condição de escravizado responde aos oficiais municipais. As suas palavras, ainda que provocadas por um interrogatório coercitivo, retratam uma experiência importante e que merece ser melhor compreendida.

Trata o presente processo da prisão de um homem que estava fugindo do cativeiro há pouco mais de dois anos. José, da região do atual Triângulo Mineiro, tem sua história marcada na cidade de Paracatu.

Observa-se na Portaria de Autuação no primeiro ato do processo que autoriza o delegado o início dos trabalhos a denominação de escravo José. Na terceira página do processo, na descrição feita possivelmente pelo escrivão em companhia do delegado, e que pelos trâmites observados foi escrita após o primeiro interrogatório, temos o uso de outros termos para nomear este homem, agora chamado de José Africano[153].

A denominação de José Africano de nação remete, dentre outros, muito com o que enfatizou Gorender[154] em “O Escravismo Colonial”, quando de acordo com o autor, o crime era o primeiro ato humano do escravizado. Incluindo neste contexto, a violência contra o senhor e os tipos de fugas. Neste momento, ao reconhecer o crime cometido pelos escravizados, a sociedade escravista os reconhecia como homens, ainda que de forma implícita, conscientes de seus atos e aptos para arcar com as responsabilidades penais. Sempre a pagar pelos seus atos, mesmo que ao arrepio dos seus direitos.

---

[153] Paracatu. Auto de perguntas feita a José africano de nação. Arquivo Municipal de Paracatu 2ª vara cível-crime-ação e divisão e inventário Caixa 1864, Processo José Escravo. p. 3.

[154] GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** São Paulo: Ática, 1978.

Seguindo o interrogatório de José, o delegado o questiona sobre as circunstâncias de sua fuga. Perguntado se havia fugido com apoio de alguém ou por conta própria, José respondeu que fugiu do poder do seu senhor por lhe tratar com desumanidade e que não foi induzido por ninguém e que desde o tempo que fugiu tinha estado na Villa do Patrocínio. O historiador Flávio Gomes, destaca em seu estudo sobre fugas e fugitivos no Brasil escravista nos períodos de 1830 a 1870[155] ressalta que as razões/motivações individuais passavam por certa complexidade, e muitos alegavam justamente o que José afirmou sobre o tratamento desumano dispensado a ele.

Ao responder que o motivo da sua fuga foi a falta de humanidade, é possível, sem muito esforço, imaginar o que se passava nas terras do comendador João Quintino Teixeira, a violência devia ser constante neste lugar mesmo nas últimas décadas de escravidão no Brasil. Esta é a palavra de um homem que estava na condição de escravizado, que de forma direta atesta, e parece ser uma forma de testemunha, do tratamento desumano dedicado a estes sujeitos nas fazendas em Minas Gerais.

É perceptível o interesse da polícia em descobrir rapidamente se havia algum tipo de apoio dedicado a José nesta ação de fuga. Desta forma, temos que considerar as orientações de um determinado interrogatório registrado. Há preocupação com apoio aos fugitivos, usando o termo indução, o que remete possivelmente organizações mais estruturas, que poderiam estar motivando e auxiliando em fugas nesta região.

A tentativa de desumanização dos homens e mulheres submetidos à condição de escravizados era evidente, tanto quanto as desigualdades, que o Código Criminal desconsiderou inclusive a Constituição Política do Império de 1824[156], segundo a qual a lei seria igual para todos[157] e castigos como tortura, açoites, marca de ferro quente

---

[155] **GOMES**, **Flávio**. "Jogando as redes, revendo as malhas: **fugas e fugitivos** no Brasil escravista. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 67-93.

[156] BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil de 1824.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em janeiro 2021.

[157] De acordo com o inciso XIII do Art. 179 da Constituição de 1824, "A Lei será igual para todos, quer proteja, quer castigue, o recompensará em proporção dos merecimentos de cada um".

e penas cruéis deveriam ser abolidas[158]. Na realidade, como assevera Cabral[159], o negro continuou submetido a todos os tipos de castigo até 1886, quando a Lei 3.310 buscou suprir algumas lacunas da omissão deliberada ao negro na Constituição de 1824.

Nosso interlocutor no processo em análise, José disse que ao chegar à cidade de Patrocínio, se passou por forro, e ficou um ano inteiro com José Antônio de Magalhães, morador da fazenda Macaúba, propriedade do Coronel João Antônio de Magalhães. No percurso do senhor José, acontece que outro ano inteiro passou-se em casa de Severino Gonçalves dos Reis, morador da fazenda Macaúba. Foi lhe perguntado se recebeu jornais pelos serviços prestados a estes homens, José relatou conforme depoimento em processo.

> Respondeu que lhe ajustou financeiramente com José Antônio Magalhães a onze mil réis por mês e trabalhou só para ele um ano inteiro, e deveria ter recebido 132.000 reis, no entanto recebeu apenas a quantia de cinco mil réis e nada mais, então lhe respondeu se ajuntou para casa de Severino Gonçalves Reis para qual trabalhou outro ano também a onze mil réis e recebera deste um cavalo pela quantia de setenta e seis mil réis e algum dinheiro; cujo cavalo lhe respondeu que o deixou na mesma fazenda de Macaúba, mas sem ter sido entregue a alguém[160].

Em todo o depoimento o senhor José não deixa escapar qualquer outro nome, que supostamente, teria o apoiado neste intento. Em suas palavras, enfatiza que as pessoas com quem se relacionara neste período de dois anos, não sabiam de sua condição de escravizado. Ainda que estes não soubessem de sua real situação de fugitivo, havia pessoas que buscavam informações sobre o senhor José na região.

Pode se pensar que o senhor José avalia, constrói mentalmente, em seguida decide fugir para Paracatu ao ser informado que alguém o procurava na Villa de Patrocínio, em suas palavras relatou.

> Respondeu que tinha se ausentado o referido Severino Gonçalves da fazenda Macaúba para a Vila do Patrocínio e contando a ele, respondente,

---

[158] Conforme a Constituição de 1824, Art. 179, inciso XIX “Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas cruéis”.

[159] CABRAL, Paulo Eduardo. O negro e Constituição de 1824. **Revista de Informação Legislativa,** v. 11, n. 41, p. 69-74, jan./mar. 1974. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/180818>. Acesso em janeiro 2021.p.70.

[160] Paracatu. Auto de perguntas feita a José africano de nação. Arquivo Municipal de Paracatu 2ª vara cível-crime-ação e divisão e inventário Caixa 1864, Processo José Escravo p. 4.

> que um sujeito o queria amarrar, deliberou a fugir para esta cidade afim de não se achar quem o comprasse. Pretendia ficar por aqui sem ser conhecido, até então que chegou foi logo preso e recolhido à prisão[161].

Alguém informa ao senhor José de que era procurado, justamente no momento de ausência do fazendeiro. O fato da informação ter chegado prontamente aos seus ouvidos em um momento oportuno, parece permitir pensar que este possuía apoio externo. Ainda que, de forma muito inteligente, esconda nomes de seus colaboradores, a antecipação, a leitura do cenário que se avizinhava, e ameaçava a sua condição, permite pensar numa construção social importante. O senhor José, retratado no processo, partiu em fuga para Paracatu, possivelmente com orientação deste seu apoio, pois, cita que ao obter a informação deliberou fugir para esta cidade.

Chegamos assim em um ponto muito importante, a cidade de Paracatu, assim, como possivelmente muitas outras, de alguma forma estava inserida em um contexto estratégico de apoio organizacional, que permitia aos homens e mulheres negros, escravizados e/ou libertos, de alguma forma, uma espécie de rede de proteção.

É importante tentar compreender o que motivou um fugitivo escolher uma região, controlada por proprietários de terras, coronéis que desfilavam seu poder pela política, pela repressão e uso da força policial, pela lógica de comercialização, pela legislação das dinâmicas sociais, em meados do século XIX como um lugar de refúgio? O sujeito de nossas análises, o senhor José teria alguma informação sobre a cidade que motivaria um deslocamento em fuga por cerca de 300 quilômetros? Haveria elementos que se somariam ao esforço pessoal, tal como uma dinâmica de apoio silenciosa, uma rede de informações acerca das dinâmicas repressoras e de captura locais, que permitissem o avanço de sujeitos em fuga?

Desde as décadas anteriores, havia relações comerciais de paracatuenses com a cidade de Patrocínio, possivelmente, foi desta região o envio do gado “China”[162], que foi introduzido em cruzamentos com o gado crioulo e curraleiro da região de Paracatu. Comprava-se dos fazendeiros da região de Patrocínio, gado e outros produtos. Em uma reclamação dos vereadores de Paracatu em 11 de janeiro de 1858,

---

[161] Paracatu. Auto de perguntas feita a José africano de nação. Arquivo Municipal de Paracatu 2ª vara cível-crime-ação e divisão e inventário Caixa 1864, Processo José Escravo

[162] Gado zebuíno (Indiano) era chamado gado “China” em Paracatu no século XIX.

[163]citam que a Província de Goiás cobrava dos fazendeiros de Patrocínio que transportavam para Paracatu, 6$000 réis por cada carro e 400 réis por cada boi que transpunha o Rio Paranaíba, devido Goiás ter uma gleba do lado direito do rio Paranaíba. Havia uma estrada que ligava Patrocínio a Paracatu, porém, nesta não havia ponte sobre o rio Paranaíba, por isso a necessidade de contornar pela divisa de Goiás.

Pode se pensar, que se houvesse uma rede de apoio aos sujeitos em busca de uma melhor condição de vida, os homens e mulheres negros (as) que os apoiavam podiam, provavelmente, fazer uso destas linhas de comércio, o que estrategicamente envolveria algum tipo de pagamento. Dentre outros aspectos, por possuir rotas, de tropeiros, carreiros e boiadeiros as comunicações eram constantes entre as duas regiões, o que também dificultaria um escravizado fugitivo sem determinado apoio.

Conforme observado anteriormente, a população negra em Paracatu possuiu um destaque regional em algumas habilidades, e parece que os trabalhos na lida com o gado, na condição de tropeiros e carreiros do munícipio, o conhecimento dos moradores era estendido a outras locais. O senhor José, com sua experiência no campo não teria dificuldade em se misturar, principalmente se conseguisse trabalho com algum pequeno produtor, maioria na cidade no período.

O delegado conclui o Auto de Perguntas revertendo o processo ao Juiz e recomendando a vigilância aos cuidados do carcereiro José Julião Pessoa e com a decisão de remeter o senhor José ao seu senhor Comendador João Quintino Teixeira morador da cidade de Uberaba.

Há que se retomar o fato de que tralhando por mais de dois anos na fazenda Macaúba, o senhor José não conseguiu juntar as suas economias, tratado com desumanidade pelo seu empregador, ousou em sua trajetória novos projetos na luta por liberdade que foram arruinados pela continuidade da exploração dos que o contrataram. O senhor José demonstrou ter conhecimento de tudo que ocorria, mas não possuía instrumentos que lhe pudesse auxiliar, todo o sistema estava contra ele. Caso recebesse o mínimo que se praticava para o trabalhador livre, teria ao término desses dois anos 380$000 considerando que sua alimentação e moradia fossem por conta dos contratadores.

[163] Paracatu. Ata da Sessão Extraordinária de 11 de janeiro de 1858, Câmara de Paracatu – 1858 Arquivo Público Municipal Maço 01 Caixa 05

Este processo também propõe um debate sobre a experiência de empregadores brasileiros com o sistema que parece vigorar desde o século XIX. Estes possuem um modo semelhante de agir nas negociações entre empregadores e trabalhadores contratados. As cidades de Patrocínio e Paracatu não estavam distante culturalmente neste assunto, fazendeiros das duas regiões agiam da mesma forma. O que aconteceu com o senhor José na fazenda Macaúba em Patrocínio, pode se pensar, poderia acontecer, de maneira semelhante nas fazendas em Paracatu.

Ao declarar que, se ajuntou para casa de Severino Gonçalves Reis, nosso interlocutor, no processo crime, o senhor José externou uma particularidade dessas relações. Os elementos da escravidão permaneceram contíguos às relações de trabalho por toda a região. Na realidade, a casa do empregado poderia significar o porão[164], ou uma extensão de um cômodo próximo a barracões de serviços, currais ou galinheiros. É comum em Paracatu as casas das famílias que contratam empregados desde o século XX ter um quarto reservado para estes, nos fundos, próximo à lavanderia ou outro cômodo para um empregado de serviços gerais. Estas características são certamente, marcas do período da escravização que não foram alteradas na região.

Pelo exposto neste processo, o senhor José cumpriu todo o acordo nestes dois anos de trabalho e, obviamente aguardava receber pelo compromisso assumido com ele. Quando percebeu o destrato, o senhor José não buscou por direito, pois, isso não era possível. O que tinha era a palavra destes homens que não foi cumprida.

Os empregadores do senhor José na fazenda Macaúba, parece que se amparavam na experiência rural brasileira, utilizaram de uma relação de trabalho análogo à escravidão por ter a certeza de fragilidade institucional de seu contratado. Esse mecanismo utilizado nesta fazenda ainda é recorrente no século XXI em

[164] Nas edificações do século XVIII e XIX, ainda preservadas, é possível verificar estes porões que eram utilizados para acomodar os escravizados domésticos. Nas fazendas que possuem construções mais antigas, também são frequentes os cômodos, espaços pequenos, próximos a outras estruturas como currais, barracões, engenhos, que eram ou são disponibilizadas para os empregados. São locais insalubres, utilizados muitas vezes para armazenamento de venenos, defensivos, sementes e combustíveis.

Paracatu.[165] O munícipio é a quarta cidade brasileira onde ocorrem mais inspeções de fiscais do trabalho e uma das regiões de maior incidência.[166]

Fazendeiros, comerciantes, políticos e militares seguiram com a experiência da exploração escravagista, por meio de um poder centralizado e sem, praticamente, nenhuma representatividade divergente à classe dominante. Dificilmente são confrontados e assim consolidam um mecanismo próprio nas relações de trabalho em Paracatu e no noroeste mineiro.

Outro diálogo com as condições diárias, e com o desejo de se buscar algo melhor ocorre em janeiro de 1864, o que mais uma vez, confirma as ações organizadas, pelos homens e mulheres negros (as) e as dinâmicas locais, que poderiam, em determinados níveis, ter ligação entre as duas ocorrências.

O conjunto de documentos incluídos neste processo de 1864 trata diretamente da participação de um número maior de pessoas envolvidas e identificadas na ação da fuga do senhor José para Paracatu. Tratou o referido processo de imediato da prisão de homem negro e, aos poucos, buscou outros elementos que podem ter colaborado direta ou indiretamente em suas ações. O delegado, em companhia do escrivão em nome do Juiz fizeram as seguintes perguntas: Qual nome, idade, estado, fé, filiação, naturalidade e profissão?

O nosso interlocutor, respondeu chamar-se José, que não sabe a sua idade, que é africano de nação, que é solteiro, que seus pais são africanos. Perguntado sobre informação de quem seria seu senhor e como se deu sua fuga, respondeu ser Antônio Ferreira da fazenda Saracura, do qual fugira há quatorze anos.

A sucessão de duas fugas com destino à cidade de Paracatu dentro de um prazo de dois anos parece permitir pensar numa forma de ação de célula que atuava na região, protegendo e auxiliando escravizados em fugas de outras regiões do Brasil. Poderia ser uma estratégia se passar por africano, mas, não evidencia ser o caso dos processos analisados, em determinados momentos, a polícia e as testemunha

---

[165] Conforme já mencionado, de acordo com os levantamentos do Ministério do Trabalho, Paracatu está entre as cidades do sudeste com maior ocorrência de crimes de trabalho análogo à escravidão. Brasil Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia DIREITOS DO TRABALHADOR Mais de mil trabalhadores em situação análoga à escravidão são resgatados em 2019 Disponível em https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e-previdencia/2020/01/mais-de-mil-trabalhadores-em-situacao-analoga-a-escravidao-sao-resgatados-em-2019 Consultado em 10-06-2021

[166] Brasil *Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia* DIREITOS DO TRABALHADOR **Mais de mil trabalhadores em situação análoga à escravidão são resgatados em 2019** Disponível em https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e-previdencia/2020/01/mais-de-mil-trabalhadores-em-situacao-analoga-a-escravidao-sao-resgatados-em-2019 Consultado em 10-06-2021

referem-se aos acusados como africanos de nação. Há que se considerar ainda a procura por parentes, por conhecidos, que motivavam viagens e sucessivas tentativas de reencontro familiar desses homens e mulheres.

Outra questão citada pelo depoente trata-se o fato dos dois homens arregimentar outros escravizados, em diferentes pontos da viagem. Em suas palavras o senhor José afirma sobre o trajeto e os companheiros de sua jornada até Paracatu:

> [...] e, que sendo induzido por um homem de nome Francisco Borges e de um camarada de nome Felix Bezerra os acompanhara para esta cidade, dando muitas voltas, porque o referido Borges e Bezerra vinham induzido por onde passavam outros escravos alheios de sorte que quando chegarão nesta cidade tinham o número de seis, a saber cinco homens e uma escrava e que sendo referido Borges preso nesta cidade e seu companheiro Bezerra, ele respondeu que fora depositado em poder do Major Antônio da Costa Pinto, morador hoje na Vila Formosa da Imperatriz, da Província de Goyas, onde tem estado até a pouco tempo.[167]

Há aqui, a informação de que os sujeitos envolvidos, nesta fuga, utilizavam uma tática apropriada para a região. Com grande extensão territorial, o noroeste do atual estado de Minas Gerais, podia servir de esconderijo para muitos escravizados que se encontravam alheios, como citado pelo senhor José. Essa situação parece ser algo característico a uma rede de proteção, onde indivíduos com histórias de vida e lutas individuais e relações pessoais diferentes se unem com propósito único, a liberdade.

Obviamente que todo homem e mulher reduzidos à condição de escravizado tinham suas razões para utilizar de diferentes formas de resistência ao sistema escravista. No caso específico, o senhor José já vinha combatendo esse sistema, pois estava em fuga há quatorze anos, o que demonstra as muitas formas coletivas ou individuais de resistência em contexto de exploração. O historiador Sidney Chalhoub,[168] assevera que:

> A violência da escravidão não transformava os negros em seres “incapazes de ação autonômica”, nem em passivos receptores de valores senhoriais, e nem tampouco em rebeldes valorosos e indomáveis. Acreditar nisso pode ser apenas a opção mais cômoda: simplesmente desancar a barbárie social de

[167] Paracatu. Auto de perguntas feita a José africano de nação. Arquivo Municipal de Paracatu 2ª vara cível-crime-ação e divisão e inventário Caixa 1864, Processo José Escravo. Pág 03-04

[168] CHALHOUB, SIDNEY - VISÕES DA LIBERDADE, UMA HISTÓRIA DAS ÚLTIMAS DÉCADAS DA ESCRAVIDÃO NA CORTE. São Paulo, Cia. das Letras, 1990. Pág. 42

> um outro tempo traz implícita a sugestão de que somos menos bárbaros hoje em dia, de que fizemos realmente algum “progresso” dos tempos da escravidão até hoje.

Não seria prudente, por parte do depoente, citar com precisão os locais por onde passaram, ou identificar os companheiros fugitivos, mas, supostamente davam voltas para embaralhar possíveis rastros. Isso demonstra certa perícia e organização, ações que, notadamente, não eram isoladas na região de Paracatu, pois, em dois anos, de 1862 a 1864, temos dois processos, com muitos elementos em comum. Vários escravizados, alguns africanos de nação, fugindo de outras regiões, presos na cadeia pública de Paracatu. Desde o início de sua de história, a região da atual cidade de Paracatu recebia anualmente muitos homens e mulheres negros (as) e dentre estes, vários nascidos na África, algo característico das regiões mineradoras. Esses fugitivos poderiam se misturar sem muita dificuldade em uma região com uma população de cerca de noventa por cento de homens e mulheres negros.

Seguindo o depoimento, o senhor José não utiliza mais o termo induzido para falar sobre a forma como foi conduzido até a cidade. Em outras respostas o senhor José cita que, acompanhou os referidos Francisco Borges e Felix Bezerra até Paracatu. Há aqui a informação clara, que este senhor não sofreu nenhum tipo de coerção, foi espontâneo o seu engajamento no grupo. Fortalecendo a ideia de uma ação muito mais protetora e organizada, algo que se provaria muito arriscado para os que se envolviam neste empreendimento.

Os personagens Francisco Borges e Felix Bezerra também foram presos no mesmo período, apesar de não ter sido possível identificar qualquer processo arquivado sobre estes dois homens, ou os outros cinco escravizados que estavam em sua companhia, o que temos são as informações citadas pelo senhor José. Disse ele ao delegado que estes dois homens acabaram por arrombar a cadeia pública e fugir. Quando questionado sobre alguma informação dos seus companheiros, relata que ficou sabendo que um deles havia sido morto. Ao ser questionado sobre o paradeiro de seus companheiros, temos a seguinte resposta:

> Foi-lhe mais perguntado que fim teve Borges e Bezerra, e quais que foram presos nesta cidade. Respondeu o referido Borges e Bezerra arrombaram a

> cadeia desta cidade e fugiram, e que pouco depois soubera que o Borges fora matado, mas não soube de certo o seu fim.[169]

Havia uma ligação importante entre estes sujeitos que organizaram e executaram este plano de fuga e foram detidos em Paracatu. O depoimento permite pensar que ambos sabiam de cada passo que era dado. O senhor José sabia da prisão de outros membros, do arrombamento da cadeia e da morte de seu companheiro, o que não seria simples de acompanhar sem um bom grupo de apoio.

Esse grupo, neste contexto, opõe-se a estrutura vigente do período, homens e mulheres, arriscando a própria vida para, de alguma forma, auxiliar os sujeitos que viviam na condição de escravizados na luta contra o regime escravista na região de Paracatu no século XIX. Esse grupo, possivelmente estava em desvantagem, economicamente, militarmente e numericamente, fato que, valoriza ainda mais o resultado de suas ações em conjunto. Os senhores José, Borges e Bezerra foram presos em Paracatu, mas, como citado no processo, havia mais homens e uma mulher no grupo, que, aparentemente não foram encontrados pela polícia.

Retomando a instrução processual analisada, foi juntada ao processo uma procuração com a data de primeiro de fevereiro de 1864 expedida pelo Major Antônio da Costa Pinto, morador da Vila Formosa da Imperatriz, Província de Goiás, ao Major João de Lima Vasconcelos, Capitão Francisco Themistocles de Assis e Capitão Antônio Baptista de Avellar. Determinando que cuidasse de seus interesses na Vila de Paracatu, especialmente no caso da prisão do senhor José, citado nesta procuração como nascido na África. Isso, em respeito de seu escravo José de Nação, conhecido como Carimbamba, que sem motivo algum evadiu de seu poder em primeiro de janeiro de 1864. Por sua vez, foram testemunhas neste processo por parte do Major Antônio da Costa Pinto o vigário Antônio Tomé da Silva Botelho e o senhor Thomé Moreira de Godoy[170].

Neste processo é possível compreender os mecanismos de poder que conduziram as ações contra senhor José e que ainda é utilizado e difundido na sociedade brasileira. Silenciam-se os instrumentos que podem inocentar o homem ou a mulher negra, como no caso de não observação de leis anteriores que proibiam o

[169] Paracatu. Auto de perguntas feita a José africano de nação. Arquivo Municipal de Paracatu 2ª vara cível-crime-ação e divisão e inventário Caixa 1864, Processo José Escravo pág.03
[170] Paracatu. Auto de perguntas feita a José africano de nação. Arquivo Municipal de Paracatu 2ª vara cível-crime-ação e divisão e inventário Caixa 1864, Processo José Escravo pág 6

tráfico e que seriam a favor do senhor José, inclusive para sua liberdade da escravização.

O negro retratado como culpado desde o início do devido processo. Neste exemplo, não há nenhum registro de confissão direta do senhor José de que pertencia ao homem que o venceu no processo, apenas que havia sido "depositado" em poder do mesmo. Porém, foi instruído e registrado pelo delegado na conclusão do processo de que o senhor José confessou pertencer ao Major Antônio da Costa Pinto, ora, por qual razão o escrivão deixaria de anotar uma confissão tão importante em um processo?

Nos registros do depoimento, o senhor José cita que era nascido na África, fato que deveria ser investigado, pois, muito provavelmente fora sequestrado e trazido para o Brasil, após a proibição do tráfico. Escravizado na fazenda Saracura na região da Mata, da que fugira há cerca de quatorze anos e que depois fora "depositado" em poder do Major Antônio da Costa Pinto. Esses e outros fatos não foram analisados pela polícia, o que corrobora com a visão de uma justiça estruturada para a colocação do homem e da mulher negro (a) como partes secundárias nos processos. Culpados ou inocentes, nesta visão, para a Justiça o tratamento dispensado a estes sujeitos será sempre secundário. Em dezenove de fevereiro de 1864 expediram um alvará de soltura entregando o senhor José ao Capitão Francisco Themistocles de Assis, procurador do Major Antônio da Costa Pinto.[171]

É evidente que a postura do senhor José foi desafiadora para o sistema escravista, fato que, este sujeito contribuiu de forma direta para que, por cerca de quatorze anos frustrassem-se ações exploratórias. Durante o tempo em que permaneceu em fuga, deixou de produzir, de forma direta, ficou de fora do sistema de produção escravista. Por outro lado, neste mesmo período pode ter juntado forças para encontrar pessoas, para rever conhecidos, e mesmo para ter a vida em suas mãos, mesmo naquelas condições. É o antagonismo à visão elitista que a classe detentora do poder queria evitar a qualquer custo uma vida negra plena. Como assevera Ademir Gebara[172]:

> No caso específico das sociedades escravistas, notamos que o conceito de hegemonia implica também, além da dominação política e difusão de uma determinada visão de mundo, a capacidade de uma classe evitar que as

[171] Paracatu. Auto de perguntas feita a José africano de nação. Arquivo Municipal de Paracatu 2ª vara cível-crime-ação e divisão e inventário Caixa 1864, Processo José Escravo pág 7-8.
[172] GEBARA, Ademir. **" Escravidão: fugas e controle social".** In: Estudos Econômicos, n18 1988 p 104.

> contradições se coloquem antagonicamente, para permitir que o exercício do poder possa ser viável além da violência do canhão.

Nos dois processos analisados anteriormente, não identificamos vestígios de violências praticadas pelos senhores, José da região de Patrocínio ou pelo senhor José da região do Rio de Janeiro, que foram presos em Paracatu nos anos de 1862 e 1864 respectivamente. Neste sentido, percebemos que ambos tentaram se integrar a sociedade, de forma pacífica e principalmente por meio de relações trabalhistas. De forma consciente (ou inconsciente) estes sujeitos construíram, analisando o que era possível aos homens e mulheres negros (as) resistir naquele contexto histórico. Outros que direta ou indiretamente contribuíram em seu intento, não ficaram livres das punições por suas ações, mas somaram com a construção de sentidos históricos para a população negra brasileira, à revelia do que propunha outros grupos sociais. Isso atinge mais fortemente as instituições, a visão de que o sistema podia contar com a anuência de toda a sociedade ou que as punições predeterminadas nos códigos jurídicos impediriam que homens livres dessem apoio às fugas de escravizados. Por mais que as redes de coerção, de opressão estruturassem-se de formas diversas – econômicas, políticas, repressiva, dentre outras, as inúmeras tentativas de construção do possível mostram que uma outra orientação histórica foi concebida e passada adiante. Neste sentido a resistência não violenta demonstrava ser muito mais eficaz, pois, não havia como o sistema enfrentar de forma objetiva, o que parte da sociedade já visualizar como direito e muitos estavam dispostos a reivindicar isto. Desta forma o que o poder institucional, representado pela polícia e a justiça, em Paracatu fizeram foi rapidamente devolver os dois senhores aos seus respectivos lugares de escravizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos ao longo desta pesquisa compreender as dinâmicas relacionais, as escolhas humanas, a construção do viver dos homens e mulheres negros (as) os sentidos de orientação histórica que emanam destas relações na cidade de Paracatu MG. Percebemos nesta relação uma organização de determinado grupo, detentor de maior poder econômico, junto aos demais, centralizando o poder político, utilizando-se de mecanismos de exploração estruturados ao longo dos séculos para garantir seus privilégios. Um problema que foi analisado em diferentes tempos históricos na cidade de Paracatu MG e que demonstrou persistência, acomodado nas estruturas sociais do munícipio.

Investigamos a construção de um viver de homens e mulheres negros (as) em meio aos diversos percalços enfrentados por estes sujeitos. Além da resistência ao sistema escravista, materializada em fugas, rebeliões e quilombagem não olvidamos as facetas múltiplas da resistência no cotidiano, em um tempo longo, as tentativas de integração à sociedade. Nas escolhas destes sujeitos históricos foi possível identificar uma construção social importante, que hoje se materializa, principalmente nas comunidades quilombolas, como uma representação positiva da população negra em Paracatu.

Quando analisado o contexto da escravização dos séculos XVIII e XIX, foi perceptível que o número de homens e mulheres negros (as) livres aumentou de forma considerável em Paracatu a partir das últimas décadas do século XVIII e das primeiras do século XIX, com sessenta e três por cento a partir dos registros de 1800, chegando a cerca de noventa por cento da população negra em Paracatu nos registros de 1855. Essa população majoritariamente negra e livre foi capaz de construir uma relação trabalhista mesmo diante da estratégia de exploração organizada pela classe detentora do poder político, pelos empregadores e atravessadores da produção agrícola. Esses trabalhadores, homens e mulheres negros (as) espalharam-se por uma vasta região rural de Paracatu e consolidaram como produtores rurais, criadores e lavradores, comercializando sua produção no munícipio. Essas eram as suas possibilidades diante do contexto da região de Paracatu, afastada dos grandes centros e com uma classe dominante que se organizava em uma espécie de rede de exploração acomodada nas estruturas sociais.

Os homens e mulheres negros (as) em Paracatu preservaram dentro das possibilidades, uma identidade, uma cultura com saberes autênticos, transmitidos entre grupos familiais, sendo capazes de se sustentar economicamente, de construir núcleos familiares além de relações sociais e religiosas e ainda gerar riquezas para o munícipio de Paracatu. Constatamos nos documentos oficiais da Câmara de Paracatu que até o segundo quartel do século XIX, foi a produção agrícola da população negra que sustentou a economia do munícipio, sendo a base do orçamento local, abastecendo o comércio, contratando os serviços de transportes e garantido os empenhos públicos por meio das taxas de entrada de produtos agropecuários. É fato que sem esses trabalhadores, produtores rurais, que na condição de homens e mulheres negros (as) livres permaneceram na região, Paracatu aparentemente não teria sido elevado à condição de vila, a primeira da região onde estão localizados o atual noroeste mineiro e a condição de cidade em 1840.

Importante, além das questões políticas que envolveram este grupo, compreendemos outros elementos que possuem pouco ou nenhum destaque na história local. A presença de memórias em que famílias negras eram proprietárias de terrenos rurais, detentoras de conhecimentos específicos na produção agropecuária, descontrói a visão de mundo que retrata a população negra apenas como escravizados, servos ou empregados.

Examinado os documentos oficiais da Câmara de Paracatu com ênfase no período de 1857 a 1892 constatamos que o sistema legislativo local foi articulado para garantir privilégios do grupo detentor do poder econômico, militar e religioso em Paracatu. Todas as ações apresentadas ao plenário da Câmara de Paracatu, por meio de requerimentos e outras formas de comunicação, analisadas neste período, tinham por objetivo a preservação de instrumentos jurídicos que ratificavam ou atualizavam privilégios políticos deste grupo, detentor do poder, diante dos demais.

Por meio da análise de processos criminais foi possível compreender elementos da resistência materializada, as fugas, registrados nos processos da 2ª Vara Crime arquivados no Arquivo Municipal de Paracatu subsidiaram as inquietações a respeito de um ambiente instável na região durante o período de escravização no Brasil. Constata-se nestes dois processos analisados, uma justiça em Paracatu completamente ausente para os dois homens negros, que foram parte nos processos. Isso nos permite vislumbrar parte do que acontecia com homens e mulheres negros citados em processos cíveis ou criminais em Paracatu. Livres ou escravizados, os

mecanismos jurídicos examinados apontam para um desequilíbrio absurdo em toda a instrução processual.

Complementando as fugas e as ações de quilombolas na região, houve também outros elementos importantes de resistência negra, como ataques as estradas da região feitas por ex escravizados e fugitivos. Estes sujeitos tinham a capacidade de dilapidar as estruturas de transporte provocando as diversas designações de capitães do mato para atuarem na região de Paracatu no século XVIII. Essas ações ratificam o nosso entendimento de que nunca houve aceitação da exploração, por parte de homens e mulheres negros em Paracatu. Quanto às designações de capitães do mato, por meio dos instrumentos institucionais da Câmara de Paracatu evidenciam a utilização do sistema legislativo como extensão do poder da classe dominante.

Os instrumentos jurídicos foram retificados nas diversas alternâncias de governos e políticas públicas que fizeram ou ainda fazem parte da história local, porém, seus efeitos continuam acomodados nas estruturas sociais, entrelaçado a cultura de exploração de trabalhadores, homens e mulheres negros (as) em Paracatu. Não é coincidência que a cidade de Paracatu, infelizmente, ainda é destaque negativo nos números nacionais, sendo o segundo munícipio brasileiro em número de trabalhadores vítimas de trabalho análogo à escravidão com indício de tráfico de pessoas em todos os anos pesquisados no Brasil.

FONTES

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004*.* **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana***.* Brasília, 2004a. <www.mec.gov.br/cne>. Acesso em: outubro de 2019.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010.** Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em janeiro 2021.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2020.** IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS, 2020. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2020/POP2020_20210204.pd>. Acesso em jan. 2021.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores sociais Censo 2010 Paracatu-MG.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/paracatu/pesquisa/23/25124>. Acesso em maio 2021.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Paracatu.** Cidades IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/paracatu/panorama>. Acesso em maio 2021.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Paracatu:** Amostra Educação Censo 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/paracatu/pesquisa/23/22469?detalhes=true. Acesso em maio 2021.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Rendimento mensal por cor/raça - Indicador social municipal Censo 2010 Paracatu MG.** Cidades IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/paracatu/pesquisa/23/25124>. Acesso em maio 2021.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, 1997. Disponível em: <http://www.imprensanacional.gov.br/mp_leis Acesso em: outubro de 2019.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil de 1824.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em janeiro 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 4.228, de 13 de maio de 2002.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4228.htm>. Acesso em janeiro 2021.

BRASIL. **Estatísticas Sociais - PNAD Educação 2019:** Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Agência IBGE Notícias, 06 de julho 2020. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em outubro 2020.

BRASIL. **Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias>. Acesso em janeiro 2021.

BRASIL. Lei 7.716 de 05 de janeiro de 1989 **Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.** Brasília DF, jan de 1989. Disponível em: <http://www.imprensanacional.gov.br/mp_leis>. Acesso em: janeiro de 2019.

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em janeiro 2021.

BRASIL. **Lei Nº 581, de 4 de setembro de 1850:** Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%20581%2C%20DE%204%20DE%20SETEMBRO%20DE%201850.&text=Estabelece%20medidas%20para%20a%20repress%C3%A3o%20do%20trafico%20de%20africanos%20neste%20Imperio. >. Acesso em jan. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do brasil de 1988.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em janeiro 2021.

BRASIL. **Estatísticas Sociais - PNAD Contínua 2019:** rendimento do 1% que ganha mais equivale a 33,7 vezes o da metade da população que ganha menos. Agência IBGE Notícias, 05 de maio 2020. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27594-pnad-continua-2019>. Acesso em outubro 2020.

BRASIL. **Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em janeiro 2021

BRASIL - Portal da Inspeção do Trabalho, Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil Subsecretaria de Inspeção do Trabalho, Ministério do Trabalho. Disponível em https://sit.trabalho.gov.br/radar Consultado em 12/03/2022.

.

BRASIL. **Resolução Nº 1 de 17 de junho de 2004:** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana. Brasilia: Ministério da Educação / Conselho Nacional da Educação, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em janeiro 2021

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA (CEDEFES). **São Domingos.** CEDEFES, 23/03/2010. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/projetos_realizados-18/>. Acesso em jan. 2021.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira. (Coords.) **Atlas da violência 2020.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200826_ri_atlas_da_violencia.pdf>. Acesso em janeiro 2021.

LIMA, Carlos, **A feira de Paracatu; história, turismo e o Mercado**. Paracatu, 2011, disponível em https://paracatumemoria.wordpress.com/2011/07/08/a-feira-de-paracatu-historia-turismo-e-mercado consultado em 08/03/2021

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Declaração de Durban.** Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, Durban – África do Sul. Disponível em:<https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20adotado%20pela%20Terceira%20Conferência%20Mundial%20contra%20o%20Racismo,%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20Racial,%20Xenofobia%20e%20Formas%20Conexas%20de%20Intolerância.pdf>. Acesso em janeiro 2021.

PARACATU. **Atas da Câmara de Paracatu, Sessões Ordinárias e Extraor**dinárias 1857 -1870 Arquivo Público Municipal Caixa 05

PARACATU. **Atas da Câmara de Paracatu, Sessões Ordinárias e Extraordinárias 1874 - 1888** Arquivo Público Municipal Caixa 05

PARACATU. **Atas da Câmara de Paracatu, Sessões Ordinárias e Extraordinárias 1870 - 1936** Arquivo Público Municipal Caixa 05

PARACATU. **Auto de perguntas feita a José africano de nação**. Arquivo Municipal de Paracatu 2ª vara cível-crime-ação e divisão e inventário Caixa 1864, Processo José Escravo 1862

PARACATU. **Auto de perguntas feita a José africano de nação**. Arquivo Municipal de Paracatu 2ª vara cível-crime-ação e divisão e inventário Caixa 1864, Processo José Escravo

Prefeitura de Paracatu Secretaria Municipal de Assistência Social. **Diagnóstico da Situação da Criança e do Adolescente em Paracatu.** 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU. **Igualdade racial é tema de Conferência Regional em Paracatu.** ASCOM/SEGOV, 2020. Disponível em: <http://paracatu.mg.gov.br/noticia/327/Igualdade-racial-e-tema-de-Conferencia-Regional-em-Paracatu >. Acesso em maio 2021.

ROCHA, Eduardo. **Câmara Municipal de Paracatu Uma Viagem Pelo Tempo, sua história e seus anais.** Paracatu 2020.

SILBERSCHNEIDER, Wieland, et al (Coord.). **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - 2016 a 2027.** Vol. 3. Governo de Minas Gerais, 2016. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/sites/default/files/transicao-governamental/Cat%C3%A1logo%20PMDI%20Volume%203.pdf >. Acesso em jan. 2021.

SOUZA, Marcos Spagnuolo. **Anais da Câmara de Paracatu Sessões Ordinárias e Extraordinárias 1857-1892. Projeto: História e Memória** Paracatu 2002

SOUZA, Marcos Spagnuolo; OLIVEIRA Eleusa Gomes. **Os Negros de Paracatu.** Paracatu 2009

VASCONCELOS, Gabriel. **Desemprego entre negros é 71% maior do que entre brancos, mostra IBGE.** Rio de Janeiro, O Globo Valor, 28 de agosto de 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/08/28/desemprego-entre-negros-e-71percent-maior-do-que-entre-brancos-mostra-ibge.ghtml>. Acesso em janeiro 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. **Uma história do negro no Brasil.** Brasília. Centro de Estudos Afro-Orientais. Fundação Cultural Palmares: 2006.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. Movimentos sociais abolicionistas. In: Schwarcz, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). **Dicionário da escravidão e liberdade:** 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letra, 2018. p-336-144.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. África, números do tráfico do atlântico. In: Schwarcz, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). **Dicionário da escravidão e liberdade:** 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p.46-53.

ALMEIDA FILHO, Antonio José de. A pesquisa histórica: teoria, metodologia e Historiografia. **Hist enferm Rev eletrônica** [Internet], v.7, n.2, p. 381-382, 2016.

Disponível em: <http://here.abennacional.org.br/here/2a01a.pdf >. Acesso em janeiro 2021.

ARAÚJO, Valmir Teixeira de. Primórdios da Mídia Negra e Imprensa Abolicionista no Brasil. **XI Encontro Nacional de História da Mídia.** Universidade Metodista de São Paulo - Umesp, São Bernardo do Campo, SP, 2017.

ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria** e método. Bauru: EDUSC, 2006.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias.** Petrópolis: Vozes, 2014.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020.** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha > Acesso em jan. 2021.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites no século XIX**, Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1987.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Brancos e Negros em São Paulo.** São Paulo: Anhembi, 1971.

BENTO, M. A. S.; BEGHIN, N. **Juventude negra e exclusão radical.** In: Boletins do IPEA: Políticas Sociais - acompanhamento e análise, n. 11. Ago/2005.

BERNARDINO, Joaze. Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos,** v.24, n.2, p. 247-273, 2002.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador** Trad. André Telles. Rio de Janeiro ZAHAR: 2001.

BOXER, C. R. **Relações raciais no império colonial português 1417-1825.** 2. ed. Porto: Afrontamento, 1988

BOXER, C. R. **Relações raciais no império colonial português 1417-1825.** 2. ed. Porto: Afrontamento, 1988.

BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**, *[S. l.]*, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965.

BUONICORE, Augusto C. **Marxismo, história e revolução brasileira:** encontros e desencontros. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

CABRAL, Paulo Eduardo. O negro e Constituição de 1824. **Revista de informação legislativa,** v. 11, n. 41, p. 69-74, jan./mar. 1974. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/180818>. Acesso em janeiro 2021.

CALDAS, Pedro Spindola Pereira. A necessidade do método na pesquisa histórica. In: TEIXEIRA, Felipe Charbel. **Metodologia da Pesquisa Histórica**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014. p.7-36

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Otavio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis:** aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Editora Nacional, 1960.

CARVALHO, Jaito de. Princesa Isabel e a ideologia do branqueamento: Zumbi dos Palmares e o Movimento Negro. **Revista Urutagua,** Ano I, n.2, Maringa, Jul/2001. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br//02jairo.htm>. Acesso em janeiro 2021.

CARVALHO, Mara da **Conceição Amaral Miranda de Paracatu:** o Morro do Ouro. Brasília: RTZ Mineração, 1992.

CARR. E.H. **Que é História**. Trad. Lúcia Maurício de Alverga. 5º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1987

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA (CEDEFES). **São Domingos.** CEDEFES, 23/03/2010. Disponívem em: <https://www.cedefes.org.br/projetos_realizados-18/>. Acesso em jan. 2021.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira. (Coords.) **Atlas da violência 2020.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200826_ri_atlas_da_violencia.pdf>. Acesso em janeiro 2021.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012,

CHIAVENATO, Júlio José. **O Negro no Brasil: da Senzala à Guerra do Paraguay.** 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república:** momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007

CRUZ, Heloisa de Faria. Trabalhadores e comunicação popular- São Paulo, 1970-1990. In: FONTES, Yuri Martins; MECHI, Patícia (Orgs.); VIEIRA, Vera Lucia (Coord.). **História e lutas sociais:** a classe que trabalha em movimento. São Paulo: EDUC, Brasília: CAPES, 2019. p.13-22.

DOMINGUES, Petrônio. Associativismo negro. In: Schwarcz, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). **Dicionário da escravidão e liberdade:** 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letra, 2018. p-107-115.

DOMINGUES, Petrônio. “Um desejo de vencer”: o protagonismo negro no pós abolição. **Topoi,** v. 12, n. 23, p. 118-139, jul./dez. 2011.

DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. **Anos 90,** Porto Alegre, v. 16, n. 30, p. 215-250, dez. 2009.

DUARTE, Samuel de Jesus; MATOS, João Francisco Galvão Gomes de. **A violência urbana em Paracatu nos anos de 2017 e 2018:** um olhar sobre a ideia de justiça e de combate ao crime. Resumos do VIII Seminário de Iniciação Científica e Inovação Tecnológica do IFTM, 2018 ISSN 2316-9338. Disponível em:

<https://iftm.edu.br/ERP/MPES/EVENTOS/arquivos/070818142710_resumo_sin_joao_francisco.pdf>. Acesso em maio 2021.

ESCHWEGE, G. B. de. Notícias e reflexões estatísticas da província de Minas Gerais. **Revista do Arquivo Público Mineiro,** Belo Horizonte, v. 4, p. 750-755, 1899.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento:** fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo, Dominus e Editora da USP, 1965. 3.a ed., São Paulo, Ática, 1978.1972.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo, Difusão Europeia do Livro,

FERNANDES, Florestan. **Mudanças Sociais no Brasil**. São Paulo, Global 2013.

FERREIRA, Ricardo Franklin. O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente. **Psicologia & Sociedade [online],** v.14, n. 1, p.69-86, jan/jul 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v14n1/v14n1a05.pdf >. Acesso em janeiro de 2021.

FERREIRA, Ricardo Franklin; MATTOS, Ricardo Mendes. O afro-brasileiro e o debate sobre o sistema de cotas: um enfoque psicossocial. **Psicologia: ciência e profissão,** v.27, n. 1, p.46-63, mar./2007.

FLORENTINO, Manolo**. Em costas negras:uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**.São Paulo: Companhia das Letras, 1997

FONTES, Yuri Martins; MECHI, Patícia (Orgs.); VIEIRA, Vera Lucia (Coord.). **História e lutas sociais:** a classe que trabalha em movimento. São Paulo: EDUC, Brasília: CAPES, 2019.

FONTES, Yuri Martins; MECHI, Patícia. História e lutas sociais de classe – um panorama do contemporâneo. In: FONTES, Yuri Martins; MECHI, Patícia (Orgs.); VIEIRA, Vera Lucia (Coord.). **História e lutas sociais:** a classe que trabalha em movimento. São Paulo: EDUC, Brasília: CAPES, 2019. p.5-12.

FRANCO, Lara Luisa Silva Gomes. **Educação quilombola, resistência e empoderamento:** estudo na comunidade quilombola de São Domingos em Paracatu-MG. 133f. 2018. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação. Uberlândia, 2018.

GEBARA, Ademir. **“ Escravidão: fugas e controle social”.** In: Estudos Econômicos, nº18 1988

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Companhia das Letras, São Paulo, 2006.

GOHN, Maria da Gloria. 500 Anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Ver Mediações,** v.5, n.1, p.11-40, Londrina, Jan./jun./2000.

GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. **Da nitidez e invisibilidade: legados do pós emancipação no Brasil.** Belo Horizonte: Fino Trato, 2013.

GONÇALVES, A. Suelen. Estado "Democrático e de Direito" para Quem? Identidades para uma Construção de Democracia para a População Negra no Brasil. In: Winnie Bueno [et al]. **Tem Saída?: ensaios críticos sobre o Brasil.** Porto Alegre, RS: Zouk, 2017, p. 137-246.

GONZAGA, Olympio. **Memória história de Paracatu.** Uberaba: Jardim e Comp. 1910.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978

GOULART, Maurício. **A escravidão africana no Brasil:** das origens à extinção do tráfico. 3. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.

GOULART, Maurício. **A escravidão africana no Brasil:** das origens à extinção do tráfico. 3. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.

GRINBERG, Keila. Castigos físicos e legislação. In: Schwarcz, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). **Dicionário da escravidão e liberdade:** 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letra, 2018. p-139-144.

HENRIQUES, R.; CAVALLEIRO, E. Educação e políticas públicas afirmativas: elementos da agenda do Ministério da Educação. In: SANTOS, S. A. (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas.** Brasília: Ministério da Educação/Unesco, 2005.

HENRIQUES, Ricardo. **Raça e Gênero nos sistemas de ensino:** os limites das políticas universalistas em educação. Brasília: Unesco, 2002. p.93.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência; escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro; 1750-1808**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. Trafico atlântico, escravidão e resistência no Brasil. **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana,** Ano X, Nº XIX, p.64-82, agosto/2017.

LIMA, Carlos, **A feira de Paracatu; história, turismo e o Mercado**. Paracatu, 2011, disponível em https://paracatumemoria.wordpress.com/2011/07/08/a-feira-de-paracatu-historia-turismo-e-mercado consultado em 08/03/2021

LIMA, Marcos Eugenio Oliveira. O que há de novo no “novo” racismo no Brasil?. **Revista Ensaios e Pesquisa em Educação e Cultura,** v.4, n.7, p.157-177, 2019.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; VALA, Jorge. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de Psicologia,** v.9, n.3, p.401-411 2004.

LOPES, Valquíria; SILVA, Cristiane. **Número de casos de racismo denunciados em Minas mais que dobra em dois anos.** Jornal Estado de Minas, Portal EM, 2016. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/01/06/interna_gerais,722406/numero-de-casos-de-racismo-denunciados-em-minas-mais-que-dobra-em-dois.shtml>. Acesso em maio 2021.

MAESTRI, Mário. Como era Gostoso ser Escravo no Brasil. A Apologia da Servidão Voluntária de Kátia de Queirós Mattoso. **Revista Crítica Histórica,** Ano VI, n. 12, p. 1-31, 2015. Disponível em: <http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/256/Fluxo%201.pdf >. Acesso em jan. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006

MARTINS, Carlos Augusto de Miranda. **Racismo anunciado:** o negro e a publicidade no Brasil (1985-2005). 2010. Dissertação de Mestrado - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-04042010-182647/pt-br.php>. Acesso em: janeiro 2021.

MARTINS, Robeno Borges. **Minas e o tráfico de escravos no século XIX.** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1994.

MARTINS, Roberto Borges. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX.** Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG, 1992.

MATTOS, Regiane A. **História e cultura afro-brasileira.** São Paulo: Contexto: 2007.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser Escravo no Brasil Hoje**. 2º ed. São Paulo: Brasiliense 1988.

MELLO, Antônio Oliveira. **As minas reveladas:** Paracatu no tempo. 2. Ed. Paracatu: Prefeitura Municipal, 2002.

MELLO, Antônio Oliveira. Câmara de Paracatu, 200 Anos de História Ed. De Prefeitura Municipal, 1999.

MELLO, Antônio Oliveira. **Paracatu 200 Anos de História.** Câmara de Paracatu,1999

MELLO, Antônio Oliveira. **Paracatu do Príncipe:** Minha Terra. Paracatu: Edição da Prefeitura Municipal de Paracatu, 1979.

MENDES, Ana Laura R.; ALVES, Bruna Pereira. Os negros e a educação: uma luta constante. **Revista Pandora Brasil,** n. 4, Ed. especial - Cultura e materialidade escolar, 2011. Disponível em: <http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/materialidade/ana_bruna.pdf>. Acesso em abril 2021.

MOCELIN, Cassia Engres; GROSSI, Patricia Krieger. Protagonismo negro, educação antirracismo e os quilombolas urbanos como “outros sujeitos”: uma problematização necessária. **EM PAUTA,** n. 46, v. 18, p. 226 – 241, Rio de Janeiro/2020.

MORAES, Alana; PARRA, Henrique Z. M; ALBUQUERQUE, Hugo; TIBLE, Jean; SCHAVELZON, Salvador. A periferia contra o Estado? Para escapar das ciências tristes. In: FONTES, Yuri Martins; MECHI, Patrícia (Orgs.); VIEIRA, Vera Lucia (Coord.). **História e lutas sociais:** a classe que trabalha em movimento. São Paulo: EDUC, Brasília: CAPES, 2019. p.89-95.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões na Senzala: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas.** São Paulo: Ed. Zumbi. 1959.

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1994

MOURA, Clóvis. **Quilombos:** resistência e escravismo. São Paulo: Ática, 1993.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude:** usos e sentidos. 3º Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global Editora, 2006.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Beatriz. **Quilombo e Intelectual: Possibilidade nos dias da destruição.** Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor:** identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003.

NOGUEIRA, Octaciano. **Constituições Brasileiras:** 1824. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

OLIVEN, Arabela Campos. **Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades:** Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil os Estados Unidos e o Brasil. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 1, v. 61, p. 29-51, jan./abr. 2007.

ORTEGAL, Leonardo. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. **Serviço Social & Sociedade,** São Paulo, n.133, p. 413-431, Set./Dez. 2018.

PAIVA, Eduardo França. Alforrias. In: Schwarcz, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). **Dicionário da escravidão e liberdade:** 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letra, 2018. p-83-90.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII:** estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.

PAIVA, Eduardo França**. Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII:** Estratégias de resistência através dos testamentos. Annablume, São Paulo, 1995.

PARÉS, Luis Nicolau. Africanos Ocidentais. In: Schwarcz, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). **Dicionário da escravidão e liberdade:** 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letra, 2018. p. 68-74.

PAULA. Cláudia Regina de. O protagonismo negro: movimento negro na lita por uma educação antirracista. **Acervo,** Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 105-120, jul/dez 2009.

PINTO, Gisele. **Situação das mulheres negras no mercado de trabalho:** uma análise dos indicadores sociais. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú-MG, de 18- 22 de Setembro de 2006. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1486/145>. Acesso em mai. 2021.

PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. **Pesquisas e Práticas Psicossociais,** v.9, n.2, p. 257-266, São João del-Rei dez. 2014.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Estudos Feministas,** v.16, n.3, p. 887-896, Florianópolis Sept./Dec. 2008.

PRODANOV, Cleber Criastiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, Flávia Maria da Mata. **Entre faisqueiras, catas e galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano nas Minas do século XVIII (1702-1762)**. Dissertação (Mestrado em História) –Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

ROCHA, Eduardo. **Câmara Municipal de Paracatu Uma Viagem Pelo Tempo, sua história e seus anais.** Paracatu 2020.

ROMÃO, Jeruse. **História da Educação do Negro e outras histórias.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial.** Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RUSSEL-WOOD, A.J.R**. Escravos e Libertos no Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**.

SANTOS, Diana Viturino Santos; SANTOS, Josimari Viturino Santos. **Um olhar à história da educação dos negros no Brasil: demandas que impulsionam a formulação de políticas de ações afirmativas para acesso ao ensino superior.** VI Colóquio Internacional Educação e contemporaneidade, São Cristovão-SE, 2012. Disponível em: <http://educonse.com.br/2012/eixo_01/PDF/7.pdf>. Acesso em maio 2021.

SANTOS, Hélio. **A Busca de um Caminho para o Brasil:** a Trilha do Círculo Vicioso. São Paulo: Editora SENAC, São Paulo, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário. Cor e raça na sociedade brasileira.** São Paulo, Claro Enigma, 2012**.**

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). **Dicionário da escravidão e liberdade:** 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letra, 2018.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos:** engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letra, 1988.

SILVA, Alberto da Costa **e, A Enxada e a Lança; a África Antes dos Portugueses.** Nova Fronteira 2011.

SILVA, Alberto da Costa. **Um Rio chamado Atlântico:** a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

SILVA, Danilo Santos da. **História e protagonismo negro:** africanidade, cultura histórica e ensino de história na trajetória de Abdias Nascimento (1944-1999). 180f. Dissertação (Mestrado) UFPB/CCHL. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2016.

SILVA, Isânia das Graças. **Identidades étnicas dos escravos em Vila Rica dos Setecentos.** 48f. Monografia (Especialização em História de Minas Gerais nos Séculos XVIII e XIX) – Universidade Federal de São João Del Rei, 2006. https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pghis/monografias/identidade.pdf

SILVA, Meire Helen Ferreira. **Leitura literária e protagonismo negro na escola: problematizando os conflitos étnico-raciais.** 165 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6326>. Acesso em janeiro 2021.

SILVA, Paulo Sérgio Moreira da. **A Caretagem como prática cultural:** fé, negritude e folia em Paracatu-MG (1960 – 1980) Dissertação de Mestrado – UFU. Uberlândia – MG. 2005.

SILVA, Paulo Sérgio Moreira da. **A Caretagem como prática cultural: fé, negritude e folia em Paracatu-MG (1960 – 1980)** – Dissertação (Mestrado) – Univesidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2005.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. Educação**. Porto Alegre/RS, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves**. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicos-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2004.

SILVA, W. H. **O mito da democracia racial:** um debate marxista sobre raça, classe e identidade. São Paulo: Sundermann, 2016.

SILVA. Julia Andressa Romano; FERRAZZA, Daniele. **Empoderamento e protagonismo negro a partir da análise de músicas brasileiras.** XIX Encontro Nacional Abrapso. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2017. Disponível em: <https://www.encontro2017.abrapso.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=85>. Acesso em janeiro 2021.

SLENES, Robert W. Africanos centrais. In: Schwarcz, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). **Dicionário da escravidão e liberdade:** 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letra, 2018. p-54-61.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **Perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras.** Texto para Discussão (TD) 769. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2000. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2295>. Acesso em abr 2021.

SOUZA, Marcos Spagnuolo. **Anais da Câmara de Paracatu Sessões Ordinárias e Extraordinárias 1857-1892. Projeto: História e Memória** Paracatu 2002

SOUZA, Marcos Spagnuolo; OLIVEIRA Eleusa Gomes. **Os Negros de Paracatu.** Paracatu 2009

TELLES, Edward**. Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003.

VENANCIO, R. P. Paracatu: movimentos migratórios no século XVIII. **Locus: Revista de História**, *[S. l.]*, v. 4, n. 1, 1998. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20459. Acesso em: 02 julho. 2021.